

DEFESA NACIONAL

Forte, jamais agressivo

Pacífico por tradição, Brasil quer unificar estratégia de defesa e fortalecer tropas mal aparelhadas, como mostra debate no Senado



Veja de perto o que acontece no Senado

8 canais da TV Senado na internet

Agora, com a multiprogramação da TV Senado na internet, o cidadão com acesso a banda larga pode conferir, além da programação normal da emissora, mais sete canais, que transmitem em tempo real as sessões plenárias e reuniões das comissões e subcomissões.



Serviços e informações disponíveis na página da TV Senado

Oito canais com sinal ao vivo da TV Senado com transmissões simultâneas de diferentes pontos da Casa

Canal 9 do Portal Terra transmite os eventos do Senado de grande apelo e interesse público

Informações sobre a programação e a recepção do sinal da TV

Grade de programação diária e destaques do fim de semana

Reportagens, trechos ou íntegras de programas e de coberturas realizadas, disponíveis para visualização e download

Formulário para envio de sugestões e (ou) reclamações

www.senado.gov.br/tv | Twitter: @tvsenado



País deve estar pronto para defender suas riquezas

Dono de vasto território e com enormes potencialidades econômicas, Brasil se torna alvo de cobiça mundial. Necessidade de fortalecer a defesa para repelir qualquer ameaça se torna imperativa

Carta ao Leitor

Em lugar do belicismo tão caro a diversos países com pretensões hegemônicas, a estratégia de dissuasão tem sido historicamente adotada pelo Brasil na defesa. Nossa política externa sempre se pautou pela não intervenção e pela solução pacífica dos conflitos. Porém, a descoberta das grandes reservas de petróleo no pré-sal amplia os recursos naturais e as potencialidades já conhecidas — grandeza territorial, riquezas da Amazônia etc. — e coloca o país na mira de interesses inquietantes.

Foi sobre esse cenário que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado se debruçou no ano passado em cinco audiências públicas. Pode-se dizer que é praticamente unânime a conclusão dos senadores e dos especialistas civis e militares de que a tradicional estratégia de dissuasão só será eficaz se o país se dotar de estrutura de defesa forte, moderna e integrada, capaz de desestimular e, em um segundo estágio, repelir eventuais ataques externos. Em outras palavras, é preciso fortalecer as Forças Armadas.

Conforme os debatedores, o potencial das reservas do pré-sal colocou o país em posição importante na área da energia, eixo tradicional de conflitos entre nações, expondo-o a cobiças e pressões externas inclusive no campo militar. Para o diplomata e professor João Paulo Soares Alsina Junior, por exemplo, apenas essa circunstância seria suficiente para que o Brasil conferisse atenção especial à política de defesa. Foi dito ainda que é preciso

considerar os 7 mil quilômetros de faixa litorânea e a extensão do espaço marítimo em que o Brasil tem domínio, difícil de ser vigiado pela sua grandiosidade: 963 mil quilômetros quadrados de zona econômica exclusiva, que podem ser ampliados para 4,5 milhões.

A situação da Amazônia não seria menos complicada. Por concentrar um quinto da água doce do Planeta e 15% de todas as espécies vegetais e animais conhecidas, o potencial econômico da região não é pequeno. A cobiça internacional também não. Por esse motivo, a preocupação dos debatedores com a presença de um grande número de organizações não governamentais na região — que estariam a serviço de interesses estrangeiros — e as terras indígenas. A pretexto de proteger as comunidades que nelas vivem, afirmaram, essas áreas poderiam ser objeto de ações internacionais para restringir a soberania do Estado brasileiro sobre elas.

O tema da defesa nacional também passa a ter importância maior diante do papel de protagonista que o Brasil reivindica para si no cenário internacional. Como disse o senador Fernando Collor, “diplomacia e defesa nacional andam *pari passu*, uma não pode prescindir da outra”.

Este número da revista **Em discussão!** analisa em detalhes essa nova realidade, que impõe um custo alto, principalmente financeiro. Resta saber o quanto a nação brasileira está disposta a pagar.

Boa leitura!



JOANA FRANCA/STOCKXCHING

SUMÁRIO

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1ª vice-presidente: Marta Suplicy
2ª vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Expediente



Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

A revista **Em discussão!** é editada pela Secretaria Jornal do Senado

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Sylvio Guedes, Thâmara Brasil e João Carlos Teixeira
Reportagem: Sylvio Guedes, Thâmara Brasil e Joseana Paganine
Capa: Priscilla Paz sobre imagens de Barun Patro e Joana Franca (Stock.XCHNG)
Diagramação: Bruno Bazílio e Priscilla Paz
Arte: Cássio Costa, Diego Jimenez e Priscilla Paz
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal e Pedro Pincer
Pesquisa de fotos: Braz Félix, Leonardo Sá, Natasha Machado e Thamyres de Souza
Produção: Mauro Vergne
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Tiragem: 2.500 exemplares

Site: www.senado.gov.br/emdiscussao
E-mail: jornal@senado.gov.br
www.facebook.com/jornaldosenado
Twitter: @jornaldosenado
Tel.: 0800 61-2211
Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar — 70165-920 — Brasília (DF)

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações — Seep

Contexto

Fortalecer defesa deve ser prioridade nacional

PÁGINA 6

Muito dinheiro, mas quase todo comprometido

PÁGINA 12

Brasil quer ser grande, mas sem jamais dominar

PÁGINA 17

Na capacidade de dissuasão, a força maior

PÁGINA 24

Ameaças Internacionais

Os riscos de um mundo confuso e globalizado

PÁGINA 32

O objetivo dos mais ricos: manter padrão de vida

PÁGINA 36

Nas águas do Atlântico, um desafio estratégico

PÁGINA 43

Região amazônica, alvo de cobiça internacional

PÁGINA 47

JOHNSON BARROS/FAB



Realidade Brasileira

Forças pouco armadas

PÁGINA 50

Aposentadorias e gastos administrativos chegam a comprometer 76% do orçamento

PÁGINA 53

A controversa atuação na segurança pública

PÁGINA 56

Reservas indígenas dificultam proteção

PÁGINA 59



EXÉRCITO BRASILEIRO

Estratégia Nacional

Reorganizar e reequipar, dentro de uma filosofia única

PÁGINA 60

Muitos planos, poucos recursos

PÁGINA 63

Fronteiras ainda estão muito vulneráveis

PÁGINA 67

Defesa cataliza avanços na área tecnológica

PÁGINA 70

Debates

Sociedade precisa se engajar no tema da defesa

PÁGINA 77

MP garante incentivos à produção nacional

PÁGINA 81

Saiba Mais

PÁGINA 86



SILVA LOPES/FAB



MC1 TOMMY LAMKIN/US NAVY

Veja e ouça mais em:



TEREZA SOBREIRA/MINISTÉRIO DA DEFESA

Prioridade nacional

Em crescimento econômico e prestes a ocupar espaço mais proeminente no cenário internacional, Brasil conclui que é preciso ter defesa forte para dissuadir e repelir eventuais agressões

Pacífico por tradição e por convicção, o Brasil vive em paz com seus vizinhos há 142 anos, desde o término da Guerra do Paraguai. Suas relações com os outros países são guiadas pelos princípios constitucionais da não intervenção, da defesa da paz e da solução pacífica dos con-

flitos. Não exhibe nem nunca demonstrou pretensões hegemônicas dentro ou fora do continente americano.

Mas o Brasil é grande, um gigante. Acomodaria praticamente toda a Europa em seu território, que atinge 4,5 mil quilômetros de norte a sul (quase um voo de Lisboa a Moscou). São 8,5 milhões de

quilômetros quadrados e 200 milhões de habitantes. Além de grande, é rico em recursos. Temos muita água — 12% da reserva mundial — e terras férteis. Mais ainda, dispomos de fontes abundantes (inclusive das renováveis) de energia. O país caminha para se confirmar como a sexta economia mundial.

Blindados do Exército participam da Operação Ágata, no ano passado: ainda que indesejada, situação de conflito não pode ser excluída, pela cobiça aos recursos nacionais

EXÉRCITO BRASILEIRO



MÁRCIA KALUJME/AGÊNCIA SENADO



General José Carlos de Nardi, ministro Celso Amorim e senador Fernando Collor, no primeiro dos debates realizados na CRE

O mundo está de olho no Brasil.

Não é ufanismo, é a realidade, lastreada por abundantes informações e estatísticas trazidas ao Senado Federal por duas dezenas de especialistas. Somos — mais ainda agora, com o advento do pré-sal — alvo de cobiça internacional, pelos recursos naturais e pela privilegiada situação geopolítica.

A cobiça e as ameaças dela decorrentes à segurança de nosso território, nossas riquezas e nossa população foram meticulosamente avaliadas em audiências públicas para debater defesa nacional, realizadas pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

“Não podemos excluir uma situação, que não desejamos, de conflito que possa haver entre outras potências, em que os recursos do Brasil venham a ser objeto de alguma cobiça”, reconheceu o ministro da Defesa, Celso Amorim, que assumiu o cargo em agosto passado e construiu sua vida empregando a diplomacia como arma.

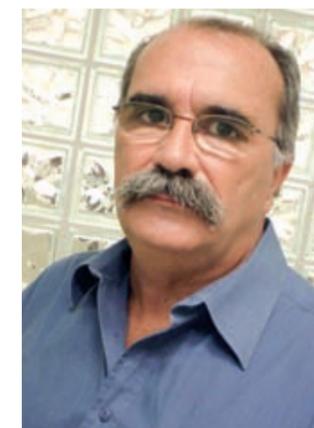
Não estamos prontos

A conclusão dos debatedores foi unânime: não estamos adequadamente preparados, hoje, para repelir ataques externos. As três Forças Armadas (Exército, Marinha

e Aeronáutica) carecem de equipamentos mais modernos e em maior quantidade. Os contingentes não são suficientes, estão mal distribuídos no território nacional e necessitam de melhor treinamento.

“As Forças Armadas brasileiras vivem à beira do sucateamento, sem equipamentos atualizados e sem treinamento permanente, o que causa a impossibilidade de uma pronta resposta no caso de um acionamento pelo poder político”, assegura Eliézer Rizzo de Oliveira, doutor em Ciência Política e ex-professor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie em Campinas (SP).

O caminho para suprir essas deficiências foi defini-



ANTONINHO PERRI/SCOV-UNICAMP

Professor Rizzo: Forças Armadas estão incapazes de dar pronta resposta a uma agressão

Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa

1. Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional
A ideia é ter um poderio militar tal que desencoraje qualquer avanço

Enorme desafio

As Forças Armadas precisam proteger:



*Áreas inseridas nas 200 milhas de zona econômica exclusiva, acrescidas do adicional até 350 milhas reivindicado pelo Brasil junto à ONU. Fontes: IBGE e Marinha do Brasil

5. Aprofundar o vínculo entre os aspectos tecnológicos e os operacionais da mobilidade

Aqui a pretensão é, aliando tecnologia e estratégia, ser capaz de concentrar e desconcentrar as tropas rapidamente

6. Fortalecer três setores de importância estratégica: o espacial, o cibernético e o nuclear

O domínio dessas tecnologias é considerado imprescindível para garantir a segurança do país. No setor espacial, a prioridade é aprender a fabricar satélites e seus lançadores

7. Unificar as operações das três Forças, muito além dos limites impostos pelos protocolos de exercícios conjuntos

A integração deve ser total: a Força Aérea deve levar soldados do Exército, pousar nos porta-aviões da Marinha e assim por diante

8. Reposicionar os efetivos das três Forças

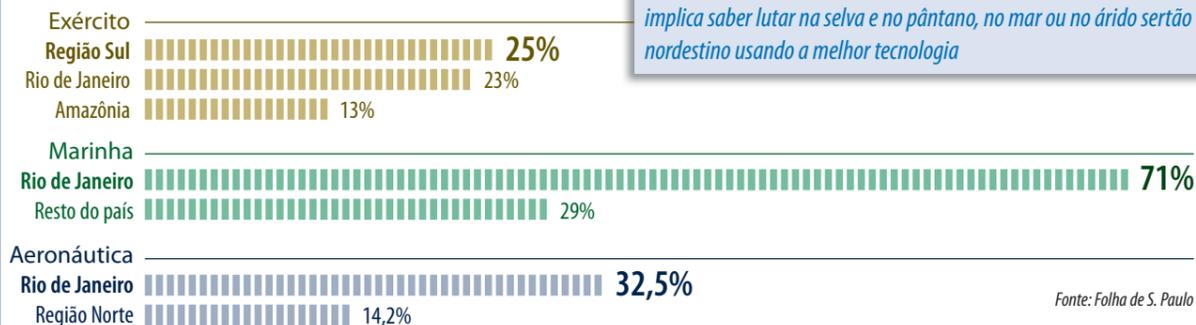
9. Adensar a presença de unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea nas fronteiras

10. Priorizar a região amazônica

A END reconhece que concentrar efetivos no Sul e Sudeste é contraproducente num cenário em que as possíveis ameaças virão pelo Norte, Oeste e pelo mar

Herança dos tempos imperiais

Acabar com a concentração das tropas no Sul e Sudeste, em especial no Rio de Janeiro, é uma das prioridades das Forças Armadas



Fonte: Folha de S. Paulo

2. Organizar as Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença

3. Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras

4. Desenvolver, lastreado na capacidade de monitorar/ controlar, a capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão: a mobilidade estratégica

O objetivo é reaparelhar e reorganizar as forças de forma que haja bases em todos os pontos-chave para a defesa, seja possível detectar de imediato qualquer problema e, em poucas horas, chegar ao local com número suficiente de soldados

Perigo real e imediato

Metade dos brasileiros teme ataque estrangeiro ao país



Fonte: Pesquisa Ipea, divulgada em 15/12/2011, que ouviu 3.796 pessoas nos 26 estados e no Distrito Federal

11. Desenvolver, para fortalecer a mobilidade, a capacidade logística, sobretudo na região amazônica

Não há como deslocar soldados rapidamente pela floresta sem infraestrutura suficiente e adequada, como bases, pistas de pouso, barcos etc.

12. Desenvolver, para atender aos requisitos de monitoramento/ controle, mobilidade e presença, o conceito de flexibilidade no combate

13. Desenvolver, para atender aos requisitos de monitoramento/ controle, mobilidade e presença, o repertório de práticas e de capacitações operacionais dos combatentes

14. Promover a reunião, nos militares brasileiros, dos atributos e predicados exigidos pelo conceito de flexibilidade

15. Rever, a partir de uma política de otimização do emprego de recursos humanos, a composição dos efetivos das três Forças

16. Estruturar o potencial estratégico em torno de capacidades *Ter número suficiente de soldados bem treinados e flexíveis — e isso implica saber lutar na selva e no pântano, no mar ou no árido sertão nordestino usando a melhor tecnologia*

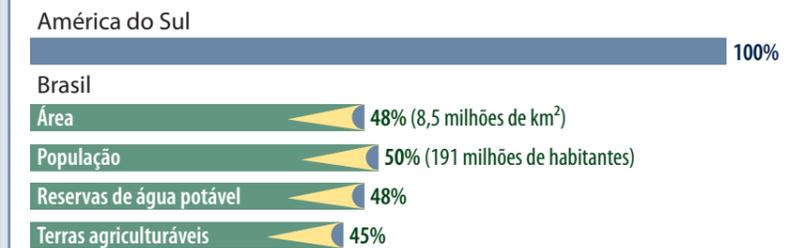
Confira no infográfico as 23 linhas básicas para a futura atuação das Forças Armadas. Em azul, explicações adicionais para alguns dos quesitos

17. Preparar efetivos para o cumprimento de missões de garantia da lei e da ordem, nos termos da Constituição federal

Percebe-se que as forças de defesa desejam suportes legal e operacional mais bem definidos para atuar como agentes de segurança pública (nessa missão não há "inimigos a matar")

18. Estimular a integração da América do Sul

O Brasil e a América do Sul



Fonte: World Factbook, 2012

Ambiente estratégico sul-americano

- » Raízes históricas comuns
- » Baixa densidade demográfica
- » Solução pacífica das disputas
- » Bolsões de insegurança urbana
- » Abundância de recursos naturais
- » Assimetrias regionais e sociais
- » Alto potencial agroindustrial
- » Distante dos centros de poder

Fonte: Apresentação de Cláudio Moreira, Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança - Abimde, 2011

19. Preparar as Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz

20. Ampliar a capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento
O sucesso das experiências recentes (Haiti, Líbano) e a ambição de assumir papel preponderante nas relações internacionais explicam essas diretrizes

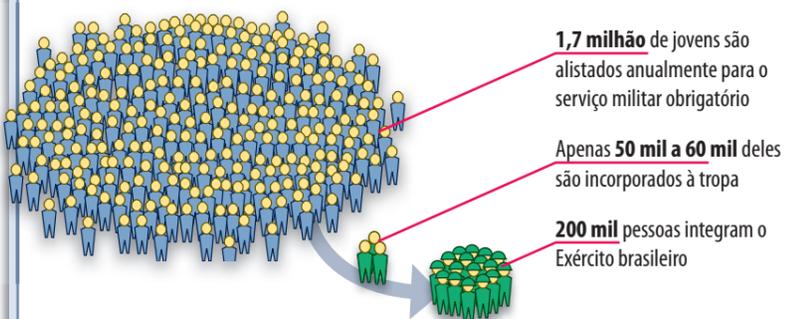
21. Desenvolver o potencial de mobilização militar e nacional para assegurar a capacidade dissuasória e operacional das Forças Armadas

22. Capacitar a indústria nacional de material de defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa

23. Manter o serviço militar obrigatório

Volta e meia questionado, o serviço deve ser realmente obrigatório para que todos os segmentos sociais estejam representados nas forças de defesa do país

Minoria da minoria



Fonte: Apresentação do general Luiz Eduardo Rocha Paiva, Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2011

do pelo Plano Nacional e pela Estratégia Nacional de Defesa, aprovados em 2008 (veja o infográfico ao lado). O plano é focado em ações estratégicas de médio e longo prazo e objetiva modernizar a estrutura nacional de defesa, atuando em três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas. O país precisa, para se proteger, de mais aviões, tanques, submarinos, satélites, mísseis... E tudo isso tem um preço, bastante alto, aliás.

“Sei do grau de dificuldade que as Forças Armadas têm para se modernizar e o alto valor que será empregado nisso. Acho também que não há nenhum brasileiro que se oponha a isso, porque ninguém quer guerra, mas, se queremos a paz, temos de estar preparados para a guerra. Isso já é milenar. Os chineses já nos ensinaram lá atrás”, argumentou Blairo Maggi (PR-MT).

O problema é que, na ainda jovem democracia brasileira, até muito recentemente se falar em gastos militares era quase hereesia. Também por isso, nas décadas recentes, faltou dinheiro para reequipar a defesa nacional, um processo caro, demorado e que costuma esbarrar em pressões políticas as mais diversas. O orçamento da defesa mantém, ao longo dos últimos anos, um patamar em torno de 1,5% do produto interno bruto (PIB). Porém, três em cada quatro reais a ela destinados são usados para pagar a folha de pessoal, em que as pensões são complicador adicional.

Visão do passado

Ao falar em audiência no Senado, Celso Amorim destacou a sua “clara convicção” de que a defesa tem um papel cada vez mais relevante na agenda nacional. O ministro admitiu, no entanto, que “ainda há muitos setores de opinião pública que ainda veem a defesa com olhos do passado”.



Blairo Maggi acredita que nenhum brasileiro se opõe à modernização das Forças Armadas, necessária à segurança do país

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Guerra Fria é o nome dado ao período de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre as duas chamadas superpotências — Estados Unidos e União Soviética —, que vai do final da 2ª Guerra Mundial (1945) até o colapso do regime soviético (1991). Episódios marcantes da Guerra Fria são a crise dos mísseis cubanos e a construção do Muro de Berlim (1961), a Guerra do Vietnã (1959–1975) e a Guerra do Afeganistão (1979)

— Um passado no qual, em função da Guerra Fria, o Brasil tinha papel totalmente secundário na organização da ordem mundial e da própria segurança internacional. Do ponto de vista global, do ponto de vista estratégico, qualquer enfrentamento que viesse a ocorrer seria um enfrentamento entre as superpotências e a cada país cabia apenas escolher de que lado iria ficar e gozar da proteção dessa superpotência. Nesses tempos longos, a nossa pre-

ocupação era muito maior com nossos vizinhos do que com a segurança internacional — raciocina Celso Amorim.

Militares, diplomatas, cientistas e outros especialistas reiteraram nos debates que é preciso inserir as Forças Armadas dentro desse projeto do novo Brasil.

“A defesa nacional será tão mais robusta quanto mais contar

com a sociedade. Ela não pode legitimar os seus pleitos, a não ser por meio de compreensão, por parte da sociedade, das necessidades que tem o Brasil”, acredita o ministro Celso Amorim.

Como afirmou o professor Darc Antonio da Luz Costa, conselheiro do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (ESG), se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças.

— Estratégia nacional de defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento. Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a nação. Defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento — define o professor.

Investimentos

Com essas análises concorda a pesquisadora argentina Carina Solmirano, do Stockholm International Peace Research Institute (Instituto de Pesquisa pela Paz Internacional de Estocolmo, Sipi, na sigla em inglês), que desde 1988 publica *ranking* mundial dos orçamentos de defesa no mundo.

“Torna-se evidente a necessidade de se realizar um estudo mais aprofundado sobre o quanto, de fato, o país investe em programas de defesa, dado o forte indício de que estes investimentos correspondem a um volume bastante inferior ao necessário para manter as Forças Armadas brasileiras com capacidade tecnológica e humana compatível com as dimensões do país”, disse à imprensa a pesquisadora, quando esteve no Brasil para lançar o *ranking*, em abril de 2011.

O país, porém, não parte do zero em sua caminhada rumo a um sistema de defesa compatível

com as suas necessidades e pronto para encarar os desafios do século 21 e dos seguintes. O Brasil conta, na visão dos debatedores, com um corpo de profissionais dedicados e qualificados nas Forças Armadas.

“Os militares brasileiros são reconhecidos internacionalmente por sua alta qualidade, por seu alto nível profissional. Isso é um reflexo da maneira como o militar brasileiro vê a sua formação: pode faltar orçamento, pode faltar dinheiro para munição e para alimento, mas as Forças Armadas não abrem mão do orçamento para suas escolas militares. Equipamentos podem ser comprados de uma forma célere, mas a formação dos homens que vão usar esses equipamentos não se dá do dia para a noite”, afirmou Joaniel Brito Gonçalves, consultor legislativo do Senado e especialista em defesa.

Patriotismo

Depois de dedicar 40 anos de sua vida ao Exército, grande parte deles no treinamento de novos oficiais — foi, inclusive, instrutor na Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior —, o general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva, membro da Academia de História Militar Terrestre, deu testemunho emocionado sobre o compromisso de seus colegas de farda com a defesa do país.

“O militar [brasileiro] é dedicado, acredita na sua missão, esforça-se, é bem preparado dentro das limitações. Porque ser bem preparado, sem ter os instrumentos para se preparar para o combate, é bem preparado de um lado. Quer dizer, não é adestrado em usar o equipamento moderno que não tem, mas é dedicado e formado em cima de valores que o põe na mais alta instância: o patriotismo, o dever, a lealdade, a integridade e a coragem. Isso os senhores vão ter de suas Forças Armadas, mesmo que seja para perder”, assegura o general.



Paraquedistas participam da Operação Mandrake, no Rio de Janeiro: Estratégia Nacional de Defesa defende reformulação completa do segmento

SILVA LOPES/AGÊNCIA FORÇA AÉREA

Planejamento voltado para o futuro

Estratégia Nacional de Defesa alinha as diretrizes para cada Arma e propõe reorganização completa das Forças Armadas, com base em novas tecnologias

De acordo com o Decreto 6.703/08, que aprovou a Estratégia Nacional de Defesa, a reorganização das Forças Armadas passa pela redefinição do papel do Ministério da Defesa e pela enumeração de diretrizes estratégicas relativas a cada uma das Forças, com a especificação da relação que deve prevalecer entre elas.

Ao lado dessas diretrizes, aborda-se o papel de três setores decisivos para a defesa nacional: o cibernético, o espacial e o nuclear. A reestruturação da indústria brasileira de material de defesa tem como propósito assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas se apoie em tecnologias sob domínio nacional.

Finalmente, orienta-se a relação da sociedade com suas Forças Armadas e discute-se a composição dos efetivos militares, com sua consequência sobre o futuro do serviço militar obrigatório. O propósito é zelar para que as Forças Armadas reproduzam, em sua composição, a própria nação. “O serviço militar obrigatório deve, pois, funcionar como espaço republicano, no qual possa a nação encontrar-se acima das classes sociais”, diz o texto do decreto.

Para Darc Costa, ex-professor de Estratégia Nacional no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a primeira questão que se coloca para a discussão de



Darc Costa: é preciso definir o que se espera da Estratégia Nacional de Defesa

ANA VOLPE/AGÊNCIA SENADO

defesa de qualquer nação é: qual é a política nacional? Ou seja, o que se espera que a estratégia de defesa proporcione ao país.

“Quais são as diretrizes imaginadas para o Brasil no seu longo prazo? O que devemos fazer para valorizá-lo no cenário mundial? E o que devemos fazer para que essa valorização se reflita em melhor qualidade de vida para a população brasileira? A resposta nos parece óbvia: temos de deslocar o Brasil de sua posição periférica,



Para o senador Anibal Diniz, a vocação histórica do Brasil sempre foi a de empregar a diplomacia como instrumento para solução de conflitos

GERALDO MANGELAGÊNCIA SENADO

atual, para uma posição mais central no concerto das nações. Mas qual deve ser a nossa estratégia?”, questiona Darc Costa.

Crescer sem dominar

Neste ponto, novamente um consenso emergiu dos debates organizados pela CRE no ano passado. O ex-professor da Coppe cita outro trecho emblemático da Estratégia Nacional de Defesa: “País em desenvolvimento, o Brasil ascenderá ao primeiro plano no mundo sem exercer hegemonia ou dominação. O povo brasileiro não deseja exercer mando sobre outros povos. Quer que o Brasil se engrandeça sem imperar”, postula, já no segundo parágrafo.

Em reforço a essa convicção, o senador Anibal Diniz (PT-AC), titular da CRE, afirmou que “o Brasil, por vocação histórica, sempre se pautou pelas relações de multilateralidade, sempre buscando contribuir, a partir da diplomacia, para a solução dos conflitos, que sempre estão presentes nas relações internacionais”.

Ministro das Relações Exteriores nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995–2001), Luiz Felipe Lampreia recorda que o Brasil não se envolve em conflitos regionais há quase 150 anos, não tem inimigos nem enfrenta



Ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia recorda que o Brasil não se envolve em conflitos regionais há quase 150 anos

ameaças internacionais que nos obriguem a colocar a segurança nacional como um imperativo prioritário.

“Tem, por isso, como objetivo básico de política externa a promoção de seu desenvolvimento econômico. O comércio internacional adquire, obviamente, importância central para atingi-lo e nossos vizinhos são parceiros fundamentais”, complementa o ex-chanceler, que hoje mantém um *blog* sobre questões de política internacional.

ANA VOLPE/AGÊNCIA SENADO



ANA VOLPE/AGÊNCIA SENADO

Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka e Acir Gurgacz, durante a aprovação do Orçamento de 2012 pelo Congresso Nacional, em dezembro passado

É preciso mais dinheiro

Em termos absolutos, orçamento da defesa é poderoso, mas três quartos vão para pagar salários e aposentadorias

Os recursos do Orçamento da União que vêm sendo destinados nos últimos anos à defesa (*veja infográfico na pág. 13*) não serão suficientes para atender aos projetos contemplados na Estratégia Nacional de Defesa, mesmo porque 75% do dinheiro vai para o pagamento da folha salarial, aposentadorias e pensões, um contingente de 350 mil pessoas, como informou ao Senado o ministro Celso Amorim.

O orçamento específico para investimento e manutenção tem variado entre R\$ 14 bilhões e

R\$ 15 bilhões, “quantia muito mais restrita do que pode dar a impressão o Orçamento geral”, destacou o ministro. Além disso, tem havido diferença substancial entre o que é aprovado pelo Congresso na Lei Orçamentária Anual (LOA) e o que é efetivamente liberado para a pasta. O Orçamento de 2011 havia sofrido contingenciamento forte, explicou.

“Com relação ao Orçamento de 2012, a proposta que veio para o Congresso segue o mesmo padrão: 1,39% do PIB. Não posso dizer que estou satisfeito, porque,

se Índia e China estão gastando 2,2% ou 2,6%, esse nosso índice é pouco. De qualquer maneira, evitou-se um corte que teria efeitos muito danosos sobre os recrutas, sobre o pagamento das pessoas e também sobre os equipamentos”, avaliou o ministro.

Por isso, ele considera que, quando pede recursos para a defesa no Orçamento, é fundamental o apoio da sociedade, além do da própria presidente Dilma Rousseff.

“A defesa do Brasil não é delegável. Ela tem que ser exercida pelo Brasil, cooperativamente,

quando possível, com os nossos vizinhos; com outras nações, na medida em que os interesses coincidam, mas é fundamentalmente

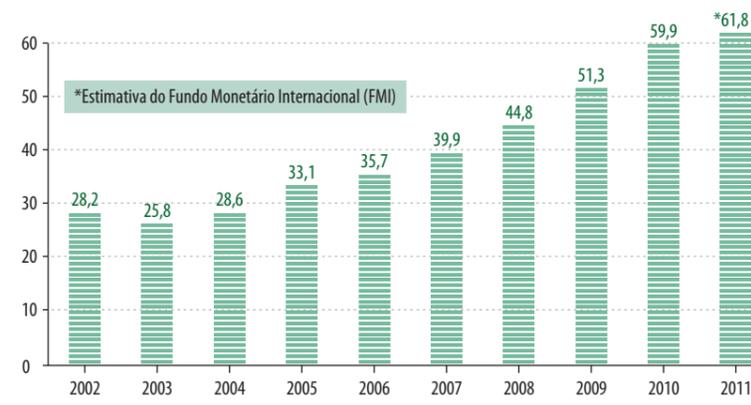
dever dos brasileiros. Essa defesa é exercitada através de pessoal e de material”, justifica o ministro Amorim.

11º maior orçamento

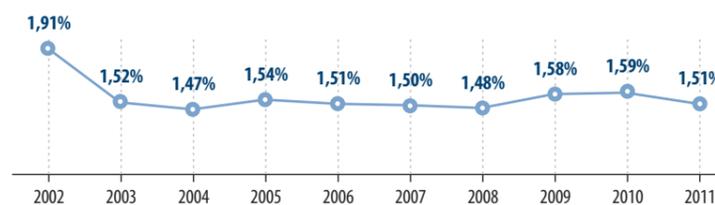
Segundo o *ranking* anual do Sipri (*foto abaixo*), o Brasil manteve-se, em 2010, na 11ª posição dos maiores orçamentos do segmento, a mesma de 2009 (o levantamento com relação ao ano passado deve ser divulgado em 17 de abril). Pela classificação, que transforma para dólares os valores no Orçamento da União, o Brasil destinou US\$ 29 bilhões para as Forças Armadas em 2010 — o maior volume desde que o

Verbas para defesa x PIB nacional

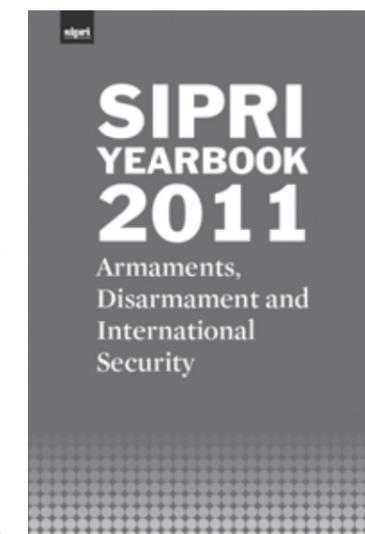
Proporção em relação ao PIB mantém patamar. Valores em R\$ bilhões liquidados do Orçamento da União incluem gastos com salários e pensões



Porcentagem do PIB investida em defesa



Fonte: IBGE, Sipri e Consultoria de Orçamento do Senado



instituto iniciou a tabulação dos dados de mais de 150 países, em 1988.

Segundo a organização, os investimentos cresceram “junto com a preocupação estratégica de proteger a região amazônica e as reservas de petróleo em áreas oceânicas”, mas ainda estão longe de chegar ao patamar ideal, na avaliação tanto do ministro Amorim quanto dos especialistas internacionais.

Para a pesquisadora Carina Solmirano, do Sipri, embora o Ministério da Defesa receba volume expressivo de recursos federais — à frente da maioria dos ministérios (veja o infográfico à direita), o Brasil, se confrontado tanto a países sul-americanos quanto a outros comparáveis em termos de potencialidade, investe pouco em defesa nacional.

A especialista também observa que, como grande parte desses recursos destina-se ao pagamento de pessoal, pouco sobra para a realização de investimentos, “o que pode comprometer seriamente a capacidade combatente das Forças Armadas” brasileiras.

Capacidade militar

Ela destaca ainda que se tornou evidente que o Brasil tenta mostrar ao mundo que aumenta sua capacidade militar junto com sua influência política e econômica internacional.

“Embora o Brasil reconheça que não enfrenta qualquer ameaça militar imediata, o país avalia



Carina Solmirano, do Sipri: escassez de investimentos pode comprometer seriamente a capacidade combatente das Forças Armadas brasileiras

Fatias do bolo para 2012

Defesa pode ser considerado o terceiro ministério em dotação orçamentária

Ministério	Dotação inicial
Previdência Social*	329,78 bi
Saúde	91,75 bi
Educação	74,28 bi
Defesa	64,79 bi
Trabalho e Emprego	61,27 bi
Desenvolvimento Social e Combate à Fome	55,13 bi
Transportes	22,39 bi
Cidades	22,01 bi
Fazenda	21,31 bi
Justiça	12,44 bi

* Inclui pagamento de todos os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Não inclui eventuais cortes ou contingenciamentos

Fonte: Consultoria de Orçamento do Senado, Lei Orçamentária Anual, 2012

que suas Forças Armadas precisam melhorar sua capacidade de responder a uma eventual ameaça. O país tem buscado projetar sua influência para além da América do Sul e isso está sendo tentado política, econômica e, por que não, militarmente”, afirma Carina Solmirano.

Em seu estudo *Orçamento e Defesa Nacional: uma análise da participação do setor defesa no Orçamento federal de 2000 a 2009*, Patrícia de Oliveira Matos, doutora em Ciências Aeroespaciais pela Universidade da Força Aérea e mestre em Ciências Econômicas pela USP, vai mais além. Ela mostra que as Forças Armadas e o setor da defesa em conjunto, no Brasil, são os que menos recebem recursos do governo federal se considerado apenas o que é aplicado no desenvolvimento e manejo das questões ligadas ao setor, como treinamento, operações de rotina, tecnologia e equipamentos.

A questão é considerada crucial para a segurança e a proteção nacional por outro pesquisador da área, o professor Durbens Martins Nascimento. Autor da tese de doutorado *Projeto Calha Norte: política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea*, pela Universidade Federal do Pará, ela alerta que, dos cinco países, os chamados



Patrícia Matos, doutora em Ciências Aeroespaciais: recursos para tecnologia são mais escassos do que se imagina

monster countries [Estados Unidos, Rússia, China, Índia e Brasil], com vantagens comparativas suficientes [territórios continentais e grandes populações] para pretensões hegemônicas, o Brasil é que menos investe para se manter em condições de enfrentar cenários conturbados, ainda que não se vislumbre ameaças concretas no hemisfério Sul”.

Monster countries — Expressão cunhada por George F. Kennan, diplomata, cientista político e historiador, embaixador dos EUA em Moscou em plena efervescência da Guerra Fria, nos anos 50.

Metade fora de combate

Nível de sucateamento das Forças Armadas é preocupante. Reequipar é prioridade, mas iniciativa esbarra nos altos custos

Durante os anos 1990, o país não investiu na formação de Forças Armadas mais modernas e bem equipadas e tampouco procurou se adaptar às transformações no cenário estratégico militar do pós-Guerra Fria. O resultado desse virtual descaso do Estado brasileiro com sua própria segurança ficou explícito em reportagem da *Folha de S.Paulo* em março de 2011. A publicação causou preocupação na opinião pública e trouxe para o centro da agenda política o debate em torno da defesa nacional. Com base em um levantamento provisório elaborado pelo próprio governo, o jornal expôs o alto grau de sucateamento vivido pelas Forças Armadas: metade dos principais armamentos do país, como blindados, aviões e navios, estaria indisponível para uso.

“Há quanto tempo estamos desenvolvendo o projeto do novo caça da Força Aérea, o AMX? Há mais de uma década. E o submarino nuclear? Há mais de 40 anos. A Índia começou depois de nós e terminou o submarino nuclear antes. Houve uma época em que o submarino nuclear continuou, porque a Marinha usava recursos próprios. E os blindados do Exército? Os nossos carros de infantaria blindada têm mais de 40 anos. O Guarani é infantaria blindada sobre roda, mecanizada. O nosso fuzil é de 60 anos”, relata o general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva, doutor em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Ece-me) e mestre em Aplicações Militares na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Pós-Graduação.

Além da carência de equipamentos, a reportagem identificou outros

dois problemas que precisam ser enfrentados pelo setor de defesa: a alta proporção de oficiais-generais nas Forças Armadas (um para cada 971 homens, contra 1.400 nos Estados Unidos, por exemplo) e as distorções na distribuição de tropas no território nacional (leia mais na seção *Realidade Brasileira*, a partir da pág. 50).

O documento no qual se baseou o jornal é um esboço do que será chamado de *Livro Branco de Defesa Nacional* (veja a pág. 16), obra que vai nortear os planos do setor para as próximas décadas, bem como contrastar a adequação da estrutura de defesa hoje existente aos objetivos traçados pelo poder público para o setor.

Curto, médio e longo prazos

Reaparelhar as Forças Armadas é uma das prioridades da Estratégia Nacional de Defesa. Como parte dela, o Ministério da Defesa criou, no final do ano passado, grupo de trabalho para planejar o aparelhamento das Forças Armadas até 2031. Pela portaria publicada em 20 de dezembro, a elaboração do Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (Paed) deverá analisar pesquisa, desenvolvimento, manutenção operativa, recuperação da capacidade operacional, harmonização de projetos, preferência de aquisição de produtos de defesa no Brasil e transferência de tecnologia, quando a aquisição ocorrer no exterior.

O plano vai observar uma projeção de curto prazo (até 2015), de médio prazo (de 2016 a 2023) e de longo prazo (2024 a 2031) e precisa ser apresentado ao ministro da Defesa, Celso Amorim, até 31 de maio. São números gigantescos.

SGT BATISTA/FAB



Defesa aérea e interceptação na FAB estão a cargo dos esquadrões de caças Northrop F-5 Tiger II

O Exército, por exemplo, imagina investimentos de R\$ 149,1 bilhões até o final, quando terá um efetivo reforçado em 59 mil homens e mulheres. A Marinha, que ambiciona contar com pelo menos seis submarinos nucleares para proteger nossas águas, projeta R\$ 223 bilhões em recursos. A Força Aérea, ainda às voltas com a definição sobre os novos caças, estima que precisará de R\$ 131,8 bilhões para concretizar todos os seus planos.

No Senado, o trabalho de recuperação da capacidade militar do país tem merecido atenção permanente. No âmbito da CRE, foi criada, ainda em 2007, a Subcomissão Permanente de Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, presidida por Luiz Henrique (PMDB-SC) e composta por outros nove membros. Em agosto passado, ao retomar os trabalhos da subcomissão, o senador propôs ouvir o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e os chefes das três armas, para obter um diagnóstico sobre o processo de reaparelhamento.



Subcomissão presidida pelo senador Luiz Henrique faz diagnóstico para ajudar no reaparelhamento das Forças Armadas

Livro Branco deve ficar pronto até junho

Publicação fará apresentação transparente da segurança e da defesa

O *Livro Branco* é um documento público, em forma de livro, que expõe a visão do governo sobre o tema da defesa, a ser apresentado à comunidade nacional e internacional. O governo deve encaminhar sua proposta ao Congresso Nacional até meados do ano. Posteriormente, a cada quatro anos, serão enviadas atualizações não apenas do livro, mas da própria Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa. A proposta de criação do livro é do ex-deputado federal Raul Jungmann, que presidiu a Frente Parlamentar do setor na Câmara.

Utilizado em muitas outras nações, o objetivo do livro é estimular a confiança mútua entre o

Brasil e os demais países, ao fazer apresentação transparente de temas sensíveis de segurança e defesa. Ali estarão dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais detalhados sobre as Forças Armadas e a defesa, da política e da estratégia de defesa etc. Vai descrever os tipos de armas, os veículos, os navios, os aviões e as tecnologias empregadas.

Segundo o Ministério da Defesa, que coordena a elaboração do *Livro Branco*, a publicação será “uma poderosa ferramenta de ampliação da participação civil nos assuntos de defesa” e servirá para ampliar de modo significativo o conhecimento dos próprios militares sobre o setor. Para a confecção

da obra, seminários e encontros têm sido realizados desde o ano passado, recolhendo informações e opiniões de especialistas, organizações não governamentais, do setor industrial e do público em geral.

O livro pode ser considerado instrumento de prestações de contas, na medida em que apresenta ao público o que se espera dos instrumentos nacionais de defesa. Como definiu o ex-ministro da Defesa Nelson Jobim, a publicação é uma “importante contribuição à população brasileira, por divulgar temas de defesa e justificar as alocações dos recursos orçamentários necessários para alcançar os níveis de desempenho exigidos pela Política Nacional de Defesa”.



Lula discursa perante a Assembleia Geral da ONU: ex-presidente promoveu mudança na postura do Brasil no cenário internacional

Protagonismo sim, hegemonia não

Estratégia de defesa prega que futuro do país é estar entre os grandes. Assento permanente no Conselho de Segurança da ONU é um dos passos

A tese de que o Brasil está destinado a ser uma potência capaz de defender-se está explicitada, como apontou o doutor em Ciência Política Eliézer Rizzo de Oliveira, no próprio texto da Estratégia Nacional de Defesa, no trecho em que afirma que, “se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças”.

Sobre a posição que caberá ao país na ordem internacional, a lei destaca a convicção de que o Brasil passará a integrar o primeiro plano no

mundo “sem exercer hegemonia ou dominação”, desde que esteja preparado para conflitos e ameaças que podem surgir no caminho.

A mudança de postura do Brasil no cenário internacional foi diversas vezes ressaltada pelo ministro da Defesa, Celso Amorim, e por outros debatedores ao lembrar a importância que o tema da defesa nacional passa a ter diante da nova imagem que o país pretende projetar em suas relações internacionais. Primeiro, veio a construção da estabilidade econômica e do crescimento. Em seguida, ao longo da década passada,

a tomada de ousadas posições diplomáticas em questões espinhosas no contencioso mundial.

A diplomacia e a defesa nacional, por extensão, não podem mais ser vistas com os olhos do passado, reitera Amorim. O Brasil da Guerra Fria, atrelado aos Estados Unidos, não existe mais. “Hoje, essa realidade mudou inteiramente. A Guerra Fria acabou há mais de duas décadas. O Brasil se projeta cada vez mais no plano externo”, garante o ministro, que até o ano passado era a figura de proa da política externa.

Seminários em todo o país, como o realizado em Porto Alegre em abril de 2011, recolhem sugestões para o *Livro Branco*



Um assento entre os mais poderosos

Reivindicação do Brasil é participar, como membro permanente, do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

O que é?

Tem a missão de “preservar a paz mundial” e de “fomentar a segurança internacional”. É o único órgão internacional capaz de adotar decisões obrigatórias para todos os estados-membros, inclusive autorizar intervenção militar (caso recente na Líbia).



Qual a sua composição?

Cinco membros permanentes com poder de veto (Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China) e dez transitórios, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de dois anos.

Dos seis países que mais exportam armas, cinco são membros permanentes do Conselho de Segurança.

O Brasil, ao lado do Japão, é o país que mais vezes exerceu mandatos temporários no Conselho (dez, sendo que o último terminou em 31 de dezembro de 2011).



O que é poder de veto?

Um voto negativo de um membro permanente configura um veto à resolução. O veto tem sido usado pelas potências para implementar sua política externa e proteger seus aliados.

Veja quem mais usou o recurso desde 1946, quando a ONU foi criada

Rússia/ex-URSS	122
EUA	79
Reino Unido	32
França	18
China	5



Por que o Brasil quer ser membro permanente?

Maior país da América Latina, o Brasil se apresenta como representante do continente (o mesmo argumento é usado por Alemanha, Índia e Japão para fazerem idêntica reivindicação). A vaga permanente no conselho traz prestígio internacional ao país, aumenta o peso do Brasil como interlocutor nas questões globais e confirma a posição de líder regional.

Fontes: Site da Organização das Nações Unidas e veja.com.br

A política externa, sempre um tema árido para a maioria da opinião pública, passou a ser motivo de acalorados debates, depois que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva investiu fortemente, em seus dois mandatos, na construção de uma diplomacia que o diferenciava dos antecessores. Muitas posições foram alvo de severas críticas pelos opositores. Fato é que o

Brasil, que no passado preferia ser ator coadjuvante, passou a ambicionar papéis mais importantes no teatro mundial, pelo menos em termos de reivindicações.

Pleitos internacionais

Ponto de honra da política externa de Lula, o Brasil pleiteia assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

(veja o infográfico ao lado), o que faria saltar o prestígio e a influência internacional do país. A decisão depende de uma reforma nas estruturas da ONU que não tem data para se concretizar. Como funciona hoje, não atende aos anseios dos países em desenvolvimento, como argumenta o presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL).

“As Nações Unidas, que são o fórum, por sua configuração, poderíamos dizer, mais democratizado de tantos fóruns quantos existem, fazem, por seu secretário-geral, aquilo que as grandes potências dominantes decidirem fazer. Temos hoje os cinco membros permanentes com poder de veto e essas modificações todas que nós, países emergentes, desejamos implementar estão sendo muito dificultadas pelo veto que colocam ao prosseguimento desses entendimentos”, avalia o senador.

Para obter um assento permanente no Conselho de Segurança, o Brasil iniciou, na década passada, uma ofensiva internacional, com a criação de embaixadas permanentes em pequenos países do Caribe e da Oceania. O total de representações no exterior (que também inclui repartições consulares, missões junto a organismos internacionais e escritórios de representação) passou de cerca de 150 em 2002 para 226 — mais de 50% de crescimento.

“A contribuição brasileira não apenas atendeu a interesses de curto prazo, mas lançou eixos a serem perseguidos no longo prazo que contribuem para o desenho de um novo quadro de relações multilaterais”, justificou o Itamaraty, no balanço da diplomacia durante o período Lula (2003–2010).

“Os esforços (...) foram recompensados com a diversificação da pauta exportadora do país, com a articulação dos países emergentes em torno do G-20, com a proposição

de metas ousadas de enfrentamento de mudanças climáticas e com o fortalecimento do conjunto das economias da América do Sul”, diz ainda o relatório do Ministério das Relações Exteriores.

Bons resultados

Ao avaliar as novas parcerias estratégicas definidas pela política externa da era Lula, o doutor em História das Relações Internacionais e professor da Universidade de Brasília Antônio Carlos Lessa destaca a “importância do esforço no sentido de diversificar e sofisticar os laços políticos e econômicos com uma visão para a estratégia do Brasil de se reposicionar na cena internacional”.

Em artigo publicado na *Revista Brasileira de Política Internacional*, Lessa, que é também professor do Instituto Rio Branco (que forma os diplomatas brasileiros), afirma que a postura “injetou um novo dinamismo no processo de crescimento econômico, nas relações comerciais e na busca de investimentos externos, além de prover o país de uma nova capacidade de articulação política em escala global”.

O Brasil também apoiou, ainda que sem sucesso, candidaturas de dirigentes de organismos internacionais: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização Mundial do Comércio (OMC)

e Fundo das Nações Unidas para a Cultura e a Educação (Unesco). Finalmente, reivindica a ampliação do espaço dos países em desenvolvimento no Fundo Monetário Internacional (FMI), assim como os planos de ação de desenvolvimento para as regiões mais pobres do mundo.

O professor Darc Antonio da Luz Costa lembra que vivemos em um mundo em transição, em que a ordem até então vigente está sendo drasticamente alterada. O Brasil está, na visão do especialista em questões estratégicas, ficando um país rico. E riqueza e poder “andam juntos”.

“Se alguém ficou rico e não tem o poder para garantir sua riqueza, pode ter certeza de que alguém virá e tirará essa riqueza. Esse é um conceito clássico. E é importante entender que uma concepção de segurança do Brasil tem de observar essa questão do triângulo indissolúvel. A política deve responder o que devemos fazer; a estratégia responde como nós vamos fazer; e o poder, que meios nós dispomos para fazer”, explica o professor.

João Quartim de Moraes, professor de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), também acredita que o caminho passa pela reconfiguração das relações de poder mundiais. “E o Brasil é sujeito ativo, protagonista nesse processo de mudança da geografia econômica do planeta”, avalia.

“O mundo é muito mais complicado que isso. É importante entender isso, porque, do contrário, não poderemos, mais adiante, preservar nossa identidade e nossa vontade de construir um mundo melhor”, adverte o especialista.

Outros debatedores compartilham da visão de Darc Costa sobre a necessidade de o país, ao pleitear posição relevante no cenário mundial, também se munir de uma estrutura que assegure sua proteção.

“Estamos entrando no núcleo do poder internacional e no centro do cenário de conflitos. Estamos entrando forte, politicamente e diplomaticamente, só na área econômica ou na de direitos humanos. Isso é muito de discurso, mas na prática, se não houver a espada, que mostrei na **Estátua da Diplomacia**, não adianta só a diplomacia”, considerou o general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva, da Academia de História Militar Terrestre.

O mesmo raciocínio foi formulado pelo senador Fernando Collor, ao recordar que “diplomacia e defesa nacional andam *pari passu*, uma não pode existir sem a outra ou não pode prescindir da outra”. Ex-ministro da Marinha e da Secretaria de Assuntos Estratégicos, o almirante de esquadra (reformado) Mario Cesar Flores assegura que não há registro na história de uma nação bem-sucedida no cenário internacional que não tenha resolvido satisfatoriamente “a coerência entre suas dimensões geográfica, econômica,

De autoria do escultor português Maximiano Alves, a **Estátua da Diplomacia** fica na sede da Assembleia da República, em Lisboa. Uma figura feminina segura uma espada na mão esquerda e aponta uma pilha de livros e papéis com a mão direita. Simboliza as vicissitudes e contingências da diplomacia que obrigam à tomada de atitudes diversas que podem levar a confrontos, sem esquecer o reinado da lei — simbolizada pelos livros



Braços da diplomacia

As 226 representações do país no exterior

- 138 • Embaixadas
- 54 • Consulados-gerais
- 13 • Missões/delegações
- 11 • Vice-consulados
- 7 • Consulados
- 3 • Escritórios

Fonte: Ministério das Relações Exteriores

demográfica e estratégica, sem que o sentimento nacional compreendesse e apoiasse as preocupações sensatas concernentes à defesa”.

“Uma vez deslançada a evolução que conduza a essa coerência, crescerá naturalmente a presença do Brasil na ordem internacional; mais dia menos dia, acontecerá a condição de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU — um destaque que não ocorre por mera volição política, exige capacidade para honrá-lo”, prevê o almirante.

Joanisval Brito Gonçalves, consultor legislativo do Senado e especialista em defesa nacional, concluiu que, dos integrantes do chamado Brics (“os grandes países emergentes, que, sem dúvida alguma, atuarão de forma muito direta no destino do

mundo nos próximos anos”), só o Brasil trata a defesa com “grande descaso”.

“Se analisarmos Rússia, Índia e China, veremos que a preocupação com a defesa e com planejamento, até por razões geopolíticas, é essencial de sobrevivência. Não damos a devida atenção a essa questão. E a pergunta que fica é: até quando vamos tratar com tanto descaso a nossa defesa?”, indaga o consultor.

Equívocos diplomáticos

Na ascensão ao primeiro plano na diplomacia internacional, o país teria deslizado em temas complicados, pelo menos na visão do ex-ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia. Ele diz que o elenco de equívocos durante os governos Lula “é longo”, mas destacou “o mais

grave erro em toda a história de nossa política externa”.

“A tentativa de envolvimento na disputa sobre armas nucleares entre o Irã e as grandes potências ocidentais terminou em uma contundente derrota por 12 a 2 no Conselho de Segurança da ONU, que abalou o prestígio internacional do Brasil”, assegura o ex-ministro.

Outros pontos criticados por Lampreia, que teriam contribuído para retardar a ascensão internacional do país, foram a abstenção em resoluções da ONU que condenavam violações de direitos humanos no Irã, no Sudão e em outros regimes ditatoriais, “um sério afastamento do Brasil de sua tradicional posição na matéria”, e a “defesa incondicional do regime cubano, inclusive de sua política repressiva”.

Lula e o presidente chinês Hu Jintao (D), na 2ª Cúpula do Brics, em 2010: Itamaraty acredita no potencial do bloco



ROOSEWELT PINHEIRO/ABR

março de 2012

ROBERTO STUCKERT FILHO/FR



Obama com Dilma Rousseff, no Planalto: EUA podem ter interesse em dar tratamento diferenciado ao Brasil

Em busca de uma nova imagem

Ex-embaixador nos EUA diz que relações com superpotência vão se modificar gradualmente, mas caminho para chegar a esse patamar será longo

Segundo estudos divulgados no ano passado pelo National Intelligence Council, de Washington, em 2025 “o Brasil será uma potência econômica global, na qualidade de uma das cinco maiores economias em termos de PIB”. Um dos mais influentes diplomatas de sua geração, Rubens Barbosa, embaixador em Washington de 1999 a 2004, afirmou, em artigo na revista



Rubens Barbosa, ex-embaixador em Washington: emergência do Brasil coloca novos desafios à política externa

www.senado.gov.br/emdiscussao

Interesse Nacional, que “a emergência do Brasil como potência econômica global até 2025” colocará novos desafios para a política externa e para a política comercial com os EUA, na busca por uma parceria cada vez mais forte. “Reconhecido como uma potência regional e um país com peso econômico global e com importante papel em alguns dos principais temas da agenda internacional (...), a percepção [norte-americana] sobre o Brasil deverá modificar-se gradualmente”, prevê o ex-embaixador.

Segundo Barbosa, o caminho até lá será longo, pois o país segue, em larga medida, “desconhecido dos norte-americanos em geral e dos centros de decisão de Washington”. Como reforçou, à exceção dos diretamente ligados aos assuntos continentais, pouco ou nada se sabe sobre a realidade, os objetivos e a importância do Brasil para os interesses dos EUA.

Força moderadora

No artigo, de julho de 2011, o diplomata não prognostica

mudanças importantes no que diz respeito aos pontos centrais nas relações bilaterais, que continuarão a ser comércio e investimentos, “com crescentes convergências de interesses na região (estabilidade econômica e social, democracia e segurança regional)”.

“Por todas essas razões, será de interesse de Washington atribuir tratamento diferenciado ao Brasil no contexto latino-americano. Essa diferenciação poderá levar, no médio prazo, a uma nova atitude, mais realista e menos estereotipada. É possível antecipar que o descolamento do Brasil do resto da América Latina deverá acarretar a inclusão de nosso país em novas parcerias empresariais globais com os EUA e com outros países dentro e fora da região”, avalia o ex-embaixador Rubens Barbosa.

O deslocamento brasileiro do restante de seus vizinhos latino-americanos, porém, será, segundo Barbosa, apenas relativo, pois os Estados Unidos veem em nosso país “uma força moderadora e de estabilidade numa região que atravessa um período de mudança com a emergência da Aliança Bolivariana para as Américas (Alba), crítica dos EUA”.

Muito além do palco continental

Ambições nacionais agora extrapolam o protagonismo regional. Estratégia diplomática do Brasil é ser participante ativo das principais decisões mundiais

Desde que se tornou independente, o Brasil sempre concentrou suas atenções diplomáticas e militares nos vizinhos mais próximos. Era o foco da política externa, mas até a criação do Mercosul, já nos anos 1980, pouco ou quase nada se fez para que se estreitassem os laços econômicos, por exemplo.

“O palco histórico do Brasil e a âncora de nossa política externa é, desde sempre, a América do Sul. Aqui estão nossas principais prioridades e desafios. A relação com os países da região está hoje assinalada pelo considerável avanço que o Brasil realizou com a expansão de sua economia e pelo fortalecimento de suas empresas estatais e privadas. Até o final da década de 1980, o comércio regional de mercadorias era inexpressivo, enquanto o investimento brasileiro nesses países era praticamente nulo”, relata o ex-ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia.

Empurrado pelo revigoração econômico e pela estabilidade política das duas últimas

décadas, o Brasil partiu para uma mudança em sua estratégia de inserção no mundo. Sem desviar o foco em seu próprio universo sul-americano, diversificou sua agenda diplomática: é global na economia e em questões ambientais ou humanitárias, mas segue prioritariamente regional quando se trata de defesa, como explica o almirante Mario Cesar Flores, ex-ministro da Marinha.

“É razoável que suas preocupações priorizem realisticamente seu território, a América do Sul — admitida a extensão conjuntural, em função do assunto, à América Central e Caribe, como admitiu no caso do Haiti — e o Atlântico Sul, sobretudo o ocidental, teatro de seus interesses vitais, onde o Brasil precisa ter presença estratégica. Fora desse teatro, é sensato aceitar que os interesses brasileiros sejam protegidos pela ordem internacional protagonizada por outros Estados, a que o Brasil aportaria o apoio viável e conveniente”.

Ao avaliar o protagonismo

do Brasil no continente, Flores faz uma analogia com importância da posição diplomática dos Estados Unidos no contexto global. “No pós-Primeira Guerra Mundial, o isolacionismo dos EUA facilitou as condições que conduziram à Segunda Guerra Mundial. Resguardadas as proporções, o mesmo se aplica ao Brasil na sua região geopolítica, onde sua estatura relativa é incompatível com o absentismo, exige sua presença em prol da tranquilidade regional”.

Novo ator no palco

O fato de ser um ator novo no palco das grandes decisões internacionais conspira a favor do Brasil, segundo Oliver Stuenkel, professor-adjunto do Centro de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

“[Atualmente] as posições dos países emergentes são mais importantes porque tais Estados estão localizados em regiões do mundo onde as bases da democracia ainda não são

VICTOR SCHNEIDER



Ex-ministro da Marinha Mario Flores: Brasil precisa ter presença estratégica significativa no Atlântico Sul

importância da sinergia que deve existir entre os dois campos, diplomático e da defesa.

“O Barão do Rio Branco [patrono da diplomacia brasileira] dizia, há cem anos, que política externa se faz com diplomatas e militares. Felizmente, temos diplomatas fantásticos, mas não são só os nossos diplomatas fantásticos

sólidas. Além disso, há indicações de que a credibilidade do Brasil e a da Índia entre os países pobres possa exceder aquela do mundo rico, talvez precisamente porque esses dois países raramente são percebidos como excessivamente paternalistas. Como foi dito acima, o Brasil pode indicar vários casos em que assumiu os riscos para defender a democracia — no Paraguai, na Venezuela e, mais recentemente, em Honduras”, disse Stuenkel, em seu artigo “Potências emergentes e o futuro da promoção da democracia”, publicado na revista *Interesse Nacional*.

O consultor legislativo do Senado Joanisval Brito Gonçalves também realçou a

que vão garantir a integridade e os interesses nacionais do Brasil no futuro. Defesa é um seguro que a nação paga. E cada vez mais, à medida que o Brasil busca um papel maior de protagonista no cenário internacional, tem que ter bem equilibrada essa relação que o barão dizia ser essencial em política externa”.

O dilema dos recursos

“Para garantir esse entorno de paz dentro desse novo mundo que existe — multipolar, com muitas ameaças distintas —, o fato de a gente ter defesas não só é bom para nós, mas contribui para que não haja tentação de desestabilização da ordem mundial naquelas áreas em que nós podemos atuar. Em outras palavras, se me permitem uma expressão, é preciso dizer ‘não vem que não tem’. O Brasil tem que estar capacitado a dizer isso. Nós não vamos nos meter em outras aventuras, não temos essas pretensões”, raciocinou o chanceler, ao defender a necessidade de prioridade e recursos para o setor, em sua participação nos debates.

Cristovam Buarque (PDT-DF), que já presidiu a Comissão de Relações Exteriores, é enfático ao alertar que o Brasil pode enfrentar sérias dificuldades se não contar, o mais brevemente possível, com uma defesa nacional “bem consolidada, organizada”.

“Podemos ter grandes problemas, tanto quando analisamos nossas fronteiras como quando analisamos as relações no mundo global, por conta de recursos naturais que vão ficar cada vez mais escassos, inclusive a água; por conta da tentativa de apropriação dos mares e do espaço. Porque cada vez mais o espaço tem donos que estão jogando coisas sem saberemos sob que controle, por conta de formas diferentes de impor relações comerciais”, disse o senador.

O engenheiro Simon Rosental, professor da Escola Superior de Guerra (ESG), resume em dois cenários a polêmica sobre o incremento de recursos para a defesa:

“Se o que queremos para o futuro é um Brasil que produza apenas *commodities* e continue sob o domínio econômico e tecnológico, penso que não há necessidade de recursos. Agora, se queremos um Brasil em direção aos países desenvolvidos, o que envolve ciência, tecnologia, inovação e planejamento, é fundamental que as Forças Armadas sejam muito bem equipadas. Porque, no momento em que o Brasil se tornar um país desenvolvido, torna-se também uma grande potência”.

CEBRIONLINE



Oliver Stuenkel, professor da FGV, diz que fato de o Brasil ser um ator novo no palco internacional conspira a seu favor

Patrulhamento na Amazônia: para senador Cristovam, Brasil pode enfrentar sérias dificuldades sem defesa consolidada



EXÉRCITO BRASILEIRO



JOHNSON BARROS/FAB

Piloto na cabine de um avião C-105, durante a Operação Coruja Verde, em Manaus, treina com equipamentos especiais para visão noturna

A força da dissuasão

Defesas sólidas tornariam muito custoso ao agressor um ataque ao nosso país. Para repelir invasões, é preciso estar preparado para combater com competência

Dissuadir — convencer (alguém ou a si mesmo) a mudar de ideia, a abdicar de uma decisão. O Brasil, ainda desde o fim do Império, forjou as suas relações com os demais países com base nesse conceito. O verbo está no cerne da Estratégia Nacional de Defesa (END), cujo primeiro objetivo é “dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional”. Para dissuadir, porém, é preciso estar preparado para combater, enfatiza mais adiante o mesmo documento.

O chanceler Celso Amorim avaliou, na audiência pública com os senadores, que os mais de 65 anos sem nenhum conflito de natureza global e a natureza pacífica do Brasil podem, eventualmente, transmitir a falsa ideia de que o país não precisa de defesa, de que ninguém vai nos atacar ou investir contra os nossos interesses.

“Isso não pode ser uma certeza. Temos que transformar isso numa impossibilidade, tanto quanto possível. A Estratégia Nacional de Defesa muito claramente aponta para essa necessidade de dissuasão, em termos de sermos capazes de

causar dano mínimo a qualquer aventura, seja em função do nosso petróleo, da Amazônia, da nossa base de produção de alimentos, enfim”, justifica o ministro.

Como explicitou o doutor em Ciência Política Eliézer Rizzo de Oliveira no artigo “As diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa”, o Brasil tem interesses a defender por intermédio do seu poderio militar, ainda que não tenha inimigos estratégicos definidos e declarados.

A opção pela dissuasão é tema pacificado na comunidade de defesa nacional. Não se

ouvem vozes apregoando uma mudança nessa postura histórica, ou reivindicando a transformação do país em uma potência belicosa e beligerante, mas muitos experientistas militares e estudiosos advertem que, para chegar a uma capacidade satisfatória de dissuasão, é preciso concentrar investimentos e implementar as diretrizes da END plenamente.

Estratégia adequada

O professor Darc Costa explicou que a estratégia tem três grandes formas de atuar:

a) na ação direta, um país tem força suficiente para esmagar o oponente (é uma forma praticada pelos países mais desenvolvidos, mais fortes);

b) na ação indireta: o país não tem força suficiente para esmagar o inimigo, mas consegue progressivamente enfraquecê-lo;

c) a dissuasão: quando o país tem defesas suficientes para tornar muito custosa para um agressor a iniciativa de um ataque.

“O Brasil não é o mais forte, nem é o mais fraco, mas deve praticar a chamada estratégia da dissuasão; ou seja, deve dizer a quem estiver disposto a nos agredir que faremos algo de tal forma que ele não sairá incólume desse processo. É isso

que devemos pensar em fazer. Mas é preciso que exista uma convincente força militar combinada: terrestre, naval e aérea.”

Para isso, complementa o especialista, em uma guerra convencional, o Brasil precisa dispor de efetivos treinados e bem armados, capazes de durar no combate, mesmo enfrentando adversários muito mais poderosos (veja mais na seção *Realidade Brasileira, a partir da pág. 50*). E dispor de autonomia estratégica, ou seja, o armamento e o equipamento destinados a essa força dissuasória deverão ser fabricados no Brasil tanto quanto possível, dentro de um planejamento de logística, a fim de evitar embargos internacionais no cumprimento da missão de defesa.

Para o almirante e ex-ministro Mario Cesar Flores, “o peso relativo do Brasil no funcionamento tranquilo desse mundo imperfeito será inferior ao potencial sugerido por suas circunstâncias geográfica, econômica e demográfica, se não contar com o respaldo de poder militar compatível — a já citada compatibilização das políticas externa e de defesa”, escreveu ele na edição de julho passado da revista *Interesse Nacional*.

Ele construiu um cenário

ideal em que o Brasil disporia de poder militar:

1) ágil/móvel, com capacidade para abortar rapidamente agressões ao Brasil ou no mínimo deixar claro que, se praticadas por potências de grande nível estratégico, não teriam custo baixo. Ou seja, um poder militar útil para dissuadir agressões e estimular soluções negociadas;

2) coerente com o Brasil na sua região — América do Sul e Atlântico Sul, ao menos o ocidental —, capaz de apoiar nela a conciliação pacífica de contenciosos e contribuir para a tranquilidade e ordem regional;

3) capaz de prover a ação militar necessária à tranquilidade, segurança e respeito à lei brasileira e à internacional adotada pelo Brasil, no seu território terrestre e marítimo. Embora se refira ao Brasil *lato sensu*, a meta exige particular atenção à Amazônia e suas fronteiras permeáveis, à costa marítima (com as instalações de petróleo e gás, de peso crescente na segurança nacional) e ao espaço aéreo (veja mais a partir da pág. 60).

Raposas e lobos

Doutor em Economia pela Universidade de Hamburgo, o professor da UnB e diplomata Adriano Benayon é direto

Ranking do poder militar na América do Sul — 2009/2010

Foram analisados fatores militares, econômicos e geopolíticos de cada país, atribuindo-se pontos (e um peso para cada item de acordo com sua importância) que, em sua totalidade, refletiram a escala de poder das principais nações sul-americanas

Ranking	Exército	Marinha	Força Aérea	Efetivo/Pop. ¹	G.M./PIB ²	END ³	P.E. ⁴	Total
1. Brasil	289	139	272	10	40	35	35	820
2. Chile	201	94	108	40	50	33	15	541
3. Peru	199	96	106	30	30	5	15	481
4. Colômbia	80	62	170	40	50	15	15	432
5. Argentina	143	93	71	10	20	10	25	372
6. Venezuela	86	63	105	20	30	18	15	337
7. Equador	48	41	32	20	30	-10	10	171

¹ Efetivos/Pop. = índice do total de efetivos das três Armas em relação à população do país

² G.M./PIB = gastos militares em relação ao produto interno bruto (PIB)

³ END = Estratégia Nacional de Defesa: considerou-se planejamento de longo prazo, vontade política, interesse no fortalecimento das Forças Armadas, indústria bélica e Política de Defesa Nacional

⁴ P.E. = Projeção estratégica: considerou-se a população total, área do país, efetivos militares, produto interno bruto (PIB), capacidade de mobilização e atuação em missões de paz da ONU

Fonte: metodologia desenvolvida pelo Military Power Review (www.militarypower.com.br)



Dissuasão só será eficaz se país dispuser de efetivos treinados e bem armados, capazes de durar no combate

em sua avaliação: “Para ficarmos tranquilos no pré-sal, precisaremos de reforço nas nossas Forças Armadas. Quem quiser continuar

sendo galinha cercada de raposas e lobos está destinado à sorte das mais tristes”, prevê Benayon.

“Se o circo começar, e isso pode ocorrer de repente, ninguém vai querer saber da nossa índole pacífica. Vai importar, sim, para nossa juventude na linha de frente, o poder de dissuasão de que dispõe, não para lutar, mas, sobretudo, para fazer o inimigo desistir da luta”, complementa o coronel de infantaria e Estado-Maior Paulo Ricardo da Rocha Paiva, em seu artigo “As forças mambembes da 6ª potência econômica”, publicado em 13 de janeiro



José Genoíno, do Ministério da Defesa: maior papel do país, no futuro, é diminuir as suas vulnerabilidades

no site www.defesanet.com.br.

O assessor especial do Ministério da Defesa, ex-deputado federal José Genoíno, defendeu, em palestra durante os debates para elaboração do *Livro Branco da Defesa Nacional*, que o maior papel a ser desempenhado pelo Brasil, no futuro, é diminuir suas vulnerabilidades. “Defesa é o elo entre a nação e as Forças Armadas e, no que diz respeito ao Brasil, a preservação da Amazônia é um componente fundamental desse elo”, disse.

O então comandante militar da Amazônia, general Luis Carlos Gomes Mattos, ressaltou a necessidade de o Brasil desenvolver formas mais eficazes de coibir ilícitos nas fronteiras e manter diálogo permanente com os governos das demais nações que compõem a Amazônia sul-americana para a defesa da região.

Desafio ao domínio americano

Edição 2011 do anuário londrino *The Military Balance* prevê que China terá o mesmo poderio militar que os Estados Unidos dentro de 15 ou 20 anos



John Chipman: EUA e outras potências ocidentais estão perdendo monopólio em áreas cruciais da defesa tecnológica

O século 20 testemunhou profundas e radicais transformações na geopolítica, viu surgirem e desaparecerem hegemonias econômicas e militares. No novo mundo desenhado para o século 21, já não existe a bipolaridade capitalismo-comunismo que marcou o cenário internacional na Guerra Fria. A Rússia, sucedânea da URSS, ainda é uma potência nuclear capaz de infligir medo a Washington, mas as maiores preocupações se voltam para a emergência da China e os adversários posicionados no mundo árabe.

Estudos recentes preveem que, se os EUA não agirem rapidamente, verão os chineses alcançarem o mesmo nível de poderio bélico em um espaço de 15 a 20 anos. A previsão foi feita na edição de 2011 de *The Military Balance*, publicada anualmente pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS, na sigla em inglês), um dos mais renomados centros de análise em questões de segurança, baseado em Londres.

“Os Estados Unidos sempre disseram que jamais deixariam outra nação se equiparar a eles em poderio militar, por isso nos próximos anos eles terão que tomar decisões importantes em relação a isso”, alertou, em um comunicado de divulgação do relatório, o diretor-geral do IISS, doutor em Relações Internacionais John Chipman.

No documento, o instituto londrino realçou o contraste entre os cortes nos orçamentos de defesa dos países ocidentais e o incremento de gastos militares e compras de armas na Ásia e no Oriente Médio.

“Há uma evidência clara de que uma redistribuição global do poderio militar está em curso”, disse Chipman. “Os EUA e outras potências ocidentais es-

tão perdendo seu monopólio em áreas cruciais de defesa tecnológica”, prognosticou o instituto.

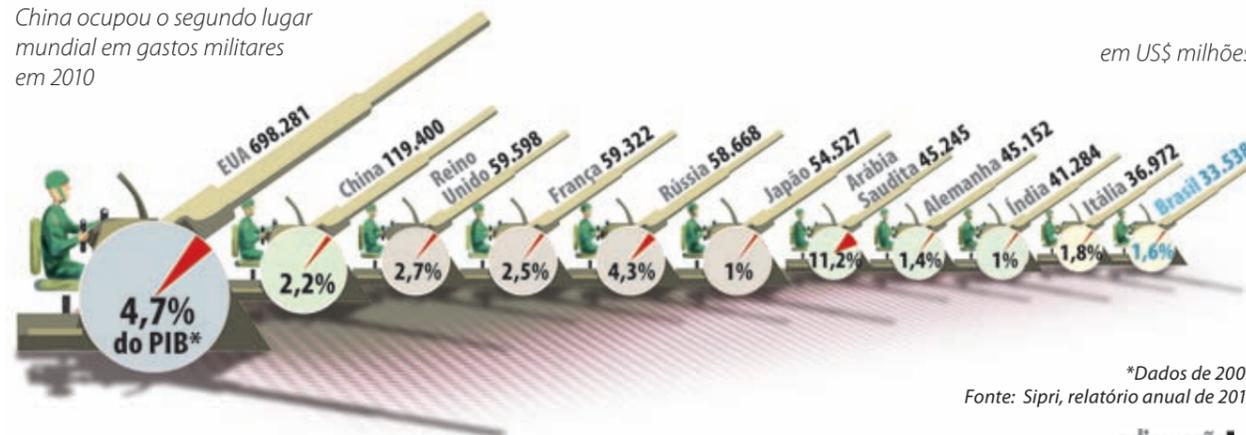
Em termos absolutos, recorda o almirante Mario Cesar Flores em seu livro *Reflexões Estratégicas: repensando a defesa*, os EUA ainda são o país que mais gasta em defesa (4,7%, contra 2,2% da China, dados de 2009), decorrência da decisão da maior economia de exercer firmemente “a supremacia no cenário das nações contemporâneas”. Como destacou, “os EUA são hoje a única potência capaz de atuação intercontinental decisiva e de garantir ou comprometer seriamente a paz e a estabilidade em nível global”.

O general Luiz Eduardo da Rocha Paiva é ainda mais enfático: “Estados Unidos, União Europeia, Rússia, China e Japão formam um eixo de poder que disputa espaços e recursos em todo o mundo. E, na realidade, ainda conduzem os destinos do mundo. Projetam poder político, econômico e militar em áreas de importância geoestratégicas. Procuram limitar a projeção de rivais nessas áreas e, portanto, necessitam para manter aquele *status*, agir globalmente, e aí acabam limitando a soberania das nações-alvo.”

O avanço da Ásia e do Oriente Médio

China ocupou o segundo lugar mundial em gastos militares em 2010

em US\$ milhões



*Dados de 2009
Fonte: Sipri, relatório anual de 2011

As forças necessárias para se manter pacífico

“Prosseguiremos com os projetos prioritários de aparelhamento das Forças sem deixar de valorizar os homens e as mulheres que tornam esses projetos possíveis. (...) O país com o qual sonhamos precisará cada vez mais de Forças Armadas equipadas e qualificadas para cumprimento de suas funções.”
 Presidente **Dilma Rousseff**, em 19 de dezembro de 2011



ANTONIO CRUZ/ABR

“A criação do Conselho Sul-Americano de Defesa fortalecerá a vocação pacífica desta parte do mundo, que também se caracteriza como livre de armamentos nucleares.”
Marco Aurélio Garcia, assessor para Assuntos Internacionais da Presidência

“Não é prudente conceber um país sem capacidade de defesa compatível com sua estatura e aspirações políticas.”
Política de Defesa Nacional, página 3

“Atualmente, as Forças Armadas não têm condições de cumprir sua missão de defesa da pátria.”
 General **Luiz Eduardo Rocha Paiva**, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil

“Seguramente nunca praticaremos atos de agressão, isso fora de dúvida — aliás, a nossa Constituição mesmo proíbe —, mas temos de demonstrar a nossa capacidade defensiva.”
Celso Amorim, ministro da Defesa

ANA VOLPE/AGÊNCIA SENADO



“É no serviço militar obrigatório que se forma o cidadão, numa sociedade que só forma consumidores.”
Darc Antonio da Luz Costa, membro do Conselho Diretor do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebes)

“Há uma separação de objetivos militares e civis, como se ainda vivéssemos situações separadas. Essa falta de enlace é dramática.”
 Senador **Inácio Arruda** (PCdoB-CE)

“O Brasil ascenderá ao primeiro plano no mundo sem exercer hegemonia ou dominação. O povo brasileiro não deseja exercer mando sobre outros povos. Quer que o Brasil se engrandea sem imperar.”
Estratégia Nacional de Defesa, Introdução



ITAMARATY

“Não se pode ser pacífico sem ser forte.”
Barão do Rio Branco

“Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje, se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não renováveis no planeta, a um preço próximo do custo de extração e transporte e, se elevados, sem perda de relação de troca pelo reajustamento correspondente nos seus produtos de exportação. Para tanto, terão os países industrializados que montar um sistema mais requintado e eficiente de pressões e constrangimentos políticos, econômicos ou mesmo militares, garantidores da consecução dos seus intentos.”
Henry Kissinger, ex-secretário de Estado norte-americano, em 1977



REMY STEINEGER



Contexto

EVANDRO TEIXEIRA/CPDOC IB

Sempre às voltas com o poder civil

Forjadas nas lutas pela consolidação do território na Colônia e no Império, Forças Armadas criaram incômoda tradição de envolver-se nas questões políticas

As Forças de defesa nacionais têm suas origens nas disputas durante o Brasil-Colônia e na Guerra da Independência. Formalmente, foram criadas em 1824 (Exército e Marinha) e em 1941 (Força Aérea). Os militares estiverem presentes, muitas vezes em funções muito além daquelas previstas na Constituição, em episódios determinantes da vida nacional, desde a consolidação do território nacional como hoje o conhecemos, passando pela Proclamação da República e, mais recentemente, a supressão do Estado de direito durante o regime militar de 1964.

O consultor legislativo Joannis Brito Gonçalves, estudioso do papel das Forças Armadas brasileiras, lembra que, no Império, o que empurrou os militares em direção à política foi o instinto de preservação.

“Logo depois da guerra contra o Paraguai, chegou-se inclusive a considerar a extinção das Forças Armadas. Houve um declínio muito grande. Isso gerou uma grande preocupação,

sobretudo no meio militar, que culminou numa maior participação dos militares nas grandes questões políticas do Brasil ao final do Império. E o resultado disso foi o golpe de estado de 15 de novembro”, avalia o consultor.

Gonçalves lembra que algumas pessoas veem semelhanças entre aquele período e as últimas décadas, onde se registra consistente esvaziamento nos investimentos em defesa, expresso nos cortes e redução no orçamento das Forças Armadas.

Poder moderador

Na República, prossegue Joannis Brito Gonçalves, os militares continuaram envolvidos diretamente com a política, tanto que os dois primeiros presidentes eram marechais (*confira o quadro na página seguinte*).

“Durante muito tempo, as Forças Armadas tiveram uma percepção de que atuavam como o poder moderador, exatamente não se envolvendo diretamente com a política, mas buscando intervir todas as

vezes em que os poderes se mostrassem em conflito”, justifica o estudioso.

Para o consultor do Senado, o problema dessa intervenção surgiu quando, na década de 1960, os militares passaram a identificar (e combater) o que chamavam de “inimigo interno” (as forças políticas de esquerda), forjando a justificativa para o golpe militar de 1964 — livrar o país da ameaça comunista. Seguiram-se atos institucionais (com os

quais os militares no poder legislavam ao arrepio dos direitos individuais consagrados na Constituição federal) até o ponto em que uma junta militar outorgou, em 1969, uma nova constituição — oficialmente denominada “Emenda Constitucional nº 1” —, na prática a legalização dos ideais dos autores do golpe militar, como a doutrina de **segurança nacional**.

A doutrina de segurança nacional, influenciada pela Guerra Fria, mostra preocupação acentuada em proteger o Estado contra um “inimigo interno”, no caso brasileiro, àquela época, as pessoas que pregavam ideais políticos diversos dos defendidos pelo regime militar

Confira fatos marcantes na história das Forças Armadas

- 1548 – Dom João III, rei de Portugal, resolve criar um governo-geral com sede na Bahia, que inclui milícias de defesa.
- 1566 – Expulsos os franceses da baía da Guanabara.
- 1615 – Expulsão dos franceses de São Luís.
- 1648 – Batalha dos Guararapes, em 19 de abril, marca o início da organização do exército como força genuinamente brasileira.

- indústrias de armas e fábricas de pólvora. Tropas de elite começam a admitir brasileiros.
- 1815 – Criado o Ministério da Guerra no Brasil. Tropas regulares de Portugal desembarcam no país.
- 1817 – Oito mil homens e forças navais são usadas para reprimir a Revolução Pernambucana.
- 1822 – Dom Pedro I declara a Independência do Brasil, ao lado de soldados da cavalaria que formavam sua guarda de honra.
- 1824 – Decreto do imperador Dom Pedro I determina a organização

- Guanais e a Revolta dos Malês.
- 1835–1845 – Luis Alves de Lima e Silva (depois Duque de Caxias) lidera as tropas imperiais na Revolução Farroupilha (RS), que causou mais de 40 mil mortes.

- 1837 – Tentativa de implantação do serviço militar obrigatório no Brasil, que só se consolidaria nas primeiras décadas do século 20.
- 1842–1875 – Repressão militar a novas revoltas (Liberais, Praieira, Muckers e Quebra-Quilos).

- 1851–1852 – Guerra contra Oribe e Rosas é travada entre as tropas da Argentina e uma aliança formada pelo Brasil, Uruguai e províncias rebeldes da própria Argentina. Envolve mais de 100 mil soldados, nos dois lados da disputa, e deixa mais de 1.600 vítimas fatais.
- 1864 – Guerra contra Aguirre, em represália a invasões no sul do país por grupos uruguaios, envolve 6 mil homens.

- 1864–1870 – Invasão de Mato Grosso pelo exército de Solano López deflagra a Guerra do Paraguai, travada contra a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai).



REPRODUÇÃO

Maiores conflitos armados na América do Sul, envolve mais de 280 mil soldados, com 300 mil mortos paraguaios (incluindo civis) e 50 mil brasileiros. Lideranças militares brasileiras de destaque: Duque de Caxias, general Osório e almirante Tamandaré, famoso pela Batalha do Riachuelo.

- 1889 – Marechal Deodoro da Fonseca proclama a República e é o primeiro presidente militar do país, de um total de nove (veja quadro abaixo).
- 1889 a 1932 – Forças Armadas atuam na repressão a diversas rebeliões internas: guerras de Canudos (1896) e do Contestado (1912), revoltas da Armada (1891) e da Chibata (1910) e revoluções Federalista Gaúcha (1893) e Constitucionalista de São Paulo (1932).

- 1906 – Estabelecido o serviço militar obrigatório,

Todos os militares presidentes

- Marechal Deodoro da Fonseca (1889–1891)
- Marechal Floriano Peixoto (1891–1894)
- Marechal Hermes da Fonseca (1910–1914)
- Marechal Gaspar Dutra (1946–1951)
- Marechal Castelo Branco (1964–1967)
- Marechal Costa e Silva (1967–1969)
- General Garrastazu Médici (1969–1974)
- General Ernesto Geisel (1974–1979)
- General João Figueiredo (1979–1985)

- rio, por sorteio (que só valeu, na prática, a partir de 1916).
- 1917 – Participação militar na 1ª Guerra Mundial: envio de um grupo de aviadores do Exército e da Marinha, de um corpo médico-militar do Exército e de uma divisão naval.
- 1919 – Nova reorganização na estrutura do Exército por uma missão militar francesa, chefiada pelo general Maurice-Gustave Gamelin.



REPRODUÇÃO

- 1922 – Revolta dos 18 do Forte de Copacabana (RJ) é o primeiro dos quatro episódios decorrentes do tenentismo, movimento político-militar e série de rebeliões de jovens oficiais de baixa e média patente do Exército, que propunham o fim do voto de cabresto, o voto secreto e a reforma na educação pública.
- 1925 – Militares iniciam a Coluna Prestes, que marchou durante três anos pelo interior do Brasil enfrentando tropas oficiais, jagunços e cangaceiros.
- 1930 – Movimento armado, liderado por Minas

- 1932 – Revolução Constitucionalista, em São Paulo, tem 87 dias de combates, com um saldo oficial de 934 mortos.
- 1935 – Intentona Comunista ocorre em locais esparsos do país (Rio, Recife e Natal), causando a morte de 30 militares e cerca de 1 mil civis.
- 1937 – Com o apoio dos militares, Getúlio Vargas implanta o Estado Novo, ditadura que persistiria até 1945.
- 1938 – Levante Integralista tenta a invasão do Palácio Guanabara, mas é sufocado. Alguns revoltosos são sumariamente fuzilados.
- 1941 – Decreto cria o Ministério da Aeronáutica e funde as forças aéreas do Exército e da Marinha numa só corporação, a atual Força Aérea Brasileira (FAB).
- 1942 – Brasil declara guerra ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e entra na 2ª Guerra Mundial.
- 1944 – Envio ao front italiano da Força Expedicionária Brasileira, que envolveu 25.334 homens.
- 1945 – Getúlio Vargas renuncia, em movimento apoiado por militares como Gaspar Dutra, Góis Monteiro e Eduardo Gomes.
- 1945 – Gaspar Dutra, ministro da Guerra



REPRODUÇÃO

- de Getúlio, é eleito presidente.
- 1949 – Escola Superior de Guerra (ESG) é criada.
- 1954 – Outra vez presidente, Vargas se suicida, causando uma comoção nacional que, segundo historiadores, adiou um golpe militar de direita.
- 1955 – Movimento liderado pelo ministro da Guerra, Teixeira Lott, mobiliza as tropas e garante a posse dos eleitos Juscelino Kubitschek e João Goulart, presidente e vice.
- 1956 – Oficiais da Aeronáutica insatisfeitos se rebelam e se instalam em Jacareacanga (PA). Rebelião dura 19 dias.
- 1957–1967 – Primeira experiência das Forças Armadas em missão de paz da ONU. Batalhão de Infantaria de aproximadamente 600 homens é enviado ao Egito.
- 1959 – Nova revolta militar, agora em Aragarças (GO).
- 1965 – Exército participa da Invasão da República Dominicana pelos EUA.
- 1985 – General João Batista de Figueiredo é substituído na presidência por José Sarney, encerrando o regime militar.
- 1980 – É permitido o ingresso de mulheres na Marinha, em funções administrativas.
- 1988 – Com a promulgação da Constituição, Forças Armadas se afastam do núcleo político brasileiro, voltando-se para suas missões constitucionais.
- 2006 – Formada a primeira turma de mulheres pilotos de aviação da FAB.

- 1964–1985 – Golpe militar derruba João Goulart e fecha partidos, sindicatos e organizações estudantis. Opositores são cassados ou aposentados compulsoriamente. Há censura à imprensa e a tortura de presos se torna comum. Forças Armadas reprimem movimentos de guerrilha urbana e rural (número oficial de mortes: 384). Três dos cinco presidentes do ciclo militar eram tenentes na Revolução de 1930: Castelo Branco, Garrastazu Médici e Ernesto Geisel.
- 1965 – Exército participa da Invasão da República Dominicana pelos EUA.
- 1985 – General João Batista de Figueiredo é substituído na presidência por José Sarney, encerrando o regime militar.
- 1980 – É permitido o ingresso de mulheres na Marinha, em funções administrativas.
- 1988 – Com a promulgação da Constituição, Forças Armadas se afastam do núcleo político brasileiro, voltando-se para suas missões constitucionais.
- 2006 – Formada a primeira turma de mulheres pilotos de aviação da FAB.



REPRODUÇÃO

- 1960 – Começa a se formar a Doutrina de Segurança Nacional. As Forças Armadas vivem um período de intensa ideologização, divididas entre militares de esquerda e anticomunistas.



CE JUNIOR/FAB

REPRODUÇÃO



- 1707–1720 – Forças militares são usadas para reprimir movimentos como as guerras dos Emboabas e dos Mascates e a Inconfidência Mineira.
- 1762 – Marquês de Pombal contrata oficiais estrangeiros para reorganizar e profissionalizar o exército português, inclusive nas colônias.
- 1808 – Corte portuguesa se transfere para o Rio.
- 1810 – Criação da Academia Real Militar, no Rio de Janeiro.

- das forças militares brasileiras (Exército e Marinha).
- 1824 – Ajudadas por mercenários estrangeiros, tropas sufocam a Confederação do Equador (PE).
- 1825–1828 – Guerra da Cisplatina, entre Brasil e as Províncias Unidas do Rio Prata, pela posse do atual Uruguai.
- 1831 – Reorganização do exército imperial brasileiro, seguida da criação da Guarda Nacional. Extintos os antigos corpos de milícias e ordenanças, além das guardas municipais.
- 1832–1841 – Exército imperial reprime sucessivas revoltas como

REPRODUÇÃO



- 1811–1815 – Construção de hospitais militares, arsenais de guerra,

- a Cabanada, a Cabanagem, a Sabinada, a Balaiada, a Federação do

Confuso e globalizado

No mundo de hoje, ameaças não são tão visíveis, mas é dever de cada país se prevenir contra eventuais riscos

Representantes do governo, analistas e acadêmicos com longa experiência no tema segurança nacional não têm dúvidas: o virtualmente imprevisível cenário internacional e a ascensão econômica do país configuram razões mais do que suficientes para que se implemente a Estratégia Nacional de Defesa (END). Das previsões sobre uma inevitável erosão do hoje quase absoluto poder militar dos Estados Unidos aos insistentes alertas sobre a cobiça internacional em relação aos recursos brasileiros na Amazônia e na

plataforma continental, os debates promovidos pelo Senado no semestre passado serviram para reforçar a convicção de que o Brasil não pode ficar inerte enquanto potenciais adversários na geopolítica do futuro se armam e fortalecem suas defesas.

“Em geral, nas últimas décadas, fomos poupados de grandes conflitos de escala global, mas nunca podemos ter certeza de que eles não voltarão a ocorrer. Mesmo que não

sejam catastróficos, como se pensava na Guerra Fria, pode haver outro tipo de conflito. E temos que cuidar dos nossos recursos, dos nossos interesses”, resume, com absoluta propriedade, o ministro da Defesa, Celso Amorim.

Ele admite que, atualmente, as hipóteses de guerra e de conflito de que se falava durante quase todo o século 20 — e que eram a base da organização estratégica — já não são mais vigentes. O que não descarta a necessidade de termos o “cuidado natural” com as fronteiras, ainda que, como ressaltou, a

América do Sul seja hoje uma “área de cooperação”.

“Pouco antes da Operação Ágata, tive oportunidade de visitar a Argentina, o Paraguai e o Uruguai para falar com os presidentes e com os ministros da Defesa locais, para dizer o que íamos fazer. Com isso, gerou-se um clima de total transparência. E, à exceção de uma notícia que se perdeu no tempo, não houve nenhuma reação. A visão foi totalmente positiva em relação à ação do Brasil. Isso também é novo na região”, exemplificou o ministro.

Cenário em transição

Para o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Fernando Collor (PTB-AL), hoje o mundo está “confuso e globalizado”, tornando difícil para o Brasil ou qualquer país vislumbrar com exatidão — “salvo exceções de praxe” — de onde podem vir os eventuais ataques aos seus interesses.

Entre as situações potencialmente preocupantes (veja o infográfico na pág. 35), a publicação *The Military Balance 2011* cita, além da redução dos investimentos em defesa no Ocidente (em oposição ao aumento de gastos com armas na Ásia e Oriente Médio), a instabilidade política no mundo islâmico, a crescente tensão na Península Coreana, os conflitos de fronteira entre Camboja e Tailândia (aliados à escalada armamentista em países como Indonésia, Malásia, Cingapura e Vietnã) e a tradicional desconfiança entre os poderosos vizinhos China e Índia.

“Este não é o mundo que nós vislumbrávamos há poucos anos. Não esperávamos que o século 21 fosse iniciado com tantas guerras. Imaginávamos que a guerra do século 21 fosse a guerra comercial, a busca



EDNILSON AGUIAR/SECOM-MT

Operação conjunta das Forças Armadas, em coordenação com outros órgãos federais e estaduais, realizada no segundo semestre de 2011, nas faixas de fronteira. Foi dividida em três fases: Ágata 1 na fronteira com a Colômbia; Ágata 2 nos limites com Uruguai, Argentina e Paraguai; e Ágata 3 na fronteira com Peru, Bolívia e Paraguai. A primeira focou a destruição de pistas de pousos clandestinas e o combate a crimes ambientais. As duas últimas foram voltadas para a repressão a crimes como contrabando de gado, tráfico de armas, de drogas e de pessoas (leia mais na pág. 68).

por mercados; imaginávamos que as grandes contendas se dariam no âmbito da Organização Mundial do Comércio; que os grandes pontos objetos dessas contendas seriam para que os mercados de países economicamente mais fortes pudessem se abrir para os produtos de países emergentes e, daí, haver um clima para uma convivência pacífica. Infelizmente, isso não foi possível, isso não tem sido possível”.

Por isso, disse o senador, paralelamente ao fortalecimento dos mecanismos de defesa, o país deve seguir buscando um espaço diplomático internacional onde sua voz possa ser mais forte e respeitada.

“O que o Brasil vem perseguindo junto com países e economias emergentes é uma mudança nesses organismos multilaterais que nasceram lá atrás, em 1945, que estão inteiramente defasados, defendeu Collor.

Na visão do general Luiz Eduardo Rocha Paiva, que foi instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (que forma o oficialato do Exército brasileiro), as maiores “áreas de fricção” atuais estão do outro lado do mundo: Oriente Médio, Europa Oriental e Cáucaso, Ásia Central, o Oceano Índico, rota vital para a importação, pela China, de petróleo e outras *commodities* essenciais à sua sobrevivência econômica. Países envolvidos nesse círculo geopolítico, como Japão, Coreia do

Sul, Taiwan, Filipinas e Indonésia, ou são rivais da China ou são temerosos com relação à China, acrescentou.

Collor também alertou para a crescente participação da China na economia mundial e como isso terá impacto na correlação de forças global.

“A China hoje está presente em 48 dos 54 países do continente africano. A China está investindo recursos, está cativando futuros mercados e está tendo uma atuação muito discreta neste cenário de agora, mas candente do ponto de vista econômico”, completou.

Segundo o almirante reformado Mario Cesar Flores, ex-ministro da Marinha e da Secretaria de Assuntos Estratégicos, é inverossímil a hipótese, no curto prazo, de conflito entre grandes potências e seus blocos, como se pensava na segunda metade do século passado. Mas o recesso das grandes guerras mundiais não significa garantia de paz e tranquilidade.

“Prossegue viva a possibilidade de conflitos locais, internacionais ou internos, decorrentes de litígios religiosos e étnicos, disputas territoriais e contenciosos por recursos naturais ou decorrentes do mau uso do meio ambiente”, estimou Flores.

Contendas regionais

Professor da Universidade de Campinas (Unicamp), João Quartim de Moraes enumera algumas das razões que justificariam os cuidados redobrados que o país deve ter na defesa: maior concentração de água doce do planeta, biodiversidade, pré-sal...

“Seria ingenuidade imaginar que isso não suscite cobiças, sobretudo no desdobramento do curso da história universal no próximo quarto de século. O que há são as riquezas que temos e que eles cobiçam. Agora, entre constatar que estamos mal preparados para defender as imensas e algumas únicas riquezas no planeta e que eles estão se preparando para nos atacar, há uma diferença. E essa diferença não está visível, pelo menos para mim, no curto prazo”, avaliou o professor, lembrando a urgente necessidade



MOREIRA, MARIZ/AGÊNCIA SENADO

João Quartim: seria ingenuidade imaginar que, no próximo quarto de século, as riquezas do país não despertarão a cobiça internacional

de implementar o Plano Nacional de Defesa.

“O acesso aos — e o controle sobre os — recursos naturais e o descaso pelo meio ambiente, indutor de efeitos transnacionais, podem produzir tensões de risco, como já produziram no passado. Essas razões para conflitos são, na verdade, uma crescente preocupação mundial: já existem contenciosos relacionados com os hidrocarbonetos e a água doce e começam a emergir sinais de contenciosos relacionados com a questão ambiental-climática, cuja real dimensão ainda depende de mais conhecimento científico. Não será surpreendente se alguns assumirem dimensões inquietantes”, previu o ex-ministro Mario Cesar Flores.

O almirante não descarta contendas com os vizinhos, mesmo reconhecendo o ambiente tranquilo vivido na região nas décadas recentes.

“O gás boliviano e a energia de Itaipu são vulnerabilidades de interesse para a segurança nacional brasileira, sujeitas às nuances da política na Bolívia e no Paraguai. O que dizer da posição da Bolívia sobre as usinas hidrelétricas no rio Madeira, alegando danos ambientais? O aquífero Guaraní (subsolos do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai) já apareceu na mídia argentina em termos de segurança nacional”, enumerou o ex-ministro.

Adeus às ilusões

“O Brasil não se encontra idilicamente isolado do mundo e sua

crescente importância no campo da energia, eixo tradicional dos conflitos interestatais, poderá expor o país a pressões externas de variados tipos. Essas pressões podem se dar, inclusive, no campo militar. Somente essa circunstância deveria ser o bastante para que os tomadores de decisão conferissem atenção especial à política de defesa”, concordou João Paulo Soares Alsina Junior, diplomata, conselheiro do ministro da Defesa.

Claudio Moreira, que participou dos debates como consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (Abimde), identifica

uma “estabilidade regional” na América do Sul, com um crescente investimento na área de defesa, mas não descarta as possibilidades de ameaças à segurança, citando as mais prováveis razões.

“Há a Amazônia, o petróleo, alimentos, que englobam a água — o Brasil, com aquela quantidade de recursos hídricos, é realmente um país cobiçado —, aumentos populacionais desordenados e alianças estratégicas em termos do Mercosul e do Brics [Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul]. E, agora, há a Unasul [União de Nações Sul-Americanas], na área de defesa especificamente.

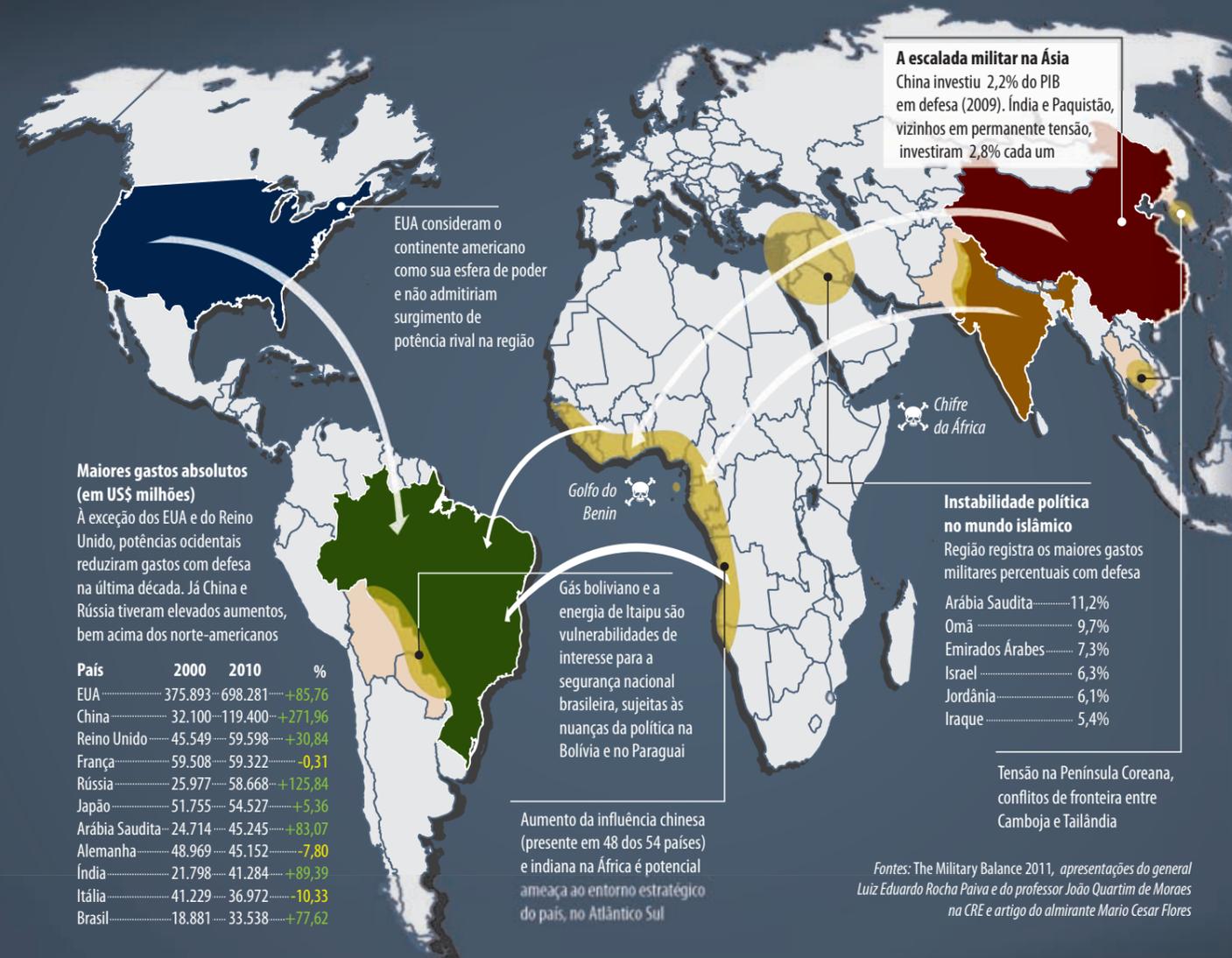
Se vamos crescer, se estamos nos colocando como um *player* mundial, temos de engrossar e dar mais consistência ao nosso sistema de pressões políticas, econômicas e militares”, alertou o especialista.

Segundo ele, é fundamental o Brasil ter “mecanismos de dissuasão” contra tais ameaças.

“Essa compra de caças, de submarinos, de tanques ou de carros serve minimamente para o país ter uma capacidade de dissuasão. Esse é o primeiro ponto. Mas investir no ITA [Instituto Tecnológico Aeroespacial], na Embraer, é fundamental, é absolutamente mandatório”.

Áreas mundiais de tensão e potenciais riscos à segurança do Brasil

Avanço econômico asiático sobre a África pode se tornar ameaça no Atlântico Sul, onde o pré-sal emerge como desafio estratégico ao país



Fontes: The Military Balance 2011, apresentações do general Luiz Eduardo Rocha Paiva e do professor João Quartim de Moraes na CRE e artigo do almirante Mario Cesar Flores



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Senador Fernando Collor, presidente da CRE: Brasil vem perseguindo uma mudança nos organismos de diplomacia multilateral, como a Organização das Nações Unidas

O jogo claro das potências

Para manter padrão de vida de suas populações, países ricos exercem poder político e militar onde quer que existam recursos naturais abundantes

O general Luiz Eduardo Rocha Paiva, doutor em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares, recordou aos senadores que as “potências democráticas do Eixo do Poder” (EUA à frente) desenvolveram poder global e nível de vida e bem-estar das suas sociedades muito elevado e têm como aspiração manter aquele *status*. Uma ameaça real e concreta para um país emergente e rico em recursos como o nosso.

“[As potências] consomem uma imensa quantidade de recursos que ou não são autossuficientes, ou

precisam mantê-los como reserva estratégica. Para isso, procuram assegurar o acesso a recursos em qualquer parte do mundo. Projetam poder político, econômico e militar em áreas de importância geoestratégicas (...) E aí acabam limitando a soberania das nações alvo”, explicou o general.

Como exemplo dessa “projeção de poder”, ele cita o fato de já existir, no âmbito da Organização das Nações Unidas, a Resolução 1.674, de 2006, cujo objetivo foi resumido na expressão “responsabilidade de proteger”. Com o aval

da ONU e sob o amplo guarda-chuva da “proteção de civis em conflitos armados”, tais potências podem implementar intervenção internacional sobre uma nação, evocando qualquer um desses motivos: direitos humanos, questões ambientais, questões sociais e ilícitos transnacionais.

“Podemos ter de defender a plena soberania sobre os nossos recursos e a própria integridade territorial — não eternamente, talvez, mas momentaneamente. Contra o quê? Contra a necessidade de potências controlarem recursos nacionais importantes ou vitais. Contra também a necessidade de essas potências usarem, política e militarmente, áreas geoestratégicas nacionais. E contra o enfrentamento de reações à projeção do Brasil em face da necessidade nossa, também, de presença política, econômica e militar em áreas de importância geoestratégica”, prognosticou o especialista em defesa.

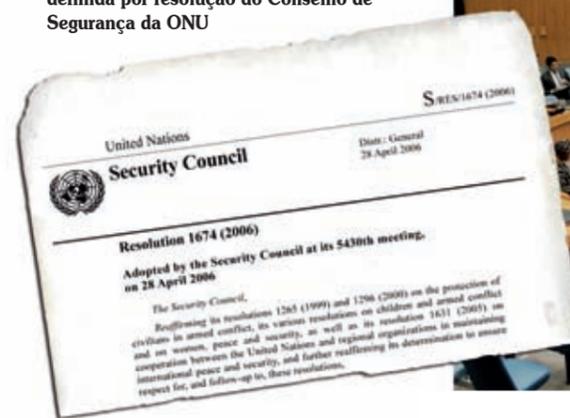
Para o ex-ministro da Marinha e da Secretaria de Assuntos Estratégicos, a análise do general é perfeita. Segundo explicou, uma modalidade de conflito que marcará presença no mundo do século 21 — “economicamente interdependente, ambientalmente unificado e culturalmente menos desarmônico” — é a intervenção sob mandato internacional ou até unilateral, com base nas justificativas previstas na resolução da ONU.

“Essas ‘grandes causas’ não raro estão associadas a interesses econômicos, haja vista que o genocídio em Ruanda não mereceu atenção (já a invasão do Kuwait, por conta do petróleo, mereceu)”, escreveu o almirante, em artigo publicado no último trimestre do ano passado na revista *Interesse Nacional*.

O professor João Quartim de Moraes, outro palestrante na CRE, também deixou clara sua preocupação com o que definiu como “novas ameaças” ao país.

“Não deixa de preocupar o fato de que, em nome da proteção

“Responsabilidade de proteger” foi definida por resolução do Conselho de Segurança da ONU



de etnias indígenas, possam as potências — capazes de todos os extremos de hipocrisias com o bombardeio humanitário — criar um Estado independente em nome de uma etnia, porque o último argumento é a força. Essas preocupações não devem ser exageradas, mas nos levam à seguinte questão: de que tipo de Forças Armadas precisamos para podermos nos afirmar como um país que tem uma política externa independente?”, disse o professor, em referência à intervenção militar promovida na Líbia pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), liderada pelos EUA e o Reino Unido.

Na sua análise, “é preciso desenvolver a nossa capacidade de defesa militar, de maneira a desencorajar expectativas de apoderar-se daquilo que nós temos, ou, então, renunciarmos à política externa independente e a essa projeção da importância econômica do Brasil no cenário internacional”. Ele vê, com preocupação, a inserção de critérios como direitos humanos para justificar a política externa.

A questão da América do Sul

O general Rocha Paiva fez análise detalhada sobre o que classificou de “nova fronteira da disputa dos conflitos internacionais”: a África e a América do Sul. Segundo ele, verifica-se a projeção dos mesmos participantes do “Eixo do Poder” a que ele já se referiu, com a adição da presença também da Índia na África, já se aproximando do entorno estratégico do Brasil, que é a costa ocidental africana e o Atlântico Sul. E mesmo na pró-

pria América do Sul, já disputando posições com o Brasil “naqueles que nós pretendíamos fossem nossos aliados incondicionais” (veja o infográfico da pág. 35).

“O Mercosul e a Unasul serão de fato um fórum unido em torno da liderança do Brasil, para que ele possa se projetar internacionalmente com segurança no seu entorno estratégico? Será que alguns desses países do Mercosul e da Unasul não estarão aliados por interesses com rivais mais poderosos que o Brasil economicamente e militarmente? Como ficaria a nossa liberdade de ação se tivermos problemas na região? Então, para termos liberdade de ação, só tem uma opção: nós temos de ser potência militar”, resumiu o general.

Ex-professor de Estratégia Nacional, Darc Antonio da Luz Costa acredita que a integração da América do Sul é inevitável, fenômeno que produzirá novo eixo de poder e influência que traz incômodos às atuais potências.

“Não acredito em globalização, acredito em polarização. Construímos, com os países da América do Sul, a terceira economia do mundo, pois são US\$ 4 trilhões de PIB [produto interno bruto]. Somos um espaço em ascensão. Europa e Estados Unidos estão em descenso. E países emergentes têm de assumir sua posição no mundo. Para isso, temos de ter uma política de defesa que assegure o poder de dissuasão”.

O almirante Mario Cesar Flores avalia que, apesar de pouco expressivos na comparação global, os orçamentos de defesa dos países sul-americanos, somados, como pro-

porção do PIB regional, têm crescido e é provável que continuem crescendo. “Se não há ainda razão para preocupação — se bem que, como nossa região está vivendo a ascensão de governos neopopulistas de propensão salvacionista, aberta ao escapismo dos ‘bodes expiatórios’ —, há que se manter algum cuidado com o rearmamento em curso”, recomendou o ex-ministro, em outro artigo de análise na *Interesse Nacional*.

Avaliação feita por Mauro Ceza Nogueira do Nascimento, analista do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, reforça a preocupação com a questão continental. O Brasil está na quarta colocação em gastos orçamentários em relação ao PIB (1,67%), atrás de Colômbia, Chile e Equador (veja mais a partir da pág. 65). A conclusão faz parte do estudo *Uma Década de Gastos Orçamentários na Área de Defesa Nacional — 2000 a 2010: análises e tendências*, publicado na *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, de abril de 2011.



General Rocha Paiva: “Será que vizinhos do continente não poderão se aliar a rivais mais poderosos que o Brasil?”



Manobras da Marinha dos EUA no Atlântico: debatedores alertam que é preciso desenvolver nossa capacidade militar para enfrentar potências



Oficiais atualizam proteção anti-hackers da central de controle da base aérea de Barksdale, nos EUA

TECH SGT. CECILIO M. RICARDO JR/US AIR FORCE

Inimigos invisíveis

Mesmo diante de oponentes como China, Rússia e também terroristas, EUA elegem guerra cibernética como principal ameaça

Nos Estados Unidos, a guerra cibernética é considerada, hoje, a principal ameaça à segurança nacional, maior até mesmo que a rival Rússia, a ameaçadora China ou os extremistas islâmicos, revelou no Senado o professor Gunther Rudzit, coordenador do curso de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), citando a declaração ouvida de um pesquisador norte-americano na área de defesa. Isso é levado tão a sério, disse, que o Departamento de Defesa criou sua própria divisão de combate cibernético.

Segundo ele, a divisão emprega jovens ligados a essa nova realidade para buscarem falhas e formas de minar os sistemas de defesa das potências adversárias. Os americanos reconhecem, explica o professor, que as ações militares estão cada vez mais dependentes do aparato tecnológico, e os sistemas que alimentam passaram a ser um calcanhar de aquiles até mesmo para a maior potência bélica do planeta.

“Quebrada essa estrutura de comando e controle baseada em tecnologia, para de funcionar a guerra moderna. Você está num tanque, numa tela, clicando o que outra unidade está vendo, o que um avião está vendo. Se você quebra isso, eles param e deixam de funcionar, como essa máquina de guerra que eles têm. Então, tecnolo-

gia passa a ser, hoje em dia, algo fundamental”, raciocina Rudzit.

O senador Fernando Collor, que alertou sobre esse tema durante os debates realizados na CRE, lembrou que o Ministério da Defesa norte-americano (o Pentágono) já considera como ato de guerra contra o país qualquer ataque cibernético aos seus sistemas de defesa, ou mesmo aos sites de governo na internet, devido ao potencial de dano que essas ações podem causar.

“Por mais armamentos que se tenha, por mais poderosa que seja uma armada, uma força terrestre, uma força aérea, nós temos hoje esse outro elemento que é fortíssimo, que é o chamado ciberterrorismo ou ataque cibernético. Quem está preparado para se defender de algum ataque cibernético?”, desafiou o senador.

Sem preparação

O professor Rudzit lembra que a maioria dos países já está empenhada em se preparar para essa modalidade de guerra. “Organizações terroristas adorariam quebrar toda a rede de eletricidade da costa leste americana. Imagine o caos!? E se for a rede bancária?”, especulou. Como admitiu o especialista, tais ataques de proporções incalculáveis podem ser desfechados por uma única pessoa, “um rapazinho de 15 ou 16 anos”, a partir de sua casa.

O general Aderico Mattioli, diretor do Departamento de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, vê o país em risco também nesse aspecto. Os sistemas bancários e as redes por onde passam conhecimentos estratégicos e essenciais estariam expostas pela falta de um simples programa antivírus genuinamente nacional, imune a contraordens do fabricante que possam expor a segurança nacional.

“Deveríamos ter, no mínimo, a capacitação em bancos escolares, na educação, para formarmos também uma capacidade produtiva e o entendimento de produto de defesa, que não é mais aquele produto materializado propriamente dito. A cibernética, talvez, seja a mais vulnerável na nossa realidade e a mais exequível a curto prazo, a que demande menos recurso para darmos um grau de proteção — vamos chamar de *firewall* — mínimo necessário para o país. É uma área com a qual podemos contribuir muito”, explicou o general.

Em meados de fevereiro passado, o Exército anunciou a aquisição de novos programas de computador para segurança e prevenção contra ataques cibernéticos, como parte de planejamento para criar sistema de defesa e contra-ataque a possíveis ameaças a páginas e redes institucionais e de proteção a dados

sensíveis. Em janeiro, as Forças Armadas realizaram duas licitações para a compra de antivírus e de programa que simula ataques cibernéticos, a serem desenvolvidos por empresas brasileiras. Serão investidos R\$ 6 milhões.

“Os ataques que registramos até agora são parecidos com os que acontecem em qualquer empresa. Tentativas de roubos de senhas, negações de serviço etc. Mas o modo como se obtém uma senha de banco é o mesmo que se pode usar para obter dados confidenciais do Exército. E já tivemos sites do governo derrubados”, disse à imprensa o general Antonino Santos Guerra, diretor do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (Ccomgex), admitindo que o país tem hoje preparo mínimo para cenários de ataque. “Temos uma grande rede, a EBnet, que reúne os quartéis em todo o país e ela está bem blindada, mas há pontos de vulnerabilidade”, explicou.

A Ccomgex faz parte do Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCiber), criado em 2010 para concentrar a administração de todas as ações de proteção virtual da organização. O orçamento previsto para o CDCiber em 2012 é de R\$ 83 milhões, que devem ser destinados a pelo menos outras quatro aquisições que incluem equipamentos, *softwares* e o treinamento de pelo menos 500 oficiais.

Sem preparação

Professor da Divisão de Assuntos Científicos e Tecnológicos



ROBERTO JAVNEVALOR

General Santos Guerra, do Ccomgex: país tem hoje preparo mínimo para cenários de ataque cibernético

400 mil ataques somente no ano passado

Notificações de incidentes na internet, como tentativas de fraudes ou agressões a redes e páginas, quase triplicaram em 2010

	Incidentes	em 2011	%*	Legenda
	Worm	26.897	6	Processo automatizado de propagação de códigos maliciosos na rede
	DoS	272	0	Denial of Service: ataques tiram do ar um serviço, computador ou rede
	Invasão	106	0	Acesso não autorizado a um computador ou rede
	Web	15.491	3	Comprometimento de servidores web ou desfigurações de páginas na internet
	Scan	119.755	30	Varreduras em redes de computadores, amplamente usadas para identificar potenciais alvos vulneráveis
	Fraude	40.381	10	Incidentes em que ocorre tentativa de se obter vantagem
	Outros	196.613	49	
	Total	399.515	100	

* Valores aproximados

Fonte: Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança (Cert), mantido pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil

da Escola Superior de Guerra (ESG), Simon Rosental afirmou que as potências mundiais não querem permitir que o Brasil e outros países emergentes tenham acesso ao que se chama de “tecnologias sensíveis”. O alerta teria sido dado ainda em 1996, durante congresso internacional sobre tecnologias sensíveis realizado no Rio de Janeiro e patrocinado pela ONU e pela Subsecretaria de Inteligência da Presidência da República.

“Os países desenvolvidos colocaram claramente: ‘Brasil e demais países que possuem riquezas naturais em abundância não vão avançar em tecnologias sensíveis’. Vocês ficam com bens de baixo conteúdo tecnológico e valor agregado. Tecnologias sensíveis ficam conosco, porque, como podem ser aplicadas para o bem e para o mal, vocês poderão fazer mau uso”, relatou o professor.

“Essa conferência não foi tranquila. Tanto o Brasil como os demais países em desenvolvimento não se conformaram com uma situação dessas. Se já temos um hiato tecnológico grande em relação aos países desenvolvidos, e a tecnologia está avançando cada vez mais, a velocidades maiores, se aceitarmos uma barbaridade dessas, cada vez vamos andando para

trás e cada vez vamos ficando mais distantes da tecnologia”, afirmou Rosental.

Prejuízos e temor

Em comunicado à imprensa, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSI) disse que “os ataques mais preocupantes são aqueles que visam acesso indevido a informações sigilosas da administração pública federal” e afirmou que a preparação do órgão contra possíveis ataques tem sido adequada.

De acordo com o Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança (Cert), que reúne notificações de ataques eletrônicos em todo o país, o Brasil registrou quase 400 mil ataques a computadores em 2011 (veja o infográfico acima). O total de notificações recebidas em 2011 foi quase 300% maior que em 2010.

Cerca de metade das fraudes registradas, segundo o Cert, foram páginas falsas, geralmente de bancos, criadas para roubar dinheiro dos usuários. Segundo a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), as fraudes cibernéticas custaram R\$ 685 milhões aos bancos só no primeiro semestre de 2011, 36% a mais do que no mesmo período em 2010.

Ciber-rebelião

Uso das redes sociais para mobilizações populares ou ataques externos começa a preocupar especialistas em defesa

O fenômeno das redes sociais na internet trouxe um elemento inteiramente novo na análise dos movimentos populares e, por extensão, das eventuais ameaças internas e externas que um Estado, ou regime, pode enfrentar. Por meio de redes como Facebook e Twitter, manifestantes lançaram a semente de revoltas populares que, ano passado, levaram à queda do presidente egípcio Hosni Mubarak e do regime de quase meio século de Muamar Kadafi na Líbia.

Se as redes sociais oferecem uma organização efetiva a quem quer protestar e, pelo menos no início, praticamente imune à repressão, elas também podem alimentar e viabilizar ataques que venham a ser incentivados, ou mesmo desencadeados, por inimigos do país. Ainda em 2009, mu-

to anos da eclosão do fenômeno que ficou conhecido como a Primavera Árabe, os participantes de seminário sobre governança transparente e inovação, realizado em Washington, alertaram que as redes sociais estão sendo usadas por ativistas, governos e mesmo criminosos e terroristas em escala mundial para alavancar seus interesses e ideais.

No entanto, a permeabilidade das redes pode



Egípcios nas ruas pedem a deposição do presidente Mubarak: mobilização popular deflagrada e articulada a partir das redes sociais é nova ameaça aos regimes ditatoriais

também, disseram os estudiosos, desempenhar papel crucial na defesa, aproveitando o poder das comunidades de interesse para tratar de vários temas relacionados à segurança nacional.

Como o uso das redes sociais pode agregar valor para muitas missões e projetos, e já que as pessoas, aliadas ou adversárias, recorrem a essas tecnologias, os expositores defenderam que a comunidade da defesa precisa assumir a responsabilidade de investir no segmento.

“Isso não é coisa só de fanáticos por tecnologia, mas algo sério com ramificações na segurança nacional. Temos que encontrar um nicho para usarmos as redes sociais”, admitiu Linton Wells, professor pesquisador do Centro para Tecnologia e Segurança Nacional da Universidade Nacional da Defesa, com sede na capital norte-americana, equivalente à Escola Superior de Guerra do Brasil. Ele citou o atendimento social a populações do Afeganistão como exemplo do bom uso já feito pelas mídias sociais em locais de conflito.

No outro extremo, regimes totalitários que não querem dar voz aos cidadãos encontram nas redes sociais terreno fértil para propaganda do regime e combate a potenciais insurreições, disse Lewis Shepherd, outro participante do seminário, ex-assessor na Agência de Inteligência de Defesa dos EUA.

Mark Drapeau, que elaborou estudo com Wells sobre o tema, disse que é importante avaliar as implicações das redes sociais para

a segurança e a estabilidade globais. O texto descreveu como o uso das redes afetou eventos políticos recentes, como manifestações populares em locais tão diversos como Colômbia, Paquistão e Egito, as primeiras informações sobre os ataques terroristas ocorridos em Mumbai (Índia) e até mesmo o golpe de estado em Madagascar.

“É muito importante estar ciente do poder e do alcance dessas ferramentas. Se você trabalha em segurança nacional, algumas dessas coisas que acontecem em outros países podem afetar seu trabalho ou sua missão. Em muitos casos, as forças de segurança dos países afetados foram surpreendidas pelo alcance das mobilizações promovidas via Facebook, Twitter e blogs”, escreveu o pesquisador da Universidade Nacional da Defesa dos Estados Unidos.



Na Universidade Nacional da Defesa (EUA), pesquisadores buscaram utilização das redes para a segurança nacional

Armas nucleares dividem especialistas

Apesar de o Brasil não possuir armas nucleares e ter se comprometido a não produzi-las, a ameaça nuclear permanece como uma questão para a defesa nacional. O tema foi lembrado pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que questionou se o Brasil ainda deve se preocupar com o risco nuclear ou se essa é, atualmente, uma falsa preocupação. “O tema ficou obsoleto? Ou houve um esquecimento?”, perguntou.

Desde 1998, o Brasil é signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Em setembro passado, a presidente da República, Dilma Rousseff, renovou o compromisso brasileiro com a não produção de armas nucleares em discurso proferido na Reunião de Alto Nível sobre Segurança Nuclear das Nações Unidas (ONU).

Na Estratégia Nacional de Defesa, a energia nuclear aparece como um dos setores estratégicos para a segurança do país, ao lado do cibernético e do espacial. Em conformidade com o TNP, o documento estabelece que o Brasil deve investir apenas em energia e tecnologia nucleares para fins pacíficos. Entre as medidas previstas, estão o desenvolvimento de submarino de propulsão nuclear, o domínio da tecnologia de construção de reatores e a construção de termelétricas nucleares.

Para o coordenador do curso de Relações Internacionais da Faap, Gunther Rudzit, a questão do armamento nuclear tem ainda peso considerável para as grandes potências como Rússia e Estados Unidos, que possuem um grande arsenal, mas não é um caminho para o Brasil.

Ele argumenta que qualquer país se sente ameaçado por um vizinho que possua armas nucleares. “Se buscarmos a nossa bomba, jogaremos por terra todo o nosso processo de integração regional”, ponderou.

Já o professor Darc Antonio



Usina de Angra dos Reis (RJ): Estratégia Nacional de Defesa prega que o Brasil deve investir em energia e tecnologia nucleares, mas apenas para fins pacíficos

da Luz Costa discorda. Para ele, a disponibilidade de armas não convencionais fortalece uma ação diplomática. “É assim em todos os lugares do mundo. Não estou fazendo defesa da bomba, não. Estou dizendo que a possibilidade de você deter uma arma definitiva evita problemas. A Coreia do Norte não tem problemas, mas o Iraque teve problemas. Por que a Coreia do Norte não teve problemas, se o país possui uma política muito mais agressiva do que a que tinha o Iraque? Alguma razão há para isso”, questionou.

Para ele, não faz sentido pensar em desarmamento unilateral. O professor lembrou que, no dis-



Cristovam levantou a questão durante os debates: Brasil é contra as armas atômicas, mas a ameaça existe

curso feito na ONU, a presidente Dilma Rousseff também cobrou esforços para que haja efetivo desarmamento mundial de arsenais nucleares. “A posse desses arsenais por algumas nações faz com que elas possuam direitos exclusivos. É resquício de concepção assimétrica do mundo, formada no pós-guerra, que já deveríamos ter relegado ao passado”, alertou a presidente.

O professor Darc Antonio notou que o Mercosul ampliado (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) foi definido como zona livre de armas de destruição massiva porque a preocupação era com possíveis conflitos regionais, internos ao bloco, e o desarmamento era visto como essencial para a paz na região. O Brasil não poderia desenvolver bomba nuclear porque isso ameaçaria os demais países. No entanto, na avaliação dele, se houver pacto de defesa comum, a questão passa a ser de proteção da região contra ameaças externas ao bloco, o que possibilitaria a revisão do acordo de não proliferação de armas nucleares. “Temos de constituir um espaço diferente, mas não podemos passar pelo mundo como se estivéssemos trafegando no pomar para colher frutos. O mundo é muito mais complicado que isso”, avaliou.

Onda de manifestações e protestos que vem ocorrendo no Oriente Médio e no norte da África desde 18 de dezembro de 2010 e que resultou em deposições de governos na Tunísia, Egito e Líbia e grandes protestos em países como Síria, Argélia, Jordânia e Iêmen. O perfil no Twitter de Wael Ghonim (abaixo), um dos articuladores do levante popular do Egito, tem mais de 330 mil seguidores



Piratas podem ser novo risco no Atlântico Sul

Cristovam Buarque também chamou a atenção para outro problema que pode pôr em risco a segurança nacional: a pirataria marítima, uma ameaça para a Marinha Mercante. A pirataria já é realidade na costa leste africana, sobretudo na região conhecida como Chifre da África, desde o início da década de 1990. E há indícios de que piratas planejam migrar para a costa oeste do continente, o que coloca em risco a segurança da navegação comercial no Atlântico Sul.

“Às vezes as pessoas esquecem que o Brasil tem a maior costa atlântica do mundo, que precisa ser guardada. Não há como delegar isso, não só em relação a potenciais agressores ou à defesa do pré-sal, mas também em relação a temas como pirataria ou pesca predatória”, afirmou o ministro Celso Amorim.

Segundo ele, o tipo de pirataria praticado na Somália (*veja o boxe nesta página*) está, realmente, começando a acontecer na costa ocidental da África. “E navios, inclusive da Petrobras, cruzam aquela área”, alertou, acrescentando que, recentemente, um navio foi apresado por piratas na costa do Benin.

Policiamento

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa, a Marinha deve ter “prontidão para responder a qualquer ameaça, por Estado ou por forças não convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio”. E deve identificar a necessidade de constituição de esquadra para policiar o litoral norte e nordeste do Brasil. “Hoje, nós só temos uma esquadra no Rio de Janeiro e alguns navios espalhados em vários lugares. Então, aumentar a frota naval é, realmente, uma necessidade”, considerou o ministro. Amorim lembrou que o Programa de Obtenção de Meios de Superfície (Prosuper) prevê mais cinco fragatas e cinco navios-patrolha oceânicos para vigiar a costa.



General Aderico Mattioli, do Ministério da Defesa, informou que o Brasil vai fazer exercícios com a Índia e a África do Sul para atuar contra a pirataria no Atlântico

Além de investir na frota, Amorim defendeu a cooperação entre países sul-americanos e africanos para garantir que o Atlântico Sul seja uma via segura de comércio. “O atual cenário exige que o Brasil, a América do Sul e a África possuam estratégia comum”, afirmou Amorim, em seminário promovido pela Câmara dos Deputados.

O general Aderico Mattioli, diretor do Departamento de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, informou que, em reunião da 5ª Cúpula de Chefes de Estado

e Governo do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (Ibas), realizada em outubro passado na África do Sul, foi acordado que esses países devem realizar exercícios conjuntos que os capacitem a atuar contra a pirataria no mar. Para o general, o tema é complexo, mas as Forças Armadas brasileiras vêm tratando o assunto de modo equilibrado. “Não é só defesa, contribuímos também com a parte das operações policiais propriamente ditas. Acreditamos que temos essa capacidade; isso é de lei, tem amparo legal”, ponderou.

Costa somali é alvo principal

A pirataria contra navios mercantes se intensificou no início da década de 1990, com a deflagração da guerra civil na Somália. O caos institucional em que mergulhou a região facilitou a ação de bandidos no Golfo de Áden, rota marítima importante para o comércio do petróleo. Posteriormente, os piratas estenderam sua área de atuação também para o Oceano Índico.

Em fevereiro deste ano, a organização não governamental Oceans Beyond Piracy, com sede

nos Estados Unidos, revelou que, em 2011, os custos da pirataria somali para a economia mundial foram de, aproximadamente, US\$ 7 bilhões.

Desse montante, US\$ 2,4 bilhões foram gastos com operações militares, equipamentos e segurança armada. De acordo com a organização, 80% desse custo incidiram sobre o caixa da indústria naval. Os governos ficaram com 20% das despesas associadas ao combate à pirataria.

Mais 4,5 milhões de km² em riquezas

Equivalente à metade do território nacional, a chamada Amazônia Azul, no Oceano Atlântico, tem enorme importância estratégica e econômica

O Brasil é o quinto maior país do mundo em área. É grande, enorme mesmo, se comparado à maioria dos demais países. Já foi chamado de “gigante adormecido” e, volta e meia, se ouve a expressão “nação de dimensões continentais”. Mas, caso seja atendido o pleito do Brasil junto à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), poderemos ampliar nossos espaços marítimos nacionais dos atuais 963 mil quilômetros quadrados para incríveis 4,5 milhões de quilômetros quadrados.

Isso equivale à metade da extensão territorial, virtualmente uma nova Amazônia. Só que no mar. Uma “Amazônia Azul”, apelido dado pela Marinha como forma de alertar a socie-

dade para a importância, não só estratégica, mas também econômica, dessa vastidão diante de nossa costa.

Feita em 2004 (portanto, três anos antes da descoberta das reservas do pré-sal), a reivindicação do país junto à CNUDM — ratificada por 156 países — busca estender os limites de nossa zona econômica exclusiva marítima, das atuais 200 milhas náuticas (370 km) para 350 milhas (640 km). Oito países já reivindicaram o mesmo direito, entre eles a Rússia.

A descoberta do pré-sal, em 2007, conferiu importância ainda maior ao Atlântico Sul, em razão do que pode representar para a economia mundial. O engenheiro Simon Rosental, professor da Escola Superior de

Guerra, explicou que as Nações Unidas já outorgaram ao Brasil o direito de utilização na zona exclusiva de 200 milhas, inclusive o que vem abaixo: a profundidade, o solo e o subsolo marinho. E, mais além, dentro da plataforma continental — mas fora deste limite —, boa parte também já foi outorgada ao Brasil (*veja infográfico na próxima página*).

Importância do mar

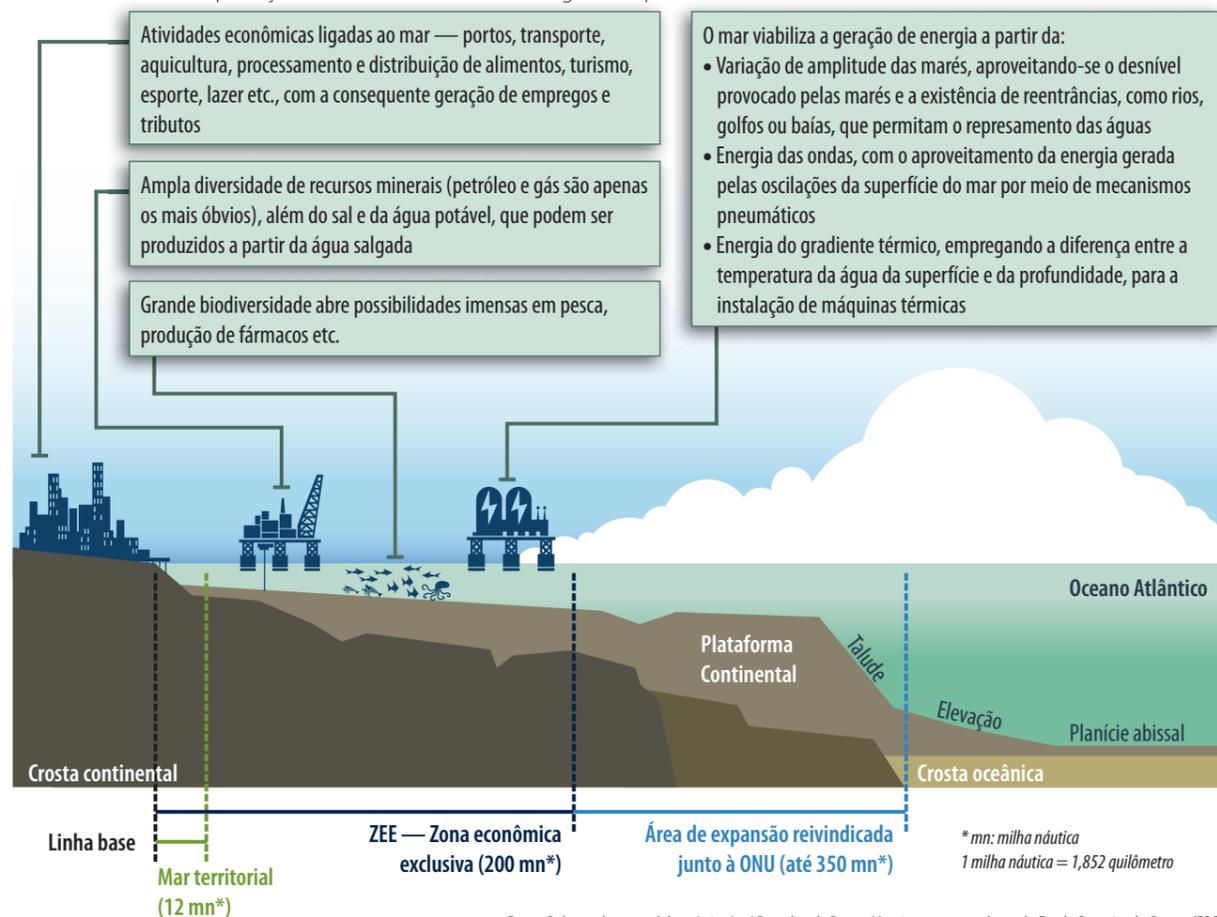
“São áreas imensas, quase não exploradas e com riquezas incalculáveis, principalmente em biotecnologia, em biodiversidade e na parte mineral”, prevê o engenheiro, que falou na CRE sobre o papel das Forças Armadas na defesa do patrimônio representado pelo pré-sal.



Fragata Niterói diante de navio-plataforma da Petrobras, na Baía de Santos: pré-sal é desafio estratégico e de defesa

As riquezas da Amazônia Azul, alvo de cobiça mundial

Potencialidades da exploração do mar vão muito além do gás e do petróleo



Fonte: Palestra do general de exército José Benedito de Barros Moreira, ex-comandante da Escola Superior de Guerra (ESG)

“O brasileiro não pode negar a importância do mar. Fomos descobertos pelo mar, fomos invadidos duas vezes pelo mar. Somos o país com maior extensão litorânea contínua no Atlântico Sul; temos 95% das trocas comerciais efetuadas pelo mar; produzimos 80% do nosso petróleo e gás no mar”, disse o almirante de esquadra Luiz Umberto de Mendonça, então chefe do Estado-Maior da Armada, que descreveu aos senadores as necessidades de defesa para a Amazônia Azul.

O pré-sal, com enormes potencialidades econômicas, representa, antes de tudo, um desafio estratégico e de defesa, destaca o almirante, ex-comandante da Escola Superior de Guerra.

“Campos está de 60 a 160 quilômetros de distância. O pré-sal, de 150 a 300 quilômetros. Isso representa um

magnífico incremento na logística que as empresas exploradoras do petróleo vão ter que fazer. O tráfego marítimo na Bacia de Campos e no seu entorno é muito denso. Imaginem passarmos para a bacia do pré-sal”.

Para o ministro da Defesa, Celso Amorim, a Amazônia Azul é “uma grande conquista da Marinha brasileira”, que

conseguiu (com o apoio da Petrobras, como destacou o almirante Mendonça) obter o mapeamento do território submarino, abrindo assim uma nova perspectiva econômica para o país — desde energia e pesca a terras raras.

“É algo realmente muito urgente, muito importante. A necessidade de defesa da Amazônia, das fronteiras, mas

Maiores bacias produtoras de petróleo no Brasil

Bacia	Extensão (km ²)	Barris de petróleo
Pré-sal	149 mil	50 bilhões a 100 bilhões*
Campos	6 mil	17 bilhões
Santos	352 mil	7 bilhões
Espírito Santo	105 mil	87 milhões

* Estimativa

Fonte: palestra do almirante Luiz Humberto de Mendonça na CRE em 7 de novembro de 2011

também da Amazônia Azul — ou das águas jurisdicionais brasileiras —, impõe que nós tenhamos uma aviação de caça adequada. E a compra da Aeronáutica é o primeiro passo. Na realidade, seriam os primeiros 36 de eventualmente cem caças”, disse o ministro, em referência aos planos da Força Aérea de adquirir jatos de combate supersônicos, em um processo que se arrasta há anos (leia mais na seção *Estratégia Nacional*, a partir da pág. 60).

Defesa das riquezas

O brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Junior, presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (Copac), responsável pela compra dos caças, não deixou dúvidas na CRE: para a Força Aérea, o pré-sal será motivo de intensa cobiça internacional. A segurança dessa nova e rica área é responsabilidade do Estado brasileiro e, por isso, a Aeronáutica argumenta que os planos de defesa, de contin-

gência e de mitigação de problemas devem ser desenvolvidos, treinados, testados e, principalmente, dotados de orçamento específico.

“As especificidades do pré-sal devem ser consideradas por todos em qualquer planejamento. Não é fácil, a 300 quilômetros de distância do litoral, defendermos, salvarmos uma embarcação, procurarmos uma aeronave acidentada. Precisamos identificar as ameaças — e isso é feito em qualquer planejamento militar — a essa área. O pré-sal é um centro de gravidade distante do continente, das nossas bases e do nosso território, difícil de ser defendido. Mas temos a necessidade de pronta resposta. Todos devemos estar prontos a reagir a qualquer ato contra os nossos interesses. As capacidades de defesa devem ser adquiridas. Temos que priorizar

O jargão militar emprega duas expressões para designar alvos potenciais de ataques. Áreas sensíveis são aquelas que podem receber atenção especial de algum oponente. Centros de gravidade são as áreas onde qualquer oponente tentará infligir dano durante uma guerra. Para o brigadeiro Baptista Júnior, o pré-sal se encaixa nas duas definições

a aquisição dessas capacidades para operar e para defender o pré-sal”, destacou o brigadeiro.

Na defesa do pré-sal, a estratégia da dissuasão é prioritária em tempos de paz “por ser a melhor forma de evitar conflitos armados”, explica o almirante Luiz Umberto de Mendonça, mas, para isso, é preciso recursos e prioridade.

Ao final de 30 anos, a Marinha almeja, conforme prevê a Estratégia Nacional de Defesa, ter duas esquadras: uma sediada no Rio de Janeiro e uma nova no Norte e Nordeste, em local a ser definido.

“A Marinha tenciona dispor de uma força naval compatível com a estatura político-estratégica do país. Para obtê-la, depende de uma

Durante debate na CRE, Simon Rosental (E) expôs correlação entre energia, progresso e poder trazida pelo pré-sal



MOREIRA MARIZ/AGÊNCIA SENADO

política de Estado concreta e aporte contínuo de recursos financeiros, visando assegurar o cumprimento dos programas atuais e futuros, no mesmo ritmo da ampliação das atividades econômicas na Amazônia Azul, destacando-se as áreas do pré-sal”, afirmou Luiz Umberto de Mendonça,

Não são apenas os caças que formam a estratégia de defesa da Marinha para as nossas costas. O Plano de Articulação e Equipamento, que lista as necessidades da força até 2031, inclui a fabricação ou aquisição de 15 submarinos de propulsão diesel-elétrica e seis de propulsão nuclear, dois navios-aeródromo (porta-aviões), quatro navios de propósitos múltiplos, 30 navios-escolta, 12 navios-patrolha oceânicos e 46 navios-patrolha de menor porte, entre outros.

Anúncio pelos EUA, em 2008, da reativação da 4ª Frota Naval, no Atlântico Sul, gerou inquietação

Cenários desfavoráveis

Doutor em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares, o general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva teme, na ocorrência de conflito, que o pré-sal, sem defesas consistentes, seja um calcanhar de aquiles para o país. Ele reitera que invasão ampla do território brasileiro “é muito improvável”, mas imagina que, numa região extensa como a plataforma continental, uma “ocupação pontual e momentânea” pelo inimigo poderia forçar o país a capitular.

“Se ocorrer bloqueio naval da Bacia de Campos, nós simplesmente ficamos sem petróleo no Brasil. E é um trunfo forte na mão de uma potência para querer nos impor alguma coisa”, complementou o membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

Não é um cenário inverossímil. Em meados de 2008, por exemplo, o anúncio pelos Estados Unidos da recriação da 4ª Frota Naval, baseada no Atlântico Sul, causou apreensão entre diplomatas, militares e políticos brasileiros. Ela esteve desativada por 60 anos, pois havia sido criada especialmente para o cenário estratégico da 2ª Guerra Mundial.

Além do Brasil, a Argentina fez pedido de informações formal ao governo americano, enquanto a Venezuela acusou Washington de tentar intimidar os sul-americanos com a medida. Nenhum navio de guerra está permanente designado para a 4ª Frota, que deve requisitar belonaves da 2ª ou da 3ª frotas americanas em caso de necessidade, segundo o Pentágono.



ÉLIO SALES/MINISTÉRIO DA DEFESA

Helicópteros do 61º Batalhão de Infantaria de Selva, em Cruzeiro do Sul (AC): soberania nacional sob permanente escrutínio

Ameaças nada veladas

Há décadas, Brasil enfrenta pressões internacionais por causa da Amazônia. Água, biodiversidade e recursos minerais são abundantes, mas discurso oficial é o da proteção da natureza e dos indígenas

Não é de hoje que os 2.014.283 quilômetros quadrados de Amazônia brasileira são objeto do desejo de alguns dos mais influentes atores no mapa geopolítico. Ali estão um quinto da água doce do planeta e o maior banco genético (15% de todas as espécies de plantas e animais conhecidas), além de enorme potencial econômico. Um exemplo: multiplicando o valor de cada minério pelos estoques já medidos no subsolo da Amazônia, excluído o petróleo, tem-se como resultado a impressionante quantia de US\$ 7,2 trilhões. Esses fatos foram explicitamente lembrados pela maioria dos debatedores sobre o tema defesa nacional na CRE.

“É verdade que há um interesse internacional, o Brasil desperta cobiça. A floresta amazônica desperta cobiça por sua biodiversidade. Temos de estar preparados para defender qualquer tipo de olho gordo em cima dessas nossas riquezas”,

advertiu, sem meias palavras, o presidente da CRE, senador Fernando Collor.

A própria Estratégia de Defesa Nacional deixa clara a postura do país em relação à questão: “Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da Humanidade e de si mesmo, é o Brasil”.

Colabora para o inquietação em relação à segurança da região o fato de que há extensões de fronteira, ao longo das Guianas, onde por centenas de quilômetros não se registra a presença de qualquer representante do Estado brasileiro, militar ou civil. São áreas de reservas indígenas, por exemplo, onde a atuação de organizações não governamentais com vínculos no exterior causam, para dizer o mínimo, forte preocupação dentro e fora do governo (veja mais sobre o assunto na seção Realidade Brasileira, a partir da pág. 50).

Collor não vê como apenas nociva essa presença. “A

influência que vem de fora é em parte boa e sincera e, de outra parte, não tão sincera. Embora possa vir com uma capa bonita, por dentro trata-se de tirar algum tipo de proveito. Cabe a nós sabermos o que vai ser bom e o que não vai ser bom”, avaliou o senador.

Discurso ameaçador

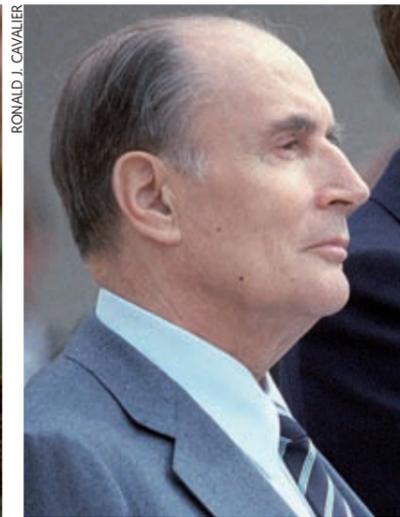
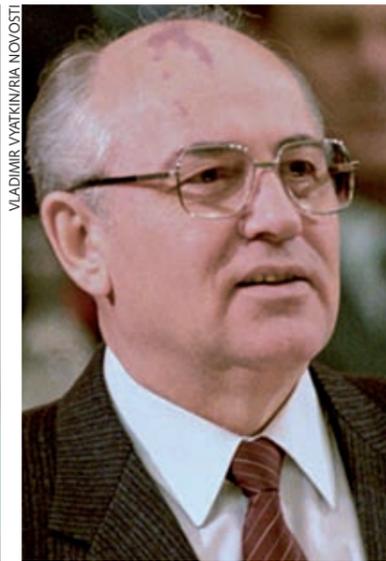
São muitos os exemplos, ao longo das décadas, de movimentos e declarações feitas por alguns dos mais importantes líderes mundiais acerca do “interesse internacional” pela Amazônia. O professor Marcos Coimbra, ex-docente de Economia na Universidade Cândido Mendes e na UERJ e membro da Academia Brasileira de Defesa, pesquisou os antecedentes da cobiça internacional sobre a região e vem, há anos, alertando para a ameaça. “Em 1850, os EUA já pregavam a ocupação internacional da região”, garante. “Em 1992, a chamada



MCZ ALFREDO R. MARINEZ IV/U.S. NAVY

O norte-americano Al Gore (E), o russo Mikhail Gorbachev e o francês François Mitterrand: três das diversas lideranças mundiais que já deram declarações questionando a soberania absoluta do Brasil sobre a Amazônia

U.S. SENATE COMMITTEE ON ENVIRONMENT AND PUBLIC WORKS



Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, avançou o processo”, descreveu o professor, em artigo sobre a questão.

Em geral, adverte o estudioso, a carta indígena ou ambiental é lançada sobre a mesa para reivindicar controle “supranacional” sobre uma região que equivale a um quarto do território nacional. O Conselho Mundial de Igrejas, com sede em Genebra, em seu documento *Diretrizes para a Amazônia* (1981), prescreve a internacionalização da área.

“A Amazônia total, cuja maior área fica no Brasil, mas que compreende também parte dos territórios venezuelano, colombiano e peruano, é considerada por nós como patrimônio da Humanidade. A posse dessa imensa área pelos países mencionados é meramente circunstancial”, apregoa o documento.

Coimbra coleciona frases que servem para amplificar o temor dos que identificam uma conspiração internacional em curso. De Madeleine Albright, primeira mulher a ocupar o cargo de secretária de Estado dos EUA (1997–2001): “Quando o meio ambiente está em perigo, não existem fronteiras”. Do ex-presidente francês François Mitterrand: “Alguns países

deveriam abrir mão de sua soberania em favor dos interesses globais”. Ou do ex-presidente russo Mikhail Gorbachev: “O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais”. Ou, por fim, do ex-vice-presidente dos EUA Al Gore, Prêmio Nobel da Paz: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é só deles, mas de todos nós”.

Ex-ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, o almirante reformado Mario César Flores escreveu que, com o aumento das preocupações ambientais e climáticas, “o insólito *droit d’ingérence* citado pelo presidente Mitterrand, sem mencionar de forma clara a hipótese militar, pode de fato vir a crescer como ameaça virtual, no correr do século 21”.

Estratégias definidas

Não é só paranoia de nacionalistas extremados, ou jogo de cena dos que querem lucrar com uma escalada armamentista no país. Pesquisa da revista *Veja* em parceria com a CNT/Sensus, divulgada em 2008, mostrou que 82,6% dos militares acreditavam que a Amazônia corre o risco de sofrer ocupação estrangeira.

Governador gaúcho, o ex-ministro da Justiça Tarso

Genro já declarou: “Há visões da comunidade internacional que defendem a Amazônia como se ela fosse território da Humanidade e não território brasileiro. Isso aí esconde interesses econômicos sobre a Amazônia como reserva planetária para grandes multinacionais e para controles territoriais de outros países sobre o Brasil”.

Defender a Amazônia é assunto prioritário na Estratégia Nacional de Defesa (*veja a partir da pág. 60*), que prevê a ampliação e o reposicionamento de tropas nas áreas de fronteira, além de melhorias no monitoramento por satélite da região, feito pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

O brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Junior lembrou, em resposta à senadora Ana Amélia (PP-RS), que o Brasil é um dos cinco países com melhor sistema de controle de tráfego. “Nós implantamos os radares na área da Amazônia Legal, na década de 90, que era a infraestrutura do Projeto Sivam, e com aquilo nós temos cobertura e controle efetivo por radar em todo o território”.

O então chefe do Estado-Maior da Armada, almirante de esquadra Luiz Umberto de Mendonça, explicou na CRE que a Amazônia é um teatro de guerra terrestre e a Força Aérea “terá lá sua força”, mas lembrou que, para chegar à região,

o combustível terá que ir pelo mar.

“A força naval terá como tarefa principal a manutenção da integridade da calha principal e dos afluentes navegáveis na Baía Amazônica. Teremos que ter capacidade de executar controle de área marítima móvel, que são os chamados comboios, para proteger navios que se deslocam pela superfície para suportar a guerra na Amazônia”.

Para o general Aderico Mattioli, diretor do Departamento de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, é crucial para o país a implantação dos 28 pelotões de fronteira previstos no Sistema de Monitoramento Integrado das Fronteiras Terrestres (Sisfron), que pretende dar apoio muito forte nessa área.

“Atualmente, não vemos as fronteiras como riscos; vemos as fronteiras muito mais como possibilidades de integração, como fatores de integração e de cooperação [com os vizinhos]. O nosso relacionamento está

excelente”, ressaltou o general Mattioli.

Fronteiras sob risco

A visão não é unânime. Na região amazônica, para o general Luiz Eduardo Rocha Paiva, Roraima é a área alvo de “maior ameaça” e, em menor escala, a foz do rio Amazonas. “Lembro que as Guianas são uma cabeça de ponte da Otan, porque aqui é a França, a ex-Holanda e a ex-Inglaterra”, alertou Rocha Paiva, mostrando em um mapa a fronteira norte do país.

“Se não tivermos soberania plena sobre a Amazônia, essa integração [continental] nunca vai ocorrer, porque ela não é interesse de nenhuma potência rival. Então, precisamos manter a soberania plena sobre a Amazônia porque ela é o ponto de união dessa integração”, completou o general da reserva, para quem é inegável a pressão internacional, materializada sob o discurso da proteção das etnias indígenas e do patrimônio ecológico da região.

Para o almirante Mario Cesar Flores, diante da necessidade de o país construir “um poder militar capaz de prover a ação necessária à tranquilidade e segurança”, a Amazônia merece agora maior atenção.

“Não se trata de ameaça de Estados vizinhos, que para isso não há motivos nem condições — essas o atual instigante armamentismo venezuelano pode vir a construir —, mas de ameaças irregulares transfronteiriças e da possibilidade de que eventuais, ainda que improváveis, conflitos entre eles perturbem a estabilidade e a ordem na região”.

Ex-professor de Estratégia Nacional na UFRJ, Darc Antonio da Luz Costa avalia que, fora do campo militar, a maior das ameaças que pesa hoje sobre o Brasil é “a fragmentação de sua unidade nacional”, por causa justamente do discurso de internacionalização da região.

Aldeia ianomâmi, em Roraima: grandes extensões na fronteira amazônica onde a presença do Estado é reduzida

RONALD J. CAVALIER



Equipamentos obsoletos e insuficientes

Precária situação operacional das Forças Armadas é o principal desafio para formulação e implementação da Estratégia Nacional de Defesa



MARINHA DO BRASIL

Um dos cinco submarinos brasileiros em ação na costa: insuficientes para proteger um dos maiores litorais do mundo

Em torno da situação operacional das Forças Armadas, gira toda a discussão sobre as estratégias, equipamentos e sistemas de defesa do Brasil. Falta tudo. A maioria dos equipamentos é obsoleta. Não há suficiência de insumos básicos, como balas de canhão para treinamento. No Exército, de acordo com o general Luiz Eduardo Rocha Paiva, “existem 27 brigadas blindadas, mecanizadas, motorizadas etc., todas inoperantes”.

A situação da Marinha e da Aeronáutica não é melhor. Embora o Ministério da Defesa não divulgue o número e a categoria dos equipamentos dessas Forças, sabe-se que há uma grande parte indisponível em razão de problemas de manutenção, como a falta de peças, ou simplesmente por estarem velhos demais para voar. Adquiridos na década de 1970, os caças franceses Mirage, por exemplo, já deveriam estar aposentados, mas ainda são um dos principais recursos para fazer valer a soberania do país em seu espaço aéreo, um dos maiores do mundo. Segundo o brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Junior, um Mirage leva de dois a quatro mísseis, enquanto um americano F-18, que o Brasil co-

gita adquirir (veja quadro na pág. 62), leva de oito a dez mísseis. “O poder de alcance, o poder de fogo, a modernidade dos sistemas de arma dos aviões modernos, dessa quarta geração, é infinitamente superior”, lamentou o brigadeiro, em sua exposição aos senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Na Marinha, o país dispõe de cinco submarinos convencionais, nenhum nuclear, um porta-aviões, oito fragatas e cerca de meia centena de outras embarcações, quase todas já tecnologicamente superadas. Embora os números sejam considerados confidenciais, sabe-se também que muitas estão indisponíveis por impossibilidade de manutenção. E isso para patrulhar e defender uma das maiores costas marítimas do mundo, além da Amazônia, um imenso emaranhado de rios e selva por onde circulam guerrilheiros, traficantes de drogas e contrabandistas.

De acordo com o general Rocha Paiva, mesmo os equipamentos previstos nos planos de reaparelhamento até 2025 não serão suficientes para a Armada cumprir plenamente sua função. “A Marinha precisa de uma esquadra de superfície muito forte. Como não vai ter tão cedo, a

Presença militar ainda está concentrada no litoral

Reposicionar melhor as tropas é uma das metas da Estratégia Nacional de Defesa



Fonte: Ministério da Defesa

Mulheres ainda são pequena fração das tropas

Participação feminina no contingente militar começou em 1980

Patente	Marinha	Exército	Aeronáutica
Oficiais	14.544	26.316	13.133
Suboficiais e sargentos	25.859	45.699	25.284
Cabos e soldados	30.020	130.743	32.789
Funcionários civis	6.931	7.264	6.467
Efetivo feminino	4.595 (5,61%)	5.500 (2,55%)	6.689 (7,93%)
Totais por força	81.949	215.522	84.362
Administração do Ministério da Defesa			2.122
Total			383.955

Fonte: Ministério da Defesa. Média dos efetivos entre novembro de 2009 e novembro de 2010

Estratégia Nacional de Defesa definiu 'a negação do uso do mar' como sua tarefa principal, prioritária. Para isso, ela precisa de uma força de submarinos e não vai bastar um submarino nuclear", disse.

Prioridade

A propósito dessa indigência, o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) afirmou que, se a Argentina tivesse um submarino nuclear e seu próprio satélite de comunicação, a história da Guerra das Malvinas (1982) seria outra.

"O submarino nuclear, o satélite geoestacionário, os novos caças, tudo isso, em nossa opinião, deve ser encarado como absoluta prioridade para o futuro do nosso país", disse.

Também falando dessa situação, o senador Blairo Maggi (PR-MT) defendeu a ideia de que, embora os gastos sejam altos, eles são necessários. "Sei do grau de dificuldade que as Forças Armadas têm para se modernizar e o alto valor que será empregado nisso, mas, se queremos a paz, temos de estar preparados para a guerra." Também o presidente da CRE, senador Fernando Collor (PTB-AL), considera que "é necessário empenho ainda maior do Executivo, para que as Forças Armadas estejam prontas a atuar quando chamadas".

Celso Amorim, ministro da Defesa, assegurou que todos os equipamentos a serem adquiridos servirão tão somente para

que o país tenha o poder dissuasório necessário. "Em outras palavras, é preciso dizer 'não vem que não tem'. Nós não vamos nos meter em outras aventuras, não temos essas pretensões. Seguramente nunca praticaremos atos de agressão — aliás, a nossa Constituição nos proíbe —, mas temos de demonstrar a nossa capacidade defensiva", garantiu.

Soldados

Com relação ao efetivo total das Forças Armadas (veja infográfico nesta página), parece não haver queixas. Alguns especialistas discutem, no entanto, que a proporção entre o número de oficiais (17% na Marinha, 12% no Exército e 15% na Aeronáutica) em relação ao restante da tropa seria maior que a de outros países, como os Estados Unidos. Sob outro ângulo, percebe-se que esse é ainda um universo predominantemente masculino — são apenas 5% de mulheres na Marinha, 2% no Exército e 8% na Aeronáutica. Só a partir de 1980 as mulheres começaram a integrar o quadro das Forças, primeiramente na Marinha e em funções administrativas, e o avanço tem sido lento.

Já no que diz respeito ao engajamento de civis, o número é maior que o de mulheres. Ainda assim, a Estratégia Nacional de Defesa (veja quadro na pág. 8) prevê aumento da participação de especialistas em segurança civis no Ministério da Defesa, já que, hoje, a maioria dos civis desempenha funções administrativas. A ideia é que eles ocupem cargos de chefia para agregar mais diversidade ao pensamento militar.

Formatura de aviadoras na Academia da Força Aérea, em Pirassununga (SP): ainda uma minoria



CB JUNIOR/FAB



SILVA LOPES/FAB

Mesmo tecnologicamente atrasados, caças Mirage ainda são cruciais para proteção do espaço aéreo

Pensões e despesas minam capacidade de investimento

O grande mérito da Estratégia Nacional de Defesa, segundo o general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, foi definir a defesa que o país quer e garantir recursos para isso. De fato, a queda de investimentos que começou com o fim dos governos militares e estendeu-se pela década de 1980, resultado da crise fiscal que atingiu o país, causou grande perda da já não tão grande capacidade operacional das Forças. Elas chegaram ao ponto de reduzir a permanência dos recrutas nos quartéis, porque não havia recursos para alimentá-los.

Ainda assim, o Brasil sempre se manteve nas pesquisas internacionais como um dos 20 países que mais investem em defesa. De acordo com Mauro Ceza Nogueira do Nascimento, analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento, seria a forma como essas pesquisas tratam os números do Orçamento da União. O Instituto Internacional de Pesquisa pela

Paz de Estocolmo (Sipri), por exemplo, inclui em sua análise todos os gastos de custeio e de capital nas Forças Armadas, inclusive os gastos com pessoal, como as aposentadorias e pensões, com serviços sociais (assistência médica, por exemplo) e administrativos.

Assim, a despesa com as Forças Armadas, em números absolutos, apenas parece ser representativa de investimento nas áreas operacionais. Ao longo dos últimos dez anos, por exemplo, as despesas consumiram, em média, 76% dos recursos destinados à defesa. Em 2010, elas totalizaram R\$ 45,2 bilhões, de um total de R\$ 59,3 bilhões. Outras despesas, como serviço médico, controle do espaço aéreo e investimento nos aeroportos também impactam o orçamento de defesa. Só em 2010 foram gastos R\$ 2,8 bilhões com esses serviços.

Para Nascimento, essa situação é que tem levado alguns setores, inclusive da imprensa, a considerar, equivocadamente,

que o país investe alto em seus sistemas e equipamentos de defesa. "Grande parte dos recursos alocados para essa área é destinada menos à ampliação da capacidade dissuasória do país e mais com os inativos, com o quadro de pessoal dos comandos ou com o funcionamento administrativo", afirma o analista do Ministério do Planejamento.

Recuperação

No entanto, à exceção da queda dos investimentos em 2002 e 2003, de 1,9% e 16,3%, o país parece ter retomado o fôlego, e os gastos militares vêm crescendo sistematicamente desde então. Mesmo assim, Nascimento afirma que, "quando comparado com os outros países da América do Sul, o Brasil está na quarta colocação em termos de gastos como proporção do produto interno bruto (PIB) — 1,67% —, atrás de Colômbia, Chile e Equador."

Em 2000, por exemplo, o

Orçamento generoso, mas seriamente comprometido

Tabela mostra que maior parte dos recursos para defesa não é empregada em investimentos

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Previdência de inativos e pensionistas da União	R\$ 16.634 42,2%	R\$ 21.001 46,6%	R\$ 20.644 46,7%	R\$ 19.102 51,6%	R\$ 18.790 49,3%	R\$ 19.540 46,9%	R\$ 21.458 49,2%	R\$ 22.282 47,8%	R\$ 23.923 48,3%	R\$ 25.757 47,4%	R\$ 26.950 45,4%
		+26,3%	-1,7%	-7,5%	-1,6%	+4,0%	+9,8%	+3,8%	+7,4%	+7,7%	+4,6%
Apoio administrativo	R\$ 13.155 33,4%	R\$ 12.994 28,8%	R\$ 13.612 30,8%	R\$ 11.831 32,0%	R\$ 12.178 32,0%	R\$ 12.780 30,7%	R\$ 14.398 33,0%	R\$ 14.675 31,5%	R\$ 16.213 32,7%	R\$ 17.448 32,1%	R\$ 18.258 30,8%
		-1,2%	+4,8%	-13,1%	+2,9%	+4,9%	+12,7%	+1,9%	+10,5%	+7,6%	+4,6%
Op. especiais: serviço da dívida externa (juros e amortizações)	R\$ 2.536 6,4%	R\$ 3.136 7,0%	R\$ 3.861 8,7%	R\$ 1.378 3,7%	R\$ 1.075 2,8%	R\$ 2.530 6,1%	R\$ 1.266 2,9%	R\$ 1.179 2,5%	R\$ 291 0,6%	R\$ 520 1,0%	R\$ 252 0,4%
		+23,7%	+23,1%	-64,3%	-22,0%	+135,3%	-50,0%	-6,9%	-75,3%	+78,5%	-51,5%
Reaparelhamento e adequação da Força Aérea	R\$ 250 0,6%	R\$ 1.332 3,0%	R\$ 853 1,9%	R\$ 441 1,2%	R\$ 920 2,4%	R\$ 733 1,8%	R\$ 795 1,8%	R\$ 1.054 2,3%	R\$ 1.346 2,7%	R\$ 1.455 2,7%	R\$ 1.349 2,3%
		+433,1%	-36,0%	-48,3%	+108,6%	-20,3%	+8,4%	+32,7%	+27,7%	+8,1%	-7,3%
Preparo e emprego da Força Aérea	R\$ 804 2,0%	R\$ 914 2,0%	R\$ 707 1,6%	R\$ 725 2,0%	R\$ 782 2,1%	R\$ 951 2,3%	R\$ 822 1,9%	R\$ 1.062 2,3%	R\$ 1.018 2,1%	R\$ 951 1,8%	R\$ 879 1,5%
		+13,6%	-22,6%	2,5%	+7,9%	+21,6%	-13,6%	+29,2%	-4,1%	-6,5%	-7,6%
Serviço de saúde das Forças Armadas	R\$ 39 0,1%	R\$ 43 0,1%	R\$ 624 1,4%	R\$ 584 1,6%	R\$ 787 2,1%	R\$ 884 2,1%	R\$ 1.054 2,4%	R\$ 1.105 2,4%	R\$ 1.191 2,4%	R\$ 1.292 2,4%	R\$ 1.476 2,5%
		+10,0%	+1.350,9%	-6,4%	+34,8%	+12,3%	+19,3%	+4,9%	+7,8%	+8,5%	+14,3%
Preparo e emprego do poder naval	R\$ 669 1,7%	R\$ 786 1,7%	R\$ 616 1,4%	R\$ 578 1,6%	R\$ 599 1,6%	R\$ 708 1,7%	R\$ 594 1,4%	R\$ 738 1,6%	R\$ 877 1,8%	R\$ 1.032 1,9%	R\$ 817 1,4%
		+17,6%	-21,6%	-6,2%	+3,7%	18,1%	-16,1%	+24,3%	+18,8%	+17,7%	-20,8%
Segurança de voo e controle do espaço aéreo	R\$ 792 2,0%	R\$ 599 1,3%	R\$ 715 1,6%	R\$ 533 1,4%	R\$ 651 1,7%	R\$ 547 1,3%	R\$ 639 1,5%	R\$ 769 1,6%	R\$ 824 1,7%	R\$ 878 1,6%	R\$ 987 1,7%
		-24,4%	+19,3%	-25,4%	+21,9%	-15,9%	+16,7%	+20,3%	+7,2%	+6,6%	+12,4%
Preparo e emprego da força terrestre	R\$ 667 1,7%	R\$ 632 1,4%	R\$ 478 1,1%	R\$ 544 1,5%	R\$ 776 2,0%	R\$ 776 1,9%	R\$ 738 1,7%	R\$ 694 1,5%	R\$ 733 1,5%	R\$ 806 1,5%	R\$ 959 1,6%
		-5,3%	-24,3%	+13,7%	+42,7%	+0,1%	-5,0%	-5,9%	+5,5%	+10,1%	+18,9%
Reaparelhamento e adequação da Marinha	R\$ 469 1,2%	R\$ 550 1,2%	R\$ 33 0,1%	R\$ 61 0,2%	R\$ 119 0,3%	R\$ 273 0,7%	R\$ 163 0,4%	R\$ 399 0,9%	R\$ 421 0,9%	R\$ 1.077 2,0%	R\$ 3.556 6,0%
		+17,2%	-93,9%	+81,6%	+95,9%	+129,6%	-40,4%	145,3%	+5,6%	+155,7%	+230,3%
Desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária	R\$ 159 0,4%	R\$ 285 0,6%	R\$ 118 0,3%	R\$ 72 0,2%	R\$ 150 0,4%	R\$ 587 1,4%	R\$ 179 0,4%	R\$ 216 0,5%	R\$ 273 0,6%	R\$ 339 0,6%	R\$ 315 0,5%
		+79,5%	-58,6%	-39,0%	+107,5%	+292,8%	-69,4%	+20,5%	+26,1%	+24,5%	-7,1%
Reaparelhamento e adequação do Exército	R\$ 217 0,6%	R\$ 227 0,5%	R\$ 489 1,1%	R\$ 149 0,4%	R\$ 140 0,4%	R\$ 76 0,2%	R\$ 60 0,1%	R\$ 198 0,4%	R\$ 333 0,7%	R\$ 479 0,9%	R\$ 475 0,8%
		+4,7%	+115,4%	-69,6%	-5,7%	-45,8%	-21,6%	+232,7%	+67,8%	+43,9%	-1,0%
Demais programas	R\$ 3.008	R\$ 2.558	R\$ 1.468	R\$ 1.025	R\$ 1.145	R\$ 1.310	R\$ 1.448	R\$ 2.289	R\$ 2.096	R\$ 2.279	R\$ 3.079
Total defesa	R\$ 39.398	R\$ 45.057	R\$ 44.219	R\$ 37.024	R\$ 38.112	R\$ 41.696	R\$ 43.611	R\$ 46.661	R\$ 49.538	R\$ 54.313	R\$ 59.352

Fonte: Uma década de gastos orçamentários na área de defesa nacional — 2000 a 2010: análises e tendências, de Mauro Ceza Nogueira do Nascimento, Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento (2010)

Ministério da Defesa aplicou R\$ 39,4 bilhões, ou 3,4% do previsto naquele ano. De lá para cá, em termos absolutos, os gastos aumentaram para R\$ 59,3 bilhões, o equivalente a 3,97% do Orçamento de 2010.

Em termos absolutos, os R\$ 19,9 bilhões de diferença representam crescimento significativo de 50,6%, embora, proporcionalmente ao Orçamento, a diferença tenha sido apenas de 0,57 ponto percentual. O máximo a que se chegou em gastos com a defesa em termos proporcionais foi em 2001, com 4,2%.

Nascimento consolidou os gastos em defesa por programa, constatando que os principais projetos “apresentaram ampliações superiores

aos demais nos últimos anos, com ênfase para a vertente naval. Os três, em conjunto, passaram de uma participação relativa [em relação ao Orçamento] de 2,4%, no ano 2000, para 9,1% em 2010, alcançando gastos de R\$ 5,4 bilhões”, informa o analista (veja o infográfico acima).

Projetos

O estudo de Nascimento mostra também que, em 2009 e 2010, o país aumentou significativamente seus investimentos em defesa, com taxas de crescimento da ordem de 9,6% e 9,3%, respectivamente, e com destaque para os projetos de desenvolvimento dos submarinos convencionais e de propulsão nuclear (Prosub)

e da aeronave para transporte tático/logístico KC-390, e de aquisição de helicópteros de médio porte (veja mais informações no quadro da pág. 62).

Em termos financeiros, as “meninas dos olhos” do governo nos últimos dez anos têm sido os projetos Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil, que ganhou 4,8% a mais dos recursos, e Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira, que teve 1,6% de aumento.

Nascimento esclarece que o grande aumento dos gastos com o serviço de saúde das Forças Armadas resulta de uma situação contábil: os três serviços de cada força foram fundidos.

Constituição é ambígua sobre atuação das Forças Armadas

A função das Forças Armadas também foi objeto de discussões nas audiências sobre defesa nacional promovidas pela CRE. Como o assunto é tratado pela Constituição no artigo 142, que prevê a atuação das Forças em segurança pública, e também no artigo 144, que atribui exclusivamente às polícias o combate ao crime, as hipóteses de emprego das Forças não estão suficientemente claras, afirmam especialistas ouvidos pela comissão do Senado (leia à direita o que diz a Constituição).

Além disso, subsiste uma grande confusão no país a respeito dos conceitos de segurança nacional, defesa nacional e segurança pública, inclusive na Estratégia de Defesa, afirmam o consultor do Senado Joanisval Brito Gonçalves e o especialista em segurança Gunther Rudzit (veja mais sobre o tema na seção Debates, a partir da pág. 77).

Ditadura

Na origem desse problema, está o próprio contexto da elaboração da Constituição de 1988. Àquela época, logo depois do fim dos governos militares, os constituintes ignoraram o conceito de segurança nacional em repúdio à Lei de Segurança Nacional, da qual se ser-

viram os governos militares para legitimar ações contra os “subversivos” que lutavam contra a ditadura.

O então ministro da Defesa, Nelson Jobim, em artigo sobre a elaboração da Estratégia Nacional de Defesa, afirmou que “o poder civil, que sucedeu ao regime militar, identificava, em seu imaginário, os temas de defesa com repressão política. O tema, por isso, foi marginalizado durante os trabalhos da Assembleia Constituinte”.

Ainda segundo Jobim, em consequência dessa marginalização, os militares chamaram a si a tarefa de formular a política de defesa, que saiu da agenda nacional. O poder público passou então a considerá-la assunto exclusivamente militar.

“No meio acadêmico, desenvolveu-se processo semelhante. São poucos os estudiosos que se vincularam aos temas de defesa. Há mesmo pesquisadores que foram questionados — por seus colegas — sobre as suas motivações ao orientarem-se para assuntos militares. Em outros países, tais temas são objeto de profundo interesse intelectual”, afirmou o ex-ministro.

Segurança

Para Joanisval Gonçalves e Gunther Rudzit, segurança nacional seria o conceito guarda-chuva, englobando a ideia de segurança pública, que tem a ver com crimes comuns praticados em solo nacional, e a de defesa nacional, que se relaciona às ameaças externas. Dessa forma, na prática, de acordo com os

O que diz o texto da Constituição

Artigo 142 As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Artigo 144 A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
I – polícia federal;
II – polícia rodoviária federal;
III – polícia ferroviária federal;
IV – polícias civis;
V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

especialistas, para que o país tenha segurança nacional, é necessário que o sistema de segurança pública funcione, com as polícias mantendo o crime em níveis mínimos aceitáveis, e que o setor de defesa, a cargo das Forças Armadas, tenha controle sobre as fronteiras e esteja preparado para proteger os brasileiros, o patrimônio e o território do país de qualquer ameaça. Polícias e Forças Armadas teriam assim papéis bem definidos, de acordo com a vocação de cada uma.

Ex-ministro Nelson Jobim lembra que tema da defesa foi marginalizado na Assembleia Constituinte

Participação no combate ao crime preocupa especialistas

Uma das questões mais candentes envolvendo o emprego das Forças Armadas é sua crescente atuação na segurança pública. A Estratégia Nacional de Defesa reconhece os deveres previstos no artigo 142 da Constituição federal, mas ressalva que “a legitimação de tais responsabilidades pressupõe, entretanto, legislação que ordene e respalde as condições específicas e os procedimentos federativos que deem ensejo a tais operações, com resguardo de seus integrantes”.

A preocupação das Forças Armadas com os limites de sua atuação e responsabilidade e com a legitimação das suas ações nas questões internas data do Império, afirma Joannisval Brito, consultor do Senado ouvido pela Comissão de Relações Exteriores. Já naquela época, o Clube Militar pediu à então regente, a princesa Isabel, que poupasse os militares de sair à caça de escravos fugitivos (veja texto na página ao

lado). E ainda hoje essa questão resta mal resolvida.

O principal argumento dos que criticam o emprego das Forças Armadas na segurança pública é de que essa tarefa exige atitude e doutrina totalmente diferentes do que é ensinado nos quartéis. O soldado é treinado para reconhecer o inimigo e combatê-lo. O seu sucesso é medido pelo número de inimigos eliminados ou postos fora de combate. No entanto, no caso do combate ao crime comum, o soldado enfrenta um concidadão, um brasileiro que deve ter seus direitos civis e sua integridade física respeitados e garantidos até o limite do possível, independentemente do crime que ele tenha cometido.

Em 2010, Tarso Genro, então ministro da Justiça, a propósito da política mexicana de combate ao tráfico de drogas, afirmou que “a experiência de substituição da polícia pelas Forças Armadas no enfrentamento do crime organizado,

como está acontecendo no México, é totalmente desastrosa. Desastrosa para o Exército, para a segurança pública e para a população. Não há exemplo onde isso tenha acontecido com sucesso a não ser, obviamente, em ocupações de cidades em época de guerra”.

Ainda assim, a partir do governo Luiz Inácio Lula da Silva, foram criadas as brigadas Garantia da Lei e da Ordem, em Campinas, no estado de São Paulo, e Operações Especiais, em Goiânia, para garantir deslocamento mais rápido das tropas do Exército e atender às crises da segurança pública do país.

Pacificação de favelas

Para Joannisval Brito, situações como a participação das Forças Armadas na pacificação de favelas no Rio de Janeiro e em crises como a recente greve de policiais na Bahia, ainda que em conjunto com a Força de Segurança Nacional, são exemplos de um caminho perigoso e até inconstitucional. “Quem lida com segurança pública, quem está preparado para lidar com segurança pública e quem deve lidar com

segurança pública são as polícias; não são as Forças Armadas”, criticou o consultor.

Joannisval destacou que o emprego das Forças Armadas nessas situações pode causar danos à autoestima dos militares, que passam a ser coadjuvantes das forças policiais quando, constitucionalmente, as polícias é que são consideradas forças auxiliares de reserva do Exército.

Já o general Rocha Paiva, em sua exposição aos senadores, se disse favorável ao emprego das Forças em segurança pública, desde que imprescindível e por pouco tempo.

No entanto, ele se preocupa com os demais usos das Forças Armadas. “Há o momento necessário. Naquele momento de 2010, quando elas entraram no Morro do Alemão, o Estado tinha perdido o controle da situação. Mas ficar lá mais de um ano, não. Isso não é admissível. Exército, Marinha, Aeronáutica não são agências multitarefas. E aí o que começa a acontecer? Na segurança pública, estradas e aeroportos, no desvio das águas do São Francisco, na distribuição de água no Nordeste, elas podem estar em muitas dessas atividades, mas isso virou uma obsessão nacional”, afirma Rocha Paiva.

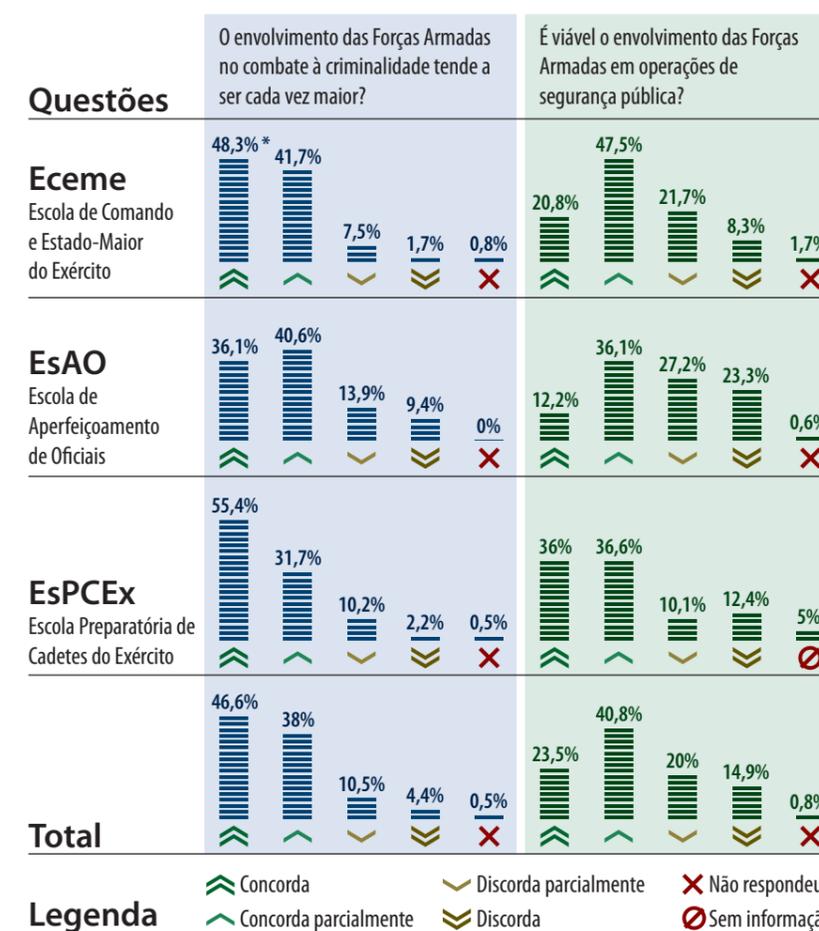
Em 2010, o pesquisador Oscar Medeiros Filho, em sua tese de doutorado para a Universidade de São Paulo, fez pesquisa com estudantes de três das mais famosas escolas militares do país. A grande maioria deles, 84,6%, concorda que a atuação das Forças Armadas no combate ao crime tende a aumentar e 64% entendem que essa atuação é viável (veja o infográfico nesta página).

Obras civis

Outro uso frequente que o Brasil tem feito das Forças Armadas são as obras sociais e de construção civil. Distribuição de alimentos e remédios em regiões castigadas por inundações ou seca, atendimento médico e odontológico e vacinação de populações pobres e isoladas, em

Envolvimento tende a ser cada vez maior

Pesquisa entre oficiais e cadetes do Exército mostra que maioria acha viável participação em operações de segurança pública



* Valores aproximados

Fonte: Entre a Cooperação e a Dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul, Oscar Medeiros Filho, 2010

Exército trabalha na duplicação da BR-101, no Nordeste: engajamento em obras civis



ÉLIO SALES/MINISTÉRIO DA DEFESA

Petição do Clube Militar à princesa Isabel, então regente, 1887

“Senhora, os oficiais membros do Clube Militar pedem à Vossa Alteza Imperial vênha para dirigir ao governo imperial um pedido que é antes uma súplica. Eles todos... esperam que o Governo Imperial não consinta que, nos destacamentos do Exército que seguem para o interior... os soldados sejam encarregados da captura dos pobres negros que fogem à escravidão... Por isso, os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios de humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã... em nome do vosso futuro e do futuro do vosso filho, esperam que o governo imperial não consinta que os oficiais e praças do Exército sejam desviados da sua nobre missão.”

Segurança pública piora e sociedade pressiona

Como em quase todos os estados em que a segurança pública deixa muito a desejar, a população volta-se para as Forças Armadas como um último recurso, uma reserva de integridade e força que teria o condão de resolver o problema para o qual políticos, policiais, Judiciário e a própria sociedade há décadas não conseguem encontrar uma solução.

“Sem direção política clara, sem definições precisas sobre suas atribuições, sem meios mínimos para garantir a soberania da nação, as Forças Armadas (em especial o Exército) são

cada vez mais empurradas para as tarefas de garantia da lei e da ordem”, afirma o cientista político João Paulo Soares Alsina Junior.

Para Alsina, a maioria esmagadora da população não sabe como o sistema de segurança pública está organizado e, conseqüentemente, não tem a menor ideia de quem é a culpa pela situação de insegurança que vive. Na visão da maioria, o Executivo das três esferas, as várias polícias — Força Nacional de Segurança, Polícia Federal, polícias estaduais e guardas municipais —, o sistema carce-

rário, o Judiciário e o Legislativo parecem todos embotados, sem papel definido, enquanto a situação só piora.

“É preciso, portanto, que se alertem os formadores de opinião sobre o extremo perigo que o Brasil corre ao optar na prática — ainda que não na teoria — pela utilização das Forças Armadas no campo da segurança pública. Exemplos abundam sobre a inconveniência e a ineficiência do emprego dos militares em tarefas policiais”, alerta Alsina.

Vários especialistas compartilham com Alsina a ideia de que a solução está nos sistemas de segurança pública. Ou antes, na reforma deles, na sua articulação, cooperação e integração. Eles temem que se possa assistir a cada vez maiores áreas do território nacional dominadas por criminosos, que, no entanto, são cidadãos brasileiros, e não inimigos a serem eliminados pelas Forças Armadas.

“As Forças Armadas nacionais custam ao erário uma soma não desprezível de recursos. No entanto, esses recursos não se traduzem em capacidade de dissuasão convencional aceitável, tampouco em forças aptas a dar conta satisfatoriamente da garantia da lei e da ordem. Esse tipo de emprego praticamente assegura a materialização de dois fenômenos profundamente indesejáveis: a corrupção das forças constitucionalmente responsáveis pela defesa da soberania nacional (expostas ao convívio com a marginalidade) e a não resolução da crise da segurança pública (ao manter indefinidamente esquemas paliativos de intervenção que não atacam o cerne do problema)”, conclui Alsina.

Soldados do Exército em operação no Morro do Alemão (RJ): Forças Armadas envolvidas em ações de segurança pública



PEDRO PANTOJA/JORNAL O POVO

Extensão de terras indígenas preocupa militares

Durante as audiências na CRE, alguns debatedores citaram as extensas áreas demarcadas como reservas indígenas e unidades de conservação como uma das maiores vulnerabilidades da defesa nacional. Como muitas estão em região de fronteira e se mantêm quase intocadas, com baixíssima densidade populacional, haveria casos de reservas servirem de base para o crime organizado, além de serem de difícil penetração.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), as reservas ocupam 12,5% do território nacional e, segundo o general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, comandante militar da Amazônia, poucos pontos da fronteira não estão ligados a esses tipos de unidades, o que, para ele, gera “certo tipo de congelamento das áreas”.

Terras indígenas em região de fronteira também preocupam o general Luiz Eduardo Rocha Piva. Para ele, as reservas passaram a constituir um problema para a soberania nacional depois que o



ONU aprova declaração que dá aos povos indígenas direito a autogoverno: possível pretexto para intervenção externa?

Brasil ratificou, em 2007, a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, na Organização das Nações Unidas (ONU). O documento estabeleceu, entre outros princípios, que os índios têm direito ao autogoverno, à livre determinação política, a instituições políticas e sistemas jurídicos próprios, a pertencer a uma nação indígena, a vetar atividades militares em suas terras, e ainda a aceitar ou não medidas legislativas da União. Ações militares, legislativas ou administrativas do Estado em território indígena deverão ser previamente consentidas pelos índios.

“Se isso de fato acontecer, nós vamos atomizar a Federação, porque há mais terras indígenas do que estados da Federação. E lembro que, se há terra, se há povo

considerado nação e se há instituições políticas e jurídicas próprias, isso é um Estado-Nação. Aí que está a ameaça”, avaliou.

O preocupante dessa situação, segundo João Quartim de Moraes, professor da Unicamp, é que o descumprimento da declaração possa servir de pretexto para, no futuro, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) ou qualquer potência decidir que devem aqui combater o “bom combate”, como fizeram recentemente em países como a Líbia.

“Potências que não hesitam utilizar esse tipo de expressão teriam alguma dificuldade amanhã, se a cobiça pela Amazônia fosse forte, em inventar um Estado independente de tal ou tal etnia?”, questiona o professor.

STF garante livre acesso da União às reservas

O processo de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, começou em 1977. Em 2005, foi homologada pelo presidente Lula, que deu posse permanente da área aos grupos indígenas ingaricó, macuxi, patamona, taurepang e vapixana. Com isso, os não índios seriam obrigados a se retirar da reserva, mas um grupo

de plantadores de arroz se recusou a sair. Em 2009, o STF decidiu pela demarcação da reserva como área contínua, com 1,7 milhão de hectares, e pela retirada definitiva dos arroteiros. E definiu que a União tem livre acesso às terras indígenas para defender as fronteiras ou construir escolas e hospitais, entre outras prerrogativas.



Indígenas na reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima: 1,7 milhão de hectares

MATEUS WEDEDES/CD

Defesa será reorganizada e reaparelhada sob estratégia única

Prevista há mais de meio século, aglutinação efetiva das Forças Armadas em torno de um planejamento único é passo necessário para o fortalecimento da segurança nacional

Em setembro de 2007, oito anos após a criação do Ministério da Defesa e mais de meio século depois da Constituição de 1946 — a primeira a prever a unificação das Forças Armadas brasileiras sob um único ministério —, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu o pontapé inicial para articular os esforços das três Forças de defesa do país sob uma estratégia única, pensada para atender os interesses nacionais. Um ano depois, o grupo interministerial criado por Lula e presidido pelo então ministro da Defesa, Nelson Jobim, apresentou ao presidente a Estratégia Nacional de Defesa (END), formulada em conjunto com os comandos militares.

Falando na Universidade de São Paulo, em 2011, o

general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, hoje comandante militar da Amazônia, definiu o texto como histórico. “Pela primeira vez, o poder público definiu o que os militares deveriam fazer e, em contrapartida, garantiu o apoio para nossas demandas.” E a END trata exatamente disto: de definir o que o país quer em termos de defesa e de planejar e

garantir a realização do conjunto de ações necessárias para chegar lá.

O documento argumenta que a disputa por recursos naturais (minérios em geral, petróleo, água etc.) pode levar outras nações a cogitar um avanço sobre posições brasileiras, principalmente



na Amazônia e nas águas jurisdicionadas, especialmente depois de divulgadas as descobertas de petróleo na camada pré-sal da costa brasileira (*leia mais na seção Ameaças Internacionais, a partir da pág. 32*).

Além disso, com uma economia em franca expansão, para fazer valer sua voz e seus interesses o país precisa ter, além de musculatura econômica, científica e tecnológica, um aparato militar bem dimensionado, afirma a END.

A premissa principal da END é dotar o país de poderio militar tal que desencoraje qualquer iniciativa estrangeira de avançar sobre a costa, o espaço aéreo ou o território brasileiros, a chamada política de dissuasão. Para impor um respeito assim, sem ter que atirar, é preciso ter recursos suficientes e integrados, presentes em todos os pontos-chave do território e da costa, capazes de detectar qualquer anormalidade e de alcançar rapidamente eventuais alvos.

Essa estratégia revela as mudanças nos conflitos armados ocorridas no século passado. Enquanto antes era fundamental ter um número maior de soldados mais bem equipados e treinados que o inimigo, hoje o importante é ter efetivos capazes de chegar instantaneamente à área de conflito e suficientes para resolver cirurgicamente o problema. As novas batalhas exigem prontidão das Forças e muita, muita logística para levá-las ao *front*, especialmente para um país com as dimensões territoriais do Brasil. Isso sem contar os novos piratas e os não menos perigosos *hackers*.

Novidades no front

Para atender essas necessidades, a END relaciona ações estratégicas de médio e longo prazos para modernizar a defesa, distribuídas em três eixos: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de defesa e do serviço militar obrigatório (*veja infográfico na pág. 8 e leia mais na pág. 75*). O documento enumera ainda vários grandes projetos (*veja o quadro na pág. 62*) e três setores considerados decisivos: o cibernético, o espacial e o nuclear, tanto do ponto de vista civil quanto em relação às aplicações militares dessas tecnologias.

Outra preocupação da END é que o país domine a maioria das tecnologias usadas nos equipamentos que serão adquiridos para reaparelhar as Forças Armadas (*leia na pág. 70*) e invista fortemente nesse objetivo, o que já começou com a aprovação da Medida Provisória 544/11 (*leia na pág. 81*), que dá incentivos fiscais às indústrias de defesa.

Plataforma P-51, na Bacia de Campos: disputa por recursos naturais pode levar nações a um avanço sobre o Brasil

Ampliar a eficiência e diminuir os custos

Além dos grandes projetos (*veja infográfico abaixo*), as Forças Armadas estão elaborando o Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (Paed). O Paed irá reunir todas as ações planejadas pelo Ministério da Defesa, incluindo a harmonização dos projetos das Forças; a recuperação da capaci-

dade operacional; pesquisa, desenvolvimento e ensino; transferência de tecnologia e aquisição dos produtos de defesa.

O Paed permitirá que Marinha, Exército e Aeronáutica consolidem requisitos para a aquisição de equipamentos, ampliando a eficiência e diminuindo custos. O plano deve

ser entregue ao ministro da Defesa até 31 de maio e encaminhado ao Congresso, como material de apoio ao *Livro Branco de Defesa Nacional*, que trará as linhas gerais da END, uma radiografia do setor, e a política de aquisição de equipamentos para o próximo quadriênio (*leia mais na pág. 16*).

País deve investir R\$ 66,4 bilhões em projetos estratégicos

A Estratégia Nacional de Defesa abriu caminho para o esforço de reaparelhamento das Forças Armadas com a definição de projetos prioritários, como o desenvolvimento de submarino a propulsão nuclear e a aquisição de novos aviões de caça

Projeto	Objetivos	Importância estratégica	Duração	Custo total estimado
Exército				
Sisfron	Montar sistema integrado de monitoramento de fronteiras	Fortalecer a vigilância na faixa de fronteira com o uso interligado de sensores, redes e radares. Leia mais na pág. 69	2012 a 2022	R\$ 5,8 bi
Blindados Guarani	Adquirir novos veículos blindados e anfíbios. O contrato prevê a fabricação, no Brasil, de 2.044 unidades em 20 anos	Trocar os antigos blindados por veículos que podem incorporar diferentes torres, armas, sensores e sistemas de comunicações e obter independência tecnológica nessa área	2011 a 2031	R\$ 11 bi
Marinha				
Prosub	Desenvolver cinco submarinos, quatro convencionais e um a propulsão nuclear, com implantação de estaleiro e base naval	Fortalecer a defesa da costa, obter tecnologia nuclear naval hoje dominada por um seleto grupo de países	2009 a 2025	R\$ 26,4 bi
Reator Nuclear	Construir um protótipo de reator nuclear para fazer funcionar a propulsão de um submarino nuclear	Obter tecnologia para construir, inclusive, reatores para usinas de energia elétrica. Nenhum país repassa tecnologia nessa área	2000 a 2015	R\$ 1,2 bi
Combustível nuclear	Dominar o ciclo de combustível nuclear	Produzir, em escala semi-industrial, combustível para uso das usinas nucleares de Angra	2000 a 2030	R\$ 737 mi
Navios-patrolha oceânicos	Construir em estaleiros nacionais navios-patrolha oceânicos de 500 toneladas para a proteção das águas jurisdicionais brasileiras	Intensificar as ações de patrulha naval para fiscalizar o tráfego em águas costeiras e oceânicas e aumentar a capacidade de busca e salvamento ao longo da extensa área sob responsabilidade do Brasil	2008 a 2018	R\$ 2,1 bi
Prosuper	Construir, com transferência de tecnologia, cinco navios-patrolha oceânicos e um navio tanque de apoio logístico e adquirir cinco novos navios-escolta (fragatas)	Renovar a frota de superfície com embarcações modernas, permitindo ampliar a presença da Marinha junto às reservas do pré-sal	2012 a 2015	R\$ 3,5 bi
Força Aérea				
FX2 (caças)	Adquirir inicialmente 36 novos caças	Reforçar o poder de dissuasão, absorver tecnologia participando ativamente do desenvolvimento das aeronaves	não determinado	R\$ 5 bi
Hx-br (helicópteros)	Adquirir 50 helicópteros de transporte EC-725 (Super Puma/Cougar). Cada helicóptero pode transportar dois tripulantes e até 29 soldados totalmente equipados	Obter tecnologia. A construção dos helicópteros será feita pela Helibrás, subsidiária da Eurocopter instalada em Itajubá (MG)	2009 a 2020	R\$ 4,8 bi
Cargueiro KC-390	Desenvolver 28 cargueiros pela Embraer para substituir os antigos C-130 Hercules, a partir de 2016	Melhorar o transporte militar médio e concorrer com EUA, Rússia e Ucrânia, os maiores produtores	2009 a 2016	R\$ 3 bi
Controle do espaço aéreo	Modernizar o sistema implantando conjunto de soluções para a "navegação aérea do futuro"	Aumentar a segurança e a eficiência do gerenciamento do espaço aéreo, por meio de sistema de controle a partir de satélites	1999 a 2015	R\$ 2,9 bi
Outros programas: Proteger (defesa antiaérea, aviação do Exército e equipamento das tropas); defesa cibernética; Astros 2020 (lançadores de foguetes e satélites); recuperação da capacidade operacional (aquisição de material bélico, como munição).				



CBERS-3: lançamento do novo satélite sino-brasileiro estava previsto para 2007, mas só deverá ocorrer este ano

Orçamento baixo, dependência alta

Com a fabricação do primeiro satélite de comunicação nacional, o Brasil poderá superar dependência de serviços privados e estrangeiros

Entre os investimentos do Programa Nacional de Atividades Espaciais (Pnae) previstos no Plano Plurianual 2012–2015 (PPA), está a contratação do primeiro satélite do Sistema Geostacionário Brasileiro (SGB). A medida é considerada fundamental para as telecomunicações em geral e, em particular, para a comunicação estratégica do sistema de defesa nacional. Desde a privatização da Embratel, os serviços de satélite utilizados pelas Forças Armadas são fornecidos por empresas privadas.

De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), oito satélites geostacionários possuem autorização para operar no Brasil: seis deles são explorados pela empresa Star One, pertencente à Embratel; um pela Telesat Brasil; e outro pela Hispamar. Os satélites são usados para serviços como TV por assinatura, TV aberta,

telefonia, rastreamento e internet em banda larga, além de atividades militares.

Satélites alugados

O Brasil também depende de serviços estrangeiros quando a necessidade é de geração de imagem por satélite. Segundo estudo da Câmara dos Deputados, o país é o terceiro maior cliente de imagens produzidas por satélites norte-americanos. Entre os órgãos que compram dados, estão Embrapa, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Petrobras.

Para o ministro da Defesa, Celso Amorim, essa situação se aproxima do "incômodo absoluto". "Todas as comunicações brasileiras são feitas por satélite alugado, o satélite não é nosso", revelou. O ministro afirmou ter confiança de que o contrato com empresas privadas e estrangeiras será respeitado, mas, perguntou:

e em uma situação crítica? "Nós temos que ter o nosso satélite e temos que ser capazes de, no futuro, fazermos o nosso satélite sozinhos ou em cooperação com alguém, mas com controle da tecnologia", ponderou.

O senador Fernando Collor (PTB-AL) também se mostrou preocupado com a questão. "Hoje, alugamos da Embratel esse satélite. O dono da Embratel é o Carlos Slim, um mexicano. No momento em que ele, por um descuido pessoal, desviar meio grau os satélites, ficaremos sem as nossas informações. Nós não sabemos nunca o dia de amanhã", considerou. Para ele, essa é uma das grandes vulnerabilidades do Brasil em matéria de defesa nacional, que deve ser tratada com um investimento prioritário, ao lado do submarino movido a propulsão nuclear e dos novos caças para a Força Aérea.

Orçado em R\$ 716 milhões, o primeiro satélite geoestacionário destina-se, sobretudo, a aumentar a capacidade de comunicação do país. A previsão é de que seja lançado em 2014. Um dos principais beneficiados será o Plano Nacional de Banda Larga, que visa ampliar o acesso à internet. O satélite não será fabricado no Brasil, mas será operado pela Telebras, estatal vinculada ao Ministério das Comunicações, possivelmente em parceria com a Embraer (veja pág. 72), para garantir o controle brasileiro sobre o serviço, fundamental para a segurança nacional.

Programa atrasado

De acordo com senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), a insuficiência de recursos é a grande responsável pelas dificuldades do Pnae. Quando deputado federal, Rollemberg foi um dos autores do estudo *A política espacial brasileira*, publicado pelo Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados, em 2010. Segundo ele, o investimento brasileiro na área espacial é o menor entre os países que

compõem o Bric (Brasil, Rússia, Índia e China).

Em 2010, foram gastos apenas R\$ 320 milhões no programa espacial. Em relação ao exercício de 2011, o governo pagou, até agora, aproximadamente R\$ 189 milhões. Esse valor pode chegar a cerca de R\$ 348 milhões, caso sejam pagas as despesas empenhadas. No Plano Plurianual 2012–2015, a previsão de investimentos no Pnae é de R\$ 2,2 bilhões, ou seja, cerca de R\$ 1 bilhão a mais que no quadriênio anterior. Apesar de as cifras parecerem grandes, os recursos não são suficientes para fazer avançar o programa espacial brasileiro.

Celso Amorim lembrou que países como Índia, Irã e Coreia do Norte já lançaram satélites. “Não estou falando das superpotências ou das antigas superpotências. Falo de países que se desenvolveram depois de nós”, completou.

O senador Anibal Diniz (PT-AC) também reclamou do lento desenvolvimento do Centro Espacial de Alcântara, destinado a lançamentos de satélites. “O que podemos fazer, em termos de Par-

Satélites geoestacionários navegam em órbita equatorial, a 36 mil km de altitude, com rotação completa a cada 24 horas. Visto do solo, parecem estar fixos sobre certo ponto. São usados em transmissões de comunicação e de dados. Serviços de satélites também servem para previsão do tempo, monitoramento da ocupação urbana, fiscalização ambiental, controle do espaço aéreo, vigilância de fronteira e sistemas de navegação civil e militar

lamento, para ajudar nesse avanço?”, perguntou Anibal.

Uma resposta foi dada pela Câmara. O estudo realizado pelo Conselho resultou no Projeto de Lei 7.526/10, que estabelece incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor espacial. A proposta ainda precisa ser votada em três comissões técnicas daquela Casa antes de ser enviada ao Senado.

O projeto cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Espacial (Padie), que garante benefícios às empresas que produzam bens ou prestem serviços relativos às atividades espaciais no país, inclusive isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Outros programas e metas do Pnae para o decênio 2005/2014

Nos últimos quatro anos, o Pnae recebeu cerca de R\$ 1 bilhão

- Explorar comercialmente o Centro Espacial de Alcântara (MA)
- Finalizar o projeto e lançar o veículo lançador de satélites (VLS)
- Lançar o satélite de observação Amazônia 1 e desenvolver os satélites Lattes, Mapsar e GPM baseados na Plataforma Multimissão (PMM)
- Lançar o satélite de observação Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres Cbers-3 e desenvolver o Cbers-4. Já foram lançados os Cbers-1, Cbers-2 e Cbers-2b. Programa desenvolvido em parceria com a China
- Entrada em operação da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), cuja criação está prevista em tratado firmado em 2003 entre Brasil e Ucrânia
- Implementação de cursos para capacitar pessoal apto a desenvolver pesquisa e tecnologia no setor aeroespacial

Fonte: A Política Espacial Brasileira. Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados



Senador Rodrigo Rollemberg diz que a insuficiência de recursos é o grande responsável pelos atrasos no Pnae



Reunião que formalizou a criação da Unasul, em Brasília, em 2008: projetos de integração e cooperação em defesa

Tensão reduzida e velhas desconfianças convivem na América Latina

Passadas as tensões da Guerra Fria, o Brasil se distancia dos Estados Unidos e inicia aproximação com os vizinhos da América do Sul, o continente menos conflagrado do mundo. Essa mudança de rumos começou a se concretizar com o Tratado de Cooperação Amazônica, de 1978. De lá pra cá, as iniciativas se multiplicaram, entre elas, o Mercosul, de 1991, e, em 2008, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), inspirada na União Europeia e formada pelos 12 países do continente sul-americano.

A Unasul vem avançando no projeto de integração e cooperação dos países do continente nas áreas de segurança pública e defesa. Para o ministro da Defesa, Celso Amorim, “passos como esse tornaram nossa relação na região muito mais de natureza cooperativa, inclusive na área de defesa. Então, hoje em dia, as hipóteses de guerra e de conflito de que se falava e que eram a base da

organização estratégica já não são mais vigentes”. Desde que assumiu o ministério, Amorim já realizou reuniões e encontros com autoridades de quase todos os países sul-americanos para reforçar o compromisso com a integração e a cooperação.

O general Alderico Mattioli afirmou aos senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) que, hoje, as fronteiras não são apenas lugar de risco, mas também fator de oportunidades e de cooperação. Já o senador Fernando Collor declarou que “o processo de integração é fundamental para criar esse continente de paz. A recente adesão ao Tratado da Unasul foi um passo importantíssimo”.

A Unasul criou o Conselho de Defesa Sul-Americano, que já tem plano de trabalho para 2012, com ações para políticas de defesa; cooperação militar; ações humanitárias e operações de paz; e indústria, tecnologia e capacitação em

defesa. O objetivo é equilibrar os gastos militares e implantar medidas que garantam o respeito à soberania, à integridade e à inviolabilidade dos países. Espera-se que a criação de uma comunidade de segurança evite escalada nos gastos militares na região, contribua para a resolução das pendências e aumente a confiança entre os Estados.

Antigas feridas

Entre 1816 e 1900, houve 44 conflitos armados na América Latina. Desde então, o continente assiste a uma contínua redução das desavenças militares. No entanto, mesmo passada a fase de convulsões, o binômio dissuasão/segurança ainda traz ambiguidade à relação entre vizinhos. A posição majoritária é pela não intervenção e pela integridade do território. Por essa razão, os países não abrem mão dos seus aparatos militares para dissuadir investidas.

Segundo o cientista político Oscar Medeiros Filho, em sua tese de doutorado para a Universidade de São Paulo, foram os resquícios de velhas desconfianças que impediram os países de montar programa militar conjunto. Na CRE, por exemplo, o general Luiz Eduardo Rocha Paiva questionou se as alianças vão dar certo: “Será que alguns desses países do Mercosul e da Unasul não estarão aliados por interesses com rivais mais poderosos que o Brasil econômica e militarmente? Como ficaria a nossa liberdade de ação se tivermos problemas na região? Então, para termos liberdade de ação só há uma opção: nós temos de ser potência militar”.

Por outro lado, os problemas de segurança comuns — o tráfico de drogas, principalmente —

exigem soluções conjuntas. Oscar Medeiros Filho afirma ainda que “do ponto de vista das questões de defesa e segurança, a situação sul-americana é paradoxal: se de um lado a região se destaca pela ausência de guerras formais, por outro enfrenta sérios problemas relativos à fragilidade do império da lei e ao alto grau de violência social”.

E há que frisar que a situação não é a mesma em todo o continente, alerta Medeiros. Enquanto há uma certa estabilidade no Cone Sul, praticamente livre de disputas, com cooperação crescente entre seus países-chave, Brasil, Argentina e Chile, os países amazônicos e andinos ainda não se entendem nesse nível, especialmente Colômbia e Venezuela. Ainda há, inclusive, pendências

territoriais a serem resolvidas (*veja infográfico nesta página*).

O acordo da Colômbia com os Estados Unidos, assinado em segredo em 2009, contribuiu para azedar ainda mais a relação com a Venezuela e preocupou a todos pela possibilidade de os norte-americanos operarem sete bases colombianas.

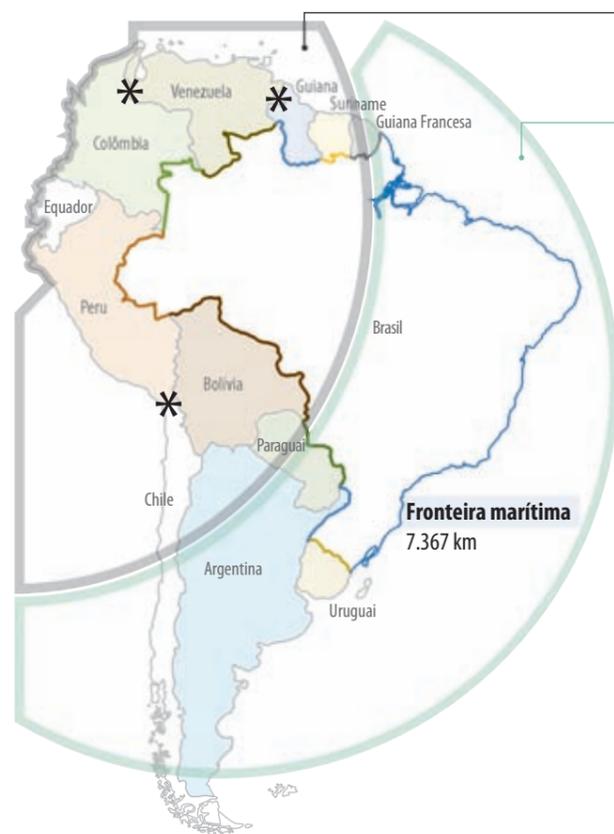
Para evitar desconforto semelhante, o Brasil optou por informar antes aos vizinhos sobre o acordo firmado com os norte-americanos em 2010 e deixar claro que o tratado não prevê a instalação de bases militares americanas no país ou o acesso de soldados dos EUA a bases brasileiras, e sim a troca de tecnologia, a colaboração em projetos de defesa e a negociação de armamento, nos moldes de outros 28 tratados firmados pelo país.



Imponente Monte Roraima, no extremo norte do país: baixas densidades populacionais são problema de defesa

Geografia e pobreza dificultam segurança das fronteiras

Brasil faz limite com dez países ao longo de mais de 16 mil quilômetros. Em grande parte dessas áreas, há baixa densidade populacional, fraca presença do Estado, atraso socioeconômico e geografia permeável



ARCO DE INSTABILIDADE

Países andinos e amazônicos, em especial a Venezuela, ainda têm sérias pendências a resolver, inclusive disputas territoriais (*veja asteriscos no mapa*)

ARCO DE ESTABILIDADE

Já no chamado Cone Sul, a situação é bem mais tranquila, com Argentina, Brasil e Chile se relacionando cada vez melhor e resolvendo pendências

Problemas enfrentados na fronteira brasileira

Conheça alguns dos problemas enfrentados pelo Brasil ao longo dos seus 16.886 km de fronteira continental:

Suriname (593 km) Tráfico de drogas e armas	Bolívia (3.423 km) Tráfico de drogas, contrabando de carros roubados
Guiana (1.606 km) Disputa territorial com a Venezuela, atuação de ONGs junto a tribos indígenas	Paraguai (1.366 km) Tráfico de drogas e de armas, contrabando
Venezuela (2.199 km) Ramificação das Farc	Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai) Maior centro de contrabando da América do Sul, lavagem de dinheiro
Colômbia (1.644 km) Farc, tráfico de drogas e armas	Aquífero Guaraní (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) Um dos maiores reservatórios subterrâneos de água do mundo, pode ser alvo de disputa
Peru (2.995 km) Plantação de cocaína, crimes ambientais	

Fontes: apresentação de Ricardo Vélez Rodríguez na CRE em 24 de outubro de 2011, com dados do IBGE, do Ministério das Relações Exteriores e da dissertação de mestrado *Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul*, de Oscar Medeiros Filho

Vulnerabilidades por terra, água e ar

Para enfrentar o tráfico de drogas e o contrabando, o governo federal lançou o Plano Estratégico de Fronteiras, que une esforços das Forças Armadas, Polícia Federal e outros órgãos

Quarto maior país em termos de terras contínuas, o Brasil é vizinho, a oeste, de dez nações sul-americanas. No mundo, apenas Rússia e China fazem limite com maior número de países. A fronteira brasileira possui mais de 16 mil quilômetros, grande parte deles cortados por rios, florestas, montanhas e lagos, o que dificulta a vigilância. A leste, são cerca de 7 mil quilômetros de litoral, composto, sobretudo, por praias de fácil acesso, sem grandes acidentes geográficos.

Assim, a fronteira é questão central quando se trata de defesa

nacional. Tráfico de drogas e de armas, contrabando de mercadorias e proximidade com áreas de atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) são alguns dos problemas que preocupam hoje as autoridades em relação à segurança da região.

A fronteira também gera apreensão quando o assunto é defesa do território e da soberania nacionais contra possíveis ataques de potências estrangeiras em busca, sobretudo, de riquezas naturais.

Especialistas civis e militares foram unânimes em apontar a atual vulnerabilidade das áreas de

fronteiras (*veja infográfico na pág. 66*). O general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, comandante militar da Amazônia, inclui a fraca presença do Estado na região, a baixa densidade populacional e o atraso socioeconômico dos municípios fronteiriços como fatores que ajudam a tornar vulnerável a fronteira. “Somos um país que caminha para se tornar um ator global, mas temos metade do nosso território não integrado à dinâmica do desenvolvimento nacional”, avalia Villas Bôas.

Apenas 10 milhões de pessoas, ou 5% da população, vivem na



MIOREIRA MARIZ/AGÊNCIA SENADO

O alerta do general Villas Bôas, comandante militar da Amazônia: "Temos metade do território não integrado à dinâmica do desenvolvimento nacional"

faixa de fronteira, que corresponde a 27% do território nacional.

A isso, soma-se a grande permeabilidade das fronteiras do país. "Cerca de mil rios penetram o território brasileiro, cada um deles é uma via de comunicação por onde passa todo tipo de comércio legal e ilegal. Isso torna gigantesca a nossa tarefa de vigiar", afirmou o comandante. Atualmente, o Exército possui 87 organizações militares na faixa de fronteira, sendo 21 pelotões. Outros 28 pelotões estão em fase de criação.

O general fez uma comparação com o que ocorre entre México e

Estados Unidos, cuja fronteira é de cerca de 3 mil quilômetros: "Com todo o aparato tecnológico e policial, os Estados Unidos não conseguem vedar sua faixa de fronteira", explicou.

O senador Blairo Maggi (PR-MT) citou o caso da fronteira de Mato Grosso, onde, revelou, o contingente militar é pequeno. A região enfrenta graves problemas com o tráfico de drogas e o contrabando de carros roubados para a Bolívia. "São quase 800 quilômetros de fronteira seca, muito desguarnecida, que é praticamente impossível o estado controlar".

Plano lançado em julho aumenta repressão a crimes fronteiriços

Para resolver alguns dos problemas que atingem as fronteiras brasileiras, a presidente da República, Dilma Rousseff, lançou, em junho passado, o Plano Estratégico de Fronteiras para prevenir e reprimir delitos em área de fronteira.

O plano prevê atuação integrada de municípios, órgãos federais e estaduais de segurança pública, da Receita Federal do Brasil e das Forças Armadas. As ações são executadas pelos ministérios da Justiça (Operação Sentinela) e da Defesa (Operação Ágata).

Em dezembro, foi apresentado um balanço dos primeiros cinco meses da iniciativa. Na avaliação

do vice-presidente e coordenador do plano, Michel Temer, o resultado é positivo. Segundo informação do Ministério da Justiça, só a apreensão de drogas aumentou 14 vezes em comparação com os primeiros cinco meses de 2011 (veja infográfico na pág. 69).

As operações acionaram 26 órgãos públicos federais e 12 ministérios. Às Forças Armadas, coube também oferecer apoio logístico às operações das polícias Federal e Rodoviária Federal.

Em 2011, foram realizadas três operações Ágata. A primeira, na fronteira com a Colômbia, e a segunda, com Uruguai, Argentina



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Inácio Arruda vê na cooperação com vizinhos um fator essencial para a segurança nas fronteiras



FELIPE BARRA/MINISTÉRIO DA DEFESA

Tropas do Exército preparadas para participar da Operação Ágata, em 2011: tráfico de drogas como alvo principal

março de 2012

e Paraguai. Já a terceira atingiu os limites do Brasil com o Peru, a Bolívia e parte do Paraguai.

O ministro da Defesa, Celso Amorim, ressaltou que o Brasil informou os vizinhos sobre as operações. "Com isso, gerou-se um clima de transparência. A visão foi totalmente positiva em relação à ação do Brasil", garantiu.

Cooperação

A cooperação com os países vizinhos é outra medida prevista no plano (veja pág. 65). De acordo com o jornalista Marcelo Rech, a cooperação vai além das instituições. A atuação do Exército na fronteira, por exemplo, não se limita à vigilância. Rech contou que, na cidade colombiana de Letícia, vizinha da brasileira Tabatinga, problemas básicos são solucionados com a ajuda dos militares brasileiros. "A integração na fronteira possui uma dinâmica particular, que envolve o dia a dia de quem vive ali", completou.

Já o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) acredita que um maior grau de cooperação com os vizinhos, sobretudo na área econômica, é fundamental para a segurança na fronteira. "Se essas nações se desenvolvem, a nossa segurança aumenta e a delas também", argumenta.

Operações conjuntas reforçam defesa

Plano Estratégico de Fronteiras apresenta primeiros resultados



Operação Ágata

Ministério da Defesa

45 mil km de rios e lagos patrulhados, com apreensão ou notificação de 46 embarcações, 59 motos, 20 caminhões, 465 quilos de agrotóxicos, 332 quilos de maconha, 19,5 kg de cocaína, 63 armas, 8 toneladas de explosivos, R\$ 345 mil e US\$ 250 mil em espécie

3 pistas de pouso destruídas

Fiscalização de 5 madeireiras e 3 garimpos

17.632 membros das três Forças Armadas dispostos ao longo de 11.632 km (63% da fronteira)

Apoio médico de embarcações da Marinha e de hospitais de campo do Exército e da Aeronáutica às populações locais

Foram realizados 10.914 atendimentos médicos, 21.288 procedimentos médicos e 11.720 atendimentos odontológicos

Utilizados 100 aviões e helicópteros e dois veículos aéreos não tripulados



Operação Sentinela

Ministério da Justiça

Apreensão de 115,3 toneladas de maconha e cocaína, 473 mil fármacos, 4,4 milhões de pacotes de cigarros e 534 armas de fogo

Foram 4,2 mil prisões em flagrante

Fonte: Ministério da Defesa

Sisfron vai permitir o monitoramento em tempo real

Outra iniciativa prevista para aumentar a proteção às fronteiras brasileiras é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), desenvolvido pelo Exército, que envolve radares, sistemas de comunicação e veículos aéreos não tripulados. A previsão é de que o Sisfron leve dez anos para ser totalmente implantado.

De acordo com o general Villas Bôas, o sistema é baseado em uma rede de sensores colocados sobre a linha de fronteira, interligada a sistemas de comando e controle, que, por sua vez, estarão interligados às unidades

operacionais com capacidade de dar resposta, em tempo real, aos problemas detectados.

A implantação do Sisfron será feita em etapas, por região. A expectativa do Exército é de que, no prazo de dez anos, toda a faixa de fronteira esteja coberta. Um aspecto importante é a integração do Sisfron com outros recursos já existentes ou em desenvolvimento, como o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz) e o Sistema de Controle do Espaço Aéreo.

O comandante militar da Amazônia lembrou ainda que o Sisfron vai favorecer também as atividades de outras áreas do governo, como Ibama e Ministério da Agricultura, e trará benefícios para a sociedade e para a economia. O ministro da Defesa, Celso Amorim, ressaltou outra característica que ele considera fundamental no projeto do Sisfron: a aquisição de tecnologia que, no futuro, poderá servir para a construção de um satélite brasileiro, com mão de obra e tecnologia nacionais (leia mais nas págs. 62 e 63).



TIF HUNTER PHOTOGRAPHY

Embraer construiu o jato Legacy a partir dos projetos feitos para o caça militar AMX: *spin-off* das novas tecnologias

Investir em defesa contribui para o desenvolvimento do país

Um dos argumentos mais usados durante as exposições de autoridades e especialistas nas audiências da CRE foram as vantagens de desenvolver em casa os equipamentos e sistemas de defesa. Segundo o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, em apresentação de 2011 feita em São Bernardo do Campo, “produtos de defesa têm alto conteúdo tecnológico e alto valor agregado, são oportunidades para inovação tecnológica e crescimento econômico”.

Esse é também o pensamento do ministro Celso Amorim. Ele disse, durante audiência na CRE, que há ainda “uma grande vantagem: o que é destinado à defesa está fora do escrutínio da Organização Mundial do Comércio (OMC) porque são projetos estratégicos. Nenhuma norma da OMC pode sobrepor-se a uma decisão de defesa. Não é à toa que, mesmo países grandes defensores

do livre comércio e da liberdade para investimentos estrangeiros, na hora do investimento em área tecnológica, cuidam para que as empresas sejam nacionais”.

Celso Amorim também lembrou que “tudo que é feito na defesa tem depois o que os técnicos chamam de *spin-off* para as áreas civis”, referindo-se a aplicações dessas tecnologias em outras áreas. Um exemplo clássico são os sonares, que, desenvolvidos para que navios e submarinos pudessem identificar um possível inimigo a grande distância, hoje são largamente utilizados na medicina e na odontologia para produzir as ecografias, ultrassonografias etc. O ministro cita ainda um exemplo bem recente e brasileiro, que foi a fabricação dos jatos Legacy da Embraer — hoje vendidos para todo o mundo — a partir dos projetos feitos para o AMX, um caça militar.

No entanto, o professor Gunther Rudzit, especialista em segurança internacional, questionou a viabilidade de desenvolver essas tecnologias no Brasil: “Nem os americanos, com um orçamento de US\$ 711 bilhões, conseguem desenvolver toda a tecnologia utilizada nas suas forças armadas”. Segundo Rudzit, eles só conseguem ter toda a tecnologia integrando as cadeias produtivas, com requisitos, opções tecnológicas, mecanismos econômicos semelhantes.

“Eles conseguem trabalhar tudo isso com empresas de países aliados, porque precisam operar conjuntamente”, explicou o especialista. Rudzit lembra ainda que o Brasil terá de enfrentar a proibição de exportação de insumos e componentes por muitos países, usada para impedir que determinados projetos sejam concretizados em outro país.

Tecnologia se torna *commodity* essencial

Um dos argumentos mais fortes em prol do desenvolvimento de equipamentos e sistemas nacionais de defesa, levantado pelo representante das indústrias brasileiras de defesa ouvido pelos senadores da CRE, Claudio Moreira, é o de que os países se fecham cada vez mais para a possibilidade de compartilhar a tecnologia agregada a seus equipamentos.

Um dos maiores, se não o maior, entrave à compra de novos caças pela Força Aérea, por exemplo, é a disposição brasileira de só comprar o equipamento se o fabricante transferir todo ou grande parte do conhecimento usado para produzi-lo. E aí a coisa esbarra na firme disposição dos governos de proibirem a transferência.

Como a maioria das indústrias depende completamente dos seus governos de origem (*leia mais na pág. 72*) ou são estatais,

não há negócio na maioria dos casos, especialmente nos equipamentos de altíssima tecnologia.

O que transferir?

Claudio Moreira lembra ainda que a transferência de tecnologia, quando acordada, não é um processo simples. “É preciso que o governo atue de forma mais forte no processo de gestão desse mecanismo importante que são os *offsets*”, argumenta.

Gunther Rudzit, explicou as razões da preocupação. “Nessa transferência de tecnologia, há a necessidade de saber qual tecnologia se quer. Um caça, por exemplo, é entendido como um sistema de sistemas. Qual desses sistemas se quer? Ou se quer a integração deles? Vai ser possível exportar para outros clientes esse equipamento, produzido no Brasil com a tecnologia deles?”, indaga Rudzit.

Para ele, contratos de compras

como esses devem descer a todos os detalhes e ainda assim pode haver risco da tecnologia não ser compartilhada. Outro requisito sumamente importante, argumenta, é dispor de pessoal altamente qualificado e de recursos técnicos e financeiros suficientes para absorver a tecnologia e usá-la ao longo de toda a vida útil do equipamento: “A FoxCom, que produz *tablets*, aqui está com dificuldade de encontrar parceiros. Não há engenheiros suficientes para produzir *tablets*! O que se dirá de indústria de defesa”.

Rudzit levantou ainda uma questão diplomática em relação à compra de armamentos: os países ficam vinculados durante toda a vida útil desse equipamento. “Quanto tempo, por exemplo, dura um caça? Por baixo, 25 anos. Portanto, vamos estar ligados a esse país por 25 anos, no mínimo”.

Jato francês Rafale: Brasil só fecha contrato dos novos caças com quem estiver disposto a transferir tecnologia



DENNY CANTRELL/US NAVY



Linha de montagem da Embraer: única empresa nacional entre as cem maiores no ranking da indústria da defesa

A indústria brasileira se mexe

No mercado mundial, o Brasil representa uma alternativa às nações que necessitam de armas, mas não querem, ou não podem, comprá-las de americanos ou europeus. Mas a participação brasileira nesse setor ainda é pequena. Segundo Claudio Moreira, consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde), enquanto 70 das 100 maiores empresas do mundo são americanas ou europeias, a única brasileira a figurar nesse ranking é a Embraer, que aparece em 95º lugar.

De acordo com o BNDES, atualmente as empresas brasileiras de defesa faturam US\$ 2,7 bilhões anuais, sendo que 35 delas exportam, 20 regularmente, cerca de US\$ 1 bilhão por ano em produtos fabricados principalmente no Sul e Sudeste. Os mais vendidos são os produtos de baixa e média tecnologia, à exceção dos

aeronáuticos, enquanto o país importa a maior parte dos equipamentos de alta tecnologia de que necessita. Assim, embora haja um superávit em armamentos leves, mais simples, a balança comercial do setor militar registra um grande déficit em equipamentos complexos, como aviões, blindados, artilharia, motores, mísseis, sensores e navios.

Contando com o aumento dos investimentos e os estímulos fiscais definidos na Medida Provisória 544/11 (leia mais na pág. 81), a associação, que reúne cerca de 150 empresas do setor, aposta que até 2030 o conjunto das empresas brasileiras estará em 15º lugar entre as indústrias mundiais de defesa. Estima-se que o segmento deve movimentar US\$ 120 bilhões no Brasil nas próximas duas décadas. Desses, US\$ 40 bilhões devem vir de projetos já anunciados (veja quadro na pág. 62).

Já do ponto de vista social, o balanço do segmento de defesa brasileiro é de que são gerados 25 mil empregos diretos e 100 mil indiretos, segundo a Abimde, sendo que mais da metade das empresas são de pequeno e médio porte, com máximo de 40 funcionários.

Em seu depoimento à Comissão de Relações Exteriores, Claudio Moreira reclamou de entraves como a alta carga tributária (cerca de 40%, segundo ele), as taxas de juros também elevadas, os problemas de infraestrutura, o custo da mão de obra, a burocracia e a política cambial do país.

Negócio arriscado

Além desses fatores de risco, comuns a qualquer empresa, o setor de defesa tem que lidar, em todo o mundo, com uma variável bastante peculiar: ter os governos como únicos clientes. Como



Claudio Moreira reclamou dos entraves à produção da indústria de materiais de defesa, como a alta carga tributária

os compradores desconfiam de produtos que não são usados pelas Forças Armadas do país que os fabrica, mesmo as exportações dependem das compras governamentais. Além disso, muitas vezes é necessário que os governos firmem acordos diplomáticos de troca de produtos para possibilitar a venda de armas a outros países.

E depender dos governos implica estar ao sabor das mudanças políticas de forma geral, e do vaivém das políticas de defesa,

que tem consequências diretas nos gastos militares. Cortes orçamentários, descontinuidade dos investimentos, mudanças súbitas de rumo são riscos onipresentes. No Brasil, essas são as maiores queixas do setor.

Outro fator de alto risco para o negócio de defesa é a disponibilidade dos componentes. Mesmo depois de um negócio fechado, se o país da empresa fornecedora decide que o componente é estratégico, proíbe a venda e pronto. Sem direito a reclamações.

Tecnologias

Como são consideradas de defesa e segurança todas as empresas e instituições civis e militares que participam de uma ou mais etapas de pesquisa, projeto, desenvolvimento, industrialização, produção, modernização ou manutenção de produtos de defesa, um projeto corre o risco de não sair do papel se um dos integrantes da cadeia for proibido de cumprir a parte.

Claudio Moreira relacionou para os senadores as tecnologias que o Brasil ainda precisa dominar para viabilizar seu projeto de ocupar uma posição de destaque entre os fabricantes de armas: radares, satélites, rádio definido por *software*, pilha térmica,

energia nuclear, instrumentos de visão noturna, mísseis, fibra de carbono, veículos não tripulados e nanotecnologia (criação de dispositivos em escala atômica). Segundo o consultor da Abimde, o esforço compensa: nos últimos anos, cada real investido em desenvolvimento de produtos de defesa gerou cerca de R\$ 10 em exportações.

Expectativas

A definição da Estratégia Nacional de Defesa e seu objetivo expresso de reaparelhar as Forças Armadas do país vem mexendo com o setor. As empresas se preparam para um *boom* de investimentos, e os movimentos são visíveis.

A Embraer, por exemplo, criou em 2011 a Embraer Defesa e Segurança e foi às compras. Assumiu o controle da Orbisat, uma pequena empresa paulista produtora de radares, comprou metade da paulistana Atech, especializada em fusão de dados, e associou-se à AEL, a subsidiária brasileira da Elbit Systems, a maior empresa privada israelense do setor, para criar a Harpia e participar da produção dos Vants (veículos aéreos não tripulados), usados em monitoramento e espionagem. Em consequência, a participação



Compra pelo Exército dos veículos lançadores de foguetes Astros II dá novo fôlego à nacional Avibrás

do segmento militar na receita da Embraer saltou de 4% em 2006 para 13,5% no ano passado. Em 2012, esse setor deve liderar o crescimento da companhia. A Embraer também está criando, junto com a Telebras, uma empresa nacional para gerenciar o satélite geoestacionário brasileiro, que deverá ser usado para defesa e prestação de serviços de banda larga (veja pág. 63).

Mesmo a Avibrás, antes uma das principais indústrias de material de defesa do país e em recuperação judicial desde 2008, prepara-se para renascer na esteira

dos novos investimentos. Em agosto do ano passado, a presidente Dilma Rousseff liberou recursos para o desenvolvimento e aquisição de lançadores de foguetes chamados sistema Astros 2020, uma evolução do Astros II, o maior sucesso de vendas da empresa.

Em seis anos, deverá ser investido R\$ 1,92 bilhão, e o Exército vai garantir a compra. A empresa também vai instalar nova unidade industrial em Lorena (SP) para fabricar polibutadieno (PBLH), polímero usado na produção do combustível sólido do

foguete VLS-1, mas que também tem aplicações industriais como resina plástica.

Além das empresas tradicionais do setor, outras grandes companhias começam a se mexer. A Odebrecht, por exemplo, comprou a Mectron, fabricante de mísseis, e se associou à Cassidian, segmento de defesa do conglomerado europeu EADS, do qual faz parte a Airbus, e à DCNS, companhia francesa de construção naval. Com a DCNS, a construtora planeja participar do desenvolvimento de submarinos da Marinha.

Busca por autonomia começou com regime militar

A busca por autonomia na produção de material bélico teve início ainda na década de 1960, com o regime militar. Nessa época, o governo brasileiro começou a investir na construção de uma indústria de defesa, em um momento em que os Estados Unidos passaram a limitar a venda de armas para a América Latina.

O investimento também atendia ao projeto de transformar o Brasil em potência bélica e contribuía para a industrialização do país de modo geral. O auge da indústria ocorreu entre os anos 1970 e 1980, com a atuação de empresas privadas como Engesa e Avibrás, capazes de fabricar produtos tecnologicamente avançados. A primeira, fabricante de veículos de reconhecimento e combate, como os blindados Cascavel e Urutu, que tiveram grande aceitação internacional, e a segunda, de mísseis, foguetes e plataformas de lançamento.

A Engesa exportou blindados para mais de 20 países no Oriente Médio e na África. As receitas anuais de exportação somaram mais de US\$ 53 milhões, no período 1977–82, e US\$ 122 milhões, no período 1983–88. No artigo “A indústria brasileira de defesa: o setor de carros de combate e a Engesa”, os professores Eduardo Strachman e Eduardo Becker avaliam que a Guerra Irã-Iraque (1979–88) foi a principal responsável



pela promoção das exportações brasileiras de material bélico.

“Entretanto, o término das hostilidades entre aqueles dois países em 1988, aliado à grande crise de demanda internacional verificada após o fim da corrida armamentista, atingiu negativamente toda a indústria bélica brasileira”, afirmam os professores. No caso da Engesa, o calote de US\$ 200 milhões em compras feitas pelo Iraque e o cancelamento de encomenda do blindado Osório pela Arábia Saudita, quando já haviam sido gastos US\$ 100 milhões

Blindado Urutu a serviço das forças de paz da ONU no Haiti: a fabricante Engesa faliu ainda na década de 1990

com o projeto, levaram ao fechamento definitivo da empresa, em 1993.

Outros fatores que contribuíram para o declínio da indústria de defesa foram, segundo os professores, o fim dos governos militares e a consequente queda dos investimentos no setor. Com isso, o segmento ficou sem o mecanismo que lhe dava estabilidade econômica.

Serviço militar: obrigatório ou não?

A Estratégia Nacional de Defesa estabelece que a obrigatoriedade do serviço militar deve ser ampliada para alcançar, de fato, todas as classes sociais brasileiras. Nos debates da CRE, Gunther Rudzit, especialista em segurança internacional, reforçou a posição e lembrou que a defesa do país é tarefa de todos.

“O Exército brasileiro é um espaço de integração de classes, é uma escola de civismo, valores e patriotismo. O serviço militar obrigatório existe em dois terços dos países do mundo. Todos nós temos que assumir nossa parcela de risco na defesa nacional. Não é justo transferir ao irmão a defesa dos recursos de que todos nós desfrutamos”, afirma Rudzit.

Ele se mostrou preocupado com o que considera pouco tempo do serviço militar para que os jovens aprendam a lidar com

armas cada vez mais avançadas. “Afinal de contas, um recruta que passa de oito a dez meses lá vai ter condições de aprender a utilizar esse equipamento com alta tecnologia?”, questiona.

Sobre a formação de oficiais, a END preconiza que as Forças devam continuar a atrair candidatos de todas as classes sociais. Para os formuladores da estratégia, “essa é uma das razões pelas quais a valorização da carreira, inclusive em termos remuneratórios, representa exigência de segurança nacional”, referindo-se ao fato corriqueiro de os jovens das classes mais abastadas recusarem ingressar nas Forças por razões financeiras.

Mobilização

Mais ainda, a END propõe que, no futuro, os jovens que não prestarem serviço militar sejam incentivados a prestar serviço

civil. O documento argumenta que esse serviço ofereceria “oportunidade de aprendizagem, expressão de solidariedade e instrumento de unidade nacional”. Os jovens teriam instrução adequada ao seu nível e área de conhecimento, além de treinamento militar básico, passando a compor uma força de reserva mobilizável.

Segundo o general de brigada Luiz Eduardo Rocha Paiva, embora o alistamento seja obrigatório, “o Exército alista 1,7 milhão de jovens e só 50, 60, no máximo 70 mil incorporam. Se não for assim [obrigatório], vai faltar gente para cargo importante. E algumas unidades e regiões não terão efetivo completo. A reserva mobilizada de cabo e soldado levaria quatro a seis meses até ficar pronta. E oficiais levam quase um ano. Portanto, nós precisamos ter essa reserva já pronta”.

Estratégia Nacional de Defesa considera essencial a manutenção do serviço militar obrigatório no Brasil



Tradição de ajuda e cooperação

Desde 1956, mais de 32 mil militares brasileiros já participaram de missões de paz da ONU

As Forças Armadas brasileiras participaram, desde 1956, de 47 missões visando pacificar ou estabilizar nações assoladas por conflitos. Essas ações começaram com o chamado Batalhão Suez, que integrou a Força de Emergência das Nações Unidas (Fenu), em 1956. Segundo o general de brigada Luiz Guilherme Paul Cruz, ouvido pela CRE no ano passado, mais de 32 mil militares brasileiros já participaram de missões de paz no exterior — 2.239 somente no ano passado. Atualmente, o Brasil envia soldados para uma dezena de países em missões de paz, a mais importante delas no Haiti, na missão conhecida como Minustah.

A participação brasileira baseia-se na Constituição federal e só acontece se forem atendidas algumas condições — a principal delas a aceitação, por parte dos

países ou das facções envolvidas no conflito, da presença de observadores ou tropas estrangeiras em seu território.

Além do Haiti, o Brasil está em missão de paz no Equador, Peru, Colômbia, Saara Ocidental, Costa do Marfim, Libéria, Timor Leste e Chipre. A mais recente participação em atividades do tipo, aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2010, é na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil), que desde 1978 atua na região (*veja abaixo*).

Como destacou o general Paul Cruz, que por mais de um ano foi o comandante da Minustah, em qualquer missão de paz é necessário treinamento específico da tropa. “A força militar é incapaz de, sozinha, garantir paz e estabilidade duradouras, pois só podem ser garantidas por meio do fortalecimento das estruturas

políticas, sociais e econômicas. É primordial que haja a integração e coordenação dos trabalhos entre todos os atores em uma situação de crise, focando sempre o tratamento das causas mais profundas do conflito”, explicou o general.

O chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional do Ministério das Relações Exteriores, ministro Norberto Moretti, explicou aos senadores a boa relação dos soldados brasileiros com a população do Haiti. Já a participação do setor aeroespacial em programas de manutenção da paz foi realçada pelo brigadeiro engenheiro Francisco Carlos Melo Pantoja, diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço (ITA), em ações de meteorologia, monitoramento e alerta de catástrofes, controle de tráfego aéreo, comunicações estratégicas, vigilância e geoposicionamento.



Contra-almirante Zamith assumiu comando naval da Unifil em fevereiro, substituindo o também brasileiro Luiz Henrique Caroli

PASQUAL GORZIZUNIFIL

Brasileiro no comando naval da Unifil

Fragata nacional integra força da ONU na costa do Líbano

A Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil) conta com 12 mil militares de 37 países. Foi criada pelo Conselho de Segurança da ONU, em 1978, para, originalmente, monitorar a retirada de tropas israelenses do Líbano e ajudar os libaneses a restaurar o governo local.

Em 2006, com a deflagração de novo conflito entre libaneses e israelenses, o conselho decidiu reforçar a Unifil e adicionou ao mandato original da Força o objetivo de monitorar a cessação das hostilidades, acompanhar a atividade das tropas libanesas no sul do país e promover missões de assistência humanitária.

Em fevereiro deste ano, o contra-almirante Wagner Zamith assumiu o comando da Força Tarefa Marítima da Unifil. Zamith lidera uma tripulação com 243 homens e substituiu no posto o também brasileiro Luiz Henrique Caroli.

A Força Tarefa tem por missão patrulhar as águas da costa libanesa para evitar a violação do embargo de armas imposto ao Líbano e treinar a Marinha daquele país. Desde o início das operações, em 2006, foram inspecionados mais de 36 mil navios.

Em novembro passado, o Brasil já havia enviado ao Líbano a fragata União. A embarcação brasileira é o principal navio de uma frota que conta com navios de vários países.

Segundo o ministro da Defesa, Celso Amorim, a participação do Brasil na Unifil é parte da política externa brasileira de contribuir para a solução de conflitos internacionais. “Mas não nos oferecemos, fomos chamados pelo próprio governo do Líbano e pelas Nações Unidas para ajudar. Isso é uma demonstração do novo contexto em que o Brasil está inserido”, explicou Amorim.



EXÉRCITO BRASILEIRO

Formatura na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman): um em cada dois brasileiros diz ter “muita confiança” nas Forças Armadas

Falta compreensão

Elites e população não sabem valorizar debate sobre defesa, considerado essencial pelos especialistas

Segurança nacional e defesa nacional são conceitos diferentes? Na opinião de estudiosos ouvidos pelo Senado, como o professor Gunther Rudzit, coordenador do Curso de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), de São Paulo, defesa e segurança vão além das Forças Armadas e dos militares e são dois temas que precisam ser mais bem compreendidos pela sociedade.

Como explica o professor, há uma grande confusão no Brasil sobre o que é segurança e o que é defesa, surgida a partir da Constituição de 1988, que

retirou o capítulo de Segurança Nacional e introduziu o de Defesa Nacional. Para ele, foi uma mudança compreensível, pelo que ocorreu durante o regime militar recém-encerrado, mas gerou a dúvida: qual é o âmbito de atuação de defesa e o que é segurança?

“Segurança é o todo de um país. O país pode ser ameaçado ou ter vulnerabilidades que podem levar a uma ameaça, como o apagão [nos anos 1990]. Sempre falo de uma política de segurança nacional como uma política maior, em que o governo que assume deve deixar claro quais são seus objetivos e quais são as ameaças

e vulnerabilidades que percebe interna e externamente”, explica



ANA VOLPE/AGÊNCIA SENADO

Segundo o professor Gunther Rudzit, erro comum no Brasil é confundir os conceitos de segurança nacional e defesa nacional

o professor, doutor em Segurança Nacional.

Os efeitos do fim do ciclo militar iniciado em 1964 sobre a defesa também foram avaliados pelo senador Luiz Henrique (PMDB-SC), que preside a Subcomissão Permanente de Reaparelhamento das Forças Armadas na CRE.

“O orçamento das Forças Armadas despencou exatamente durante o regime que chamavam de militar. Isso dá uma demonstração, em corroboração ao que disse o senador Fernando Collor (PTB-AL), da absoluta honestidade que predomina nas tropas. Por que eles reduziram os seus próprios orçamentos? Para dar exemplo. E de lá para cá, nós não recuperamos mais o nosso poder de fogo, como se chama”, explicou Luiz Henrique.

Ausência de discussão

Ex-professor de Estratégia Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Darc Antonio da Luz Costa diz que é importante deixar claro que “segurança é um estado, defesa é um ato”.

“As questões relativas à segurança devem sempre preceder o estabelecimento de uma política de defesa. Primeiro, é preciso estabelecer as bases sobre as quais se possa assentar a segurança de uma nação e de seus cidadãos e, depois, pensar em como se defender, caso as bases sejam ameaçadas de rompimento”, raciocina Costa.

Ele também está convicto de que o tema não pode ser exclusivamente militar, mas deve contemplar também digressões no campo político, econômico, técnico-científico, cultural, psicológico e social.

“Uma concepção de segurança para o Brasil, obrigatoriamente, deve fazer parte de um projeto para sua inserção no mundo, e esse, por sua vez, é uma componente relevante de um projeto nacional”, explica o professor.

O consultor do Senado Joanisval Brito Gonçalves também avalia que, no Brasil, não se discute defesa nacional e esse é um

problema “cada vez mais crítico”.

“Isso também está relacionado à dificuldade de distinguir segurança pública, segurança nacional, defesa nacional. São todos temas muito obscuros para a maior parte da população. Algumas vezes dizia-se que defesa deveria ser assunto para militares. Falta a percepção clara acerca das ameaças também. Tudo isso está relacionado ao que costumo chamar de ausência de uma cultura, no Brasil, de planejamento, de segurança e de inteligência”, disse Gonçalves aos senadores.

Outro estudioso, o diplomata João Paulo Soares Alsina Junior, conselheiro do ministro da Defesa e mestre em Relações Internacionais, aponta a “indigência” do debate público sobre política de defesa no Brasil. Para ele, enquanto a sociedade em geral e as elites em particular não encararem de forma madura a questão, o país “continuará atolado em terreno pantanoso”.

“É preciso que se alertem os formadores de opinião sobre o extremo perigo que o Brasil corre ao optar na prática — ainda que não na teoria — pela utilização das Forças Armadas no campo da segurança pública. Exemplos abundam sobre a inconveniência e a ineficiência do emprego dos militares em tarefas policiais ou parapoliciais”, advertiu Alsina Junior, em artigo publicado na revista *Interesse Nacional*.

Confiança da população

Paralelamente à redução dos recursos e ao ostracismo do tema junto às lideranças nacionais, processo semelhante aconteceu no meio acadêmico. O ex-ministro da Defesa Nelson Jobim diz que poucos cientistas se vincularam ao assunto e quem o fez era questionado pelos colegas.

“Em outros países, tais temas são objeto de profundo interesse intelectual. Há abundante produção, em instituições civis, de estudos na área. O intercâmbio entre civis e militares dá ao Estado melhores condições de decisão e à sociedade maior controle”, explica



FELIPE BARRA/MINISTÉRIO DA DEFESA

Para Alsina Junior, enquanto prevalecer a “indigência” no debate sobre defesa, o país seguirá em “terreno pantanoso”

Jobim, lamentando que, hoje, a questão da defesa seja quase que exclusivamente abordada nas escolas e universidades voltadas para a formação militar.

A população, no entanto, demonstra grande confiança nos militares. Na segunda edição da pesquisa *Sistema de Indicadores de Percepção Social (Sips): Defesa Nacional*, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em janeiro passado, foi generalizada a percepção de que é necessário investir mais na estrutura oferecida às Forças Armadas: sete em cada dez disseram que o orçamento militar deveria aumentar muito ou razoavelmente. E um em cada dois brasileiros diz ter muita ou total confiança nos militares (veja o infográfico na página ao lado).

Calcanhar de aquiles

Sempre muito ligado à questão educacional, Cristovam Buarque (PDT-DF) questionou os debatedores na CRE se a educação é ou não é parte fundamental da segurança nacional. Para ele, é evidente que sim.

“Não falo da educação dos cientistas, falo de educação no sentido de toda a população ser por ela abrangida. Isso não faz parte absolutamente da segurança?”

Se a educação é parte fundamental da segurança nacional, não seria este o momento de federalizarmos a educação neste país, de transformarmos a educação de base em uma questão nacional, de Estado, não municipal?”

O senador usou analogia para justificar sua tese de que a federalização da educação deve ser encarada como questão de segurança nacional. “Ninguém pode imaginar a defesa nacional nas mãos dos municípios. Então, como é que a gente coloca nas mãos dos municípios um item fundamental como a educação?”, questionou o ex-ministro da Educação.

O professor Gunther Rudzitz concordou com Cristovam e lembrou que a qualidade da educação oferecida ao povo é um indicador preciso do grau de desenvolvimento de um país.

“Sempre chamo a atenção para o que denominamos países desenvolvidos. Muitos deles têm PIBs menores que o nosso. Para fatores geopolíticos, em termo global, isso não pesa. Mas por que eles são desenvolvidos? A educação está na base disso. É uma questão de segurança nacional? Sim, sem dúvida”, disse o doutor em Segurança Nacional da Faap.

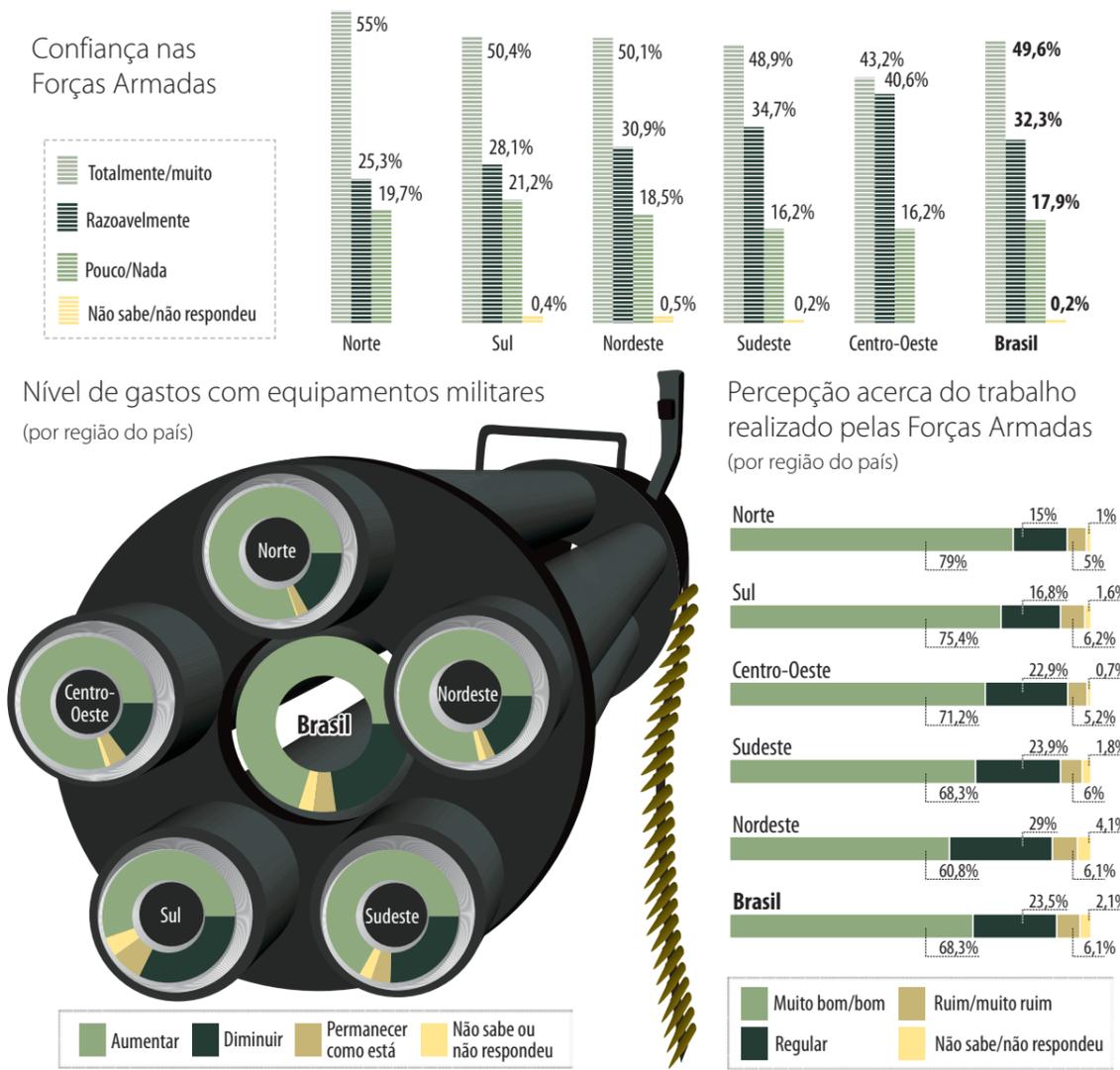
No mesmo tom, outro profes-

sor, Darc Costa, apontou a educação como variável fundamental na equação da defesa.

“O mais educado sempre estará mais protegido, o mais educado sabe se defender melhor. Precisamos mudar a questão da educação não só no nível básico, mas também no nível universitário, porque estamos formando aqui milhares de bacharéis, não estamos formando as pessoas que são próprias para o mundo moderno. Ou seja, não estamos dando ênfase às ciências naturais. Não temos formado muitos químicos, muitos físicos, muitos biólogos”, alertou Costa.

Forças Armadas têm aprovação da maioria dos brasileiros

Pesquisa de opinião pública mostra que 68,3% consideram trabalho muito bom ou bom



Fonte: Sistema de Indicadores de Percepção Social (Sips Defesa Nacional Parte 2), Ipea, janeiro de 2012



Na Escola Superior de Guerra, militares e civis debatem políticas públicas e estratégias, em especial aquelas voltadas para a defesa nacional

ÉLIO SALES/MINISTÉRIO DA DEFESA

ESG supera estigma e se afirma como centro de excelência

Dos centros de excelência em inteligência de defesa do país, a Escola Superior de Guerra (ESG) é, de longe, a que tem a trajetória mais polêmica. Fundada em 1949, ainda sob o forte impacto do final da 2ª Guerra Mundial e a emergência do conflito entre capitalismo e comunismo, a ESG teve suas primeiras décadas de existência marcadas pelo estigma de ser um centro formador do pensamento conservador e de direita no país. Seu nome ficou associado à criação da doutrina de segurança nacional, usada como justificativa pelo regime militar de 1964 para a repressão aos movimentos de esquerda.

“Durante dez anos (1954-1964), a ESG desenvolveu a teoria para intervenção no processo político nacional e, após 1964, passou a funcionar também como formadora de quadros para ocupar funções superiores no governo, formulando estrutura de poder e controle social materializada na publicação do Ato Institucional 1 (9 de abril de 1964), que estabeleceu eleições indiretas

para presidente da República, com amplos poderes”, escreveu Maria Helena de Amorim Wesley, antropóloga e ex-aluna da ESG.

Na sua tese *A Reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva*, a mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Ananda Simões Fernandes recorda que a doutrina de segurança nacional, difundida pelos Estados Unidos, foi adaptada pela ESG e ensinada aos oficiais brasileiros nos anos 1950, com ênfase em elementos mais pertinentes à realidade brasileira, “como foi a maior importância dada à guerra revolucionária, difundida por franceses e ingleses, em relação à guerra total”.

Hoje, diz Maria Helena Wesley, a ESG passa por “transformações radicais requeridas pelo cenário mundial, enfrentando o desgaste da imagem das Forças Armadas, responsável em parte pelo prejuízo do reaparelhamento e desenvolvi-

mento tecnológico militar e de uma revisão efetiva da Política de Defesa Nacional (PDN)”.

A ESG funciona hoje como centro de estudos e pesquisas, a ela competindo planejar, coordenar e desenvolver os cursos que forem instituídos pelo Ministério da Defesa, a quem é subordinada. A escola não desempenha função de formulação ou de execução da política de defesa do país nem está a serviço desta ou daquela ideologia. Como esclarece a página da instituição na internet, “seus trabalhos são de natureza exclusivamente acadêmica, sendo um foro democrático e aberto ao livre debate”.

Um de seus cursos mais procurados, o Curso Superior de Política e Estratégia da ESG, aberto a civis do alto nível da administração pública e a militares das Forças Armadas, discute elementos para a macroanálise dos cenários nacional e internacional, de modo a possibilitar a avaliação de políticas e estratégias, em especial na área da defesa nacional.

Quatro principais instituições de estudo sobre defesa no país:

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme)
Escola Superior de Guerra (ESG)
Escola de Guerra Naval (EGN)
Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (Ecemar)

Indústria de defesa ganha incentivos tributários

O desenvolvimento da indústria bélica é um dos três eixos estruturantes da Estratégia Nacional de Defesa, ao lado da reorganização das Forças Armadas e da recomposição do efetivo militar. Com uma indústria de defesa forte, o Brasil quer assegurar o domínio nacional da tecnologia com a qual são produzidos os equipamentos utilizados pelas Forças Armadas.

A Medida Provisória 544/11 é um dos passos dados pelo governo federal para atingir esse objetivo. A matéria, aprovada pelo Senado em fevereiro, cria regime tributário especial para a indústria nacional de defesa (Retid) e institui normas específicas para a licitação de produtos e sistemas destinados à área.

O regime especial suspende a cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de PIS-Pasep e de Cofins sobre peças, equipamentos,

sistemas, matérias-primas e serviços usados em materiais de defesa, munições, armas, embarcações, aviões, satélites, foguetes, veículos, entre outros.

Poderão obter o benefício as empresas estratégicas de defesa (EED) e as participantes da cadeia produtiva que comprovarem que, pelo menos, 70% de suas receitas sejam provenientes de vendas para as EED. Integrantes do Simples Nacional (Supersimples) não poderão se beneficiar do regime.

As licitações deverão prever transferência de direito de propriedade intelectual e industrial, continuidade da produção e capacitação tecnológica de terceiros. Também poderão ser restritas à compra de material fabricado no Brasil ou de produtos que utilizem insumos nacionais ou tenham inovação desenvolvida no país.

Motor de desenvolvimento

Além de diminuir o custo de

produção das empresas estratégicas, a medida prevê incentivos para o desenvolvimento de tecnologias indispensáveis ao país.

Na avaliação de especialistas, a relação entre progresso tecnológico e indústria bélica é estreita. Claudio Moreira, da Abimde, ressaltou o caráter “dual” — uso militar e civil — da tecnologia de defesa. Ele citou o exemplo do avião de ataque AMX, que deu à Embraer capacidade para desenvolver também aviões a jato de transporte regional. “Hoje, esses aviões estão voando em boa parte do mundo”, contou.

Tecnologia desenvolvida pela Embraer para a aeronave militar AMX foi utilizada também em modelos da aviação comercial

Para ser uma empresa estratégica de defesa, é preciso passar por avaliação do Ministério da Defesa. Receberão o registro as companhias que preencherem requisitos como ter sede ou unidade industrial no Brasil e ter conhecimento tecnológico próprio ou parceria com instituição desse segmento



EMBRAER

Alguns projetos em tramitação no Senado na área de defesa

PLS 69/04 — Complementar

O Projeto de Lei do Senado, do então senador Augusto Botelho, regulamenta a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em terras indígenas. Já aprovado pela CCJ e pela CRE.

PEC 53/04

A Proposta de Emenda à Constituição, apresentada pelo senador licenciado e atual ministro da Pesca Marcelo Crivella, veda por dez anos o bloqueio de verbas orçamentárias destinadas a investimentos nas Forças Armadas. Já aprovada na CCJ, tramita em conjunto com a PEC 85/03, do senador Demóstenes Torres (DEM-GO).

PLS 108/09

O projeto do então senador Raimundo Colombo destina 5% dos alistados no serviço militar (e incluídos no excesso de contingente) para servir na área administrativa do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar. Em análise na CRE.

Entre acesso público e segurança nacional

O projeto que deu origem à Lei de Acesso a Informações Públicas (Lei 12.527/11) foi aprovado pelo Senado, em outubro passado, após intenso debate. Sancionada em novembro, a lei regulamenta o direito de acesso a documentos sob a guarda do poder público.

De acordo com a Constituição, todos têm o direito de receber de instituições públicas informações de interesse pessoal e de interesse coletivo, “ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Foi justamente essa ressalva que gerou polêmica durante a apreciação da matéria no Congresso.

Originalmente, o texto de autoria do Executivo previa a possibilidade de sucessivas prorrogações do prazo de 25 anos de sigilo para documentos classificados como ultrassecretos. Os deputados, no entanto, alteraram o texto para que o prazo só pudesse ser prorrogado uma vez.

No Senado, o relator, senador Fernando Collor, apresentou substitutivo que recuperava a proposta original do Executivo. No entanto, a mudança foi rejeitada pelo Plenário do Senado em favor da proposta apresentada pela Câmara.

Entre governo e Estado

Em audiência na CRE,

Collor manifestou preocupação com as consequências do então projeto de lei para a segurança nacional. Segundo ele, a proposta da Câmara confunde o que é informação de governo e informação de Estado. “Todos os atos de governo devem receber publicidade. Mas é importante para um Estado ter salvaguardas a documentos classificados como secretos”, considerou o senador.

O professor Gunther Rudzit também acredita existir questões que devam ser classificadas como “de Estado” e mereçam total sigilo, sobretudo as relativas à segurança nacional. E ressaltou o papel da Câmara e do Senado nessa classificação. “Acho fundamental a atuação do Congresso nesse processo, para verificar se os documentos carimbados como ultrassecretos o são realmente. O Congresso representa a sociedade e tem poder para isso”, avaliou.

A lei segue o princípio de que o acesso à informação pública deve ser a regra e o sigilo, a exceção.

Para isso, prevê a criação de serviços de informação ao cidadão em todas as instituições públicas e define procedimentos, normas e prazos para o atendimento das demandas.

Regras

Pela lei, uma informação pública somente pode ser classificada como sigilosa quando for considerada imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado. Divulgá-la poderia colocar em risco a população, a soberania nacional, as relações internacionais ou as atividades de inteligência.

O texto legal também especifica as autoridades que têm a prerrogativa de classificar as informações de acordo com os diferentes graus de sigilo. Quanto mais rigoroso o sigilo, maior o nível hierárquico do agente público.

Informações que digam respeito à intimidade, à honra e à imagem de alguém não são

públicas e ficam protegidas por cem anos. Só podem ser conhecidas pela própria pessoa e, por terceiros, em casos previstos na lei. Já informações sobre direitos humanos não podem ter acesso restrito.

Grau de sigilo e competência para classificar a informação

Uma informação pública somente pode ser classificada como sigilosa quando o sigilo for imprescindível à segurança da sociedade (oferecer risco, por exemplo, à saúde da população) ou do Estado (representar ameaça à soberania nacional, às relações internacionais ou às atividades de inteligência).

Ultrassecreta

Prazo de segredo: 25 anos (renovável uma única vez)
Competência: presidente e vice-presidente, ministros, comandantes das Forças Armadas, chefes de missões diplomáticas e consulares permanentes.

Secreta

Prazo: 15 anos
Competência: autoridades citadas acima e também titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista.

Reservada

Prazo: 5 anos
Competência: autoridades das duas anteriores e ainda ocupantes de cargo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS).

Fonte: Acesso à Informação Pública: uma introdução à Lei 12.527/11. Brasília, Controladoria-Geral da União, 2011

JOSE CRUZ/ABR





LIA DE PAULA/AGÊNCIA SENADO

CRE busca solução para haitianos no Brasil

Eduardo Braga (entre Cristovam Buarque e Vanessa Grazziotin) pediu a realização da audiência pública para debater problema

A CRE também promoveu, como parte do ciclo de debates sobre defesa nacional, dois encontros para discutir a situação de imigrantes haitianos que chegam à fronteira na região Norte. Em 13 de fevereiro, uma audiência pública reuniu autoridades do Acre e do Amazonas, que servem de porta de entrada para os haitianos no Brasil.

A situação preocupa os senadores já que os haitianos chegam muito vulneráveis, após longa viagem, e são explorados pelos chamados coiotos, que incentivam a viagem dessas pessoas e cobram por isso.

— Tabatinga se transformou no limbo dos haitianos. Coiotos financiam imigrantes e cobram altos juros, inclusive detendo familiares para poderem cobrar a dívida — disse o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), que pediu a realiza-

ção da audiência pública e apelou por uma solução do governo.

Para Braga, ou o governo concede logo os vistos e acolhe os haitianos, facilitando o transporte deles até Manaus, ou os leva de volta ao Haiti. O senador quer que o Ministério da Justiça atenda os cerca de 4.500 haitianos que ainda estão no Amazonas, principalmente em Manaus, alguns “mendigando e pedindo esmolas nas ruas”.

O secretário executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, reconheceu que parte dos haitianos não foram contemplados com vistos humanitários em Tabatinga. E disse que a Polícia Federal já investiga o grupo que estaria extorquindo os haitianos.

Collor comentou que o Brasil já demonstrou que não quer incentivar a migração de haitianos, mas

age de forma humanitária com os que aqui chegam. Para ele, a principal ação brasileira é ajudar na reconstrução e estabilização do Haiti, para que seus habitantes possam viver com dignidade e em paz.

Cristovam Buarque (PDT-DF) e Eduardo Suplicy (PT-SP) insistiram para que o governo acolha os haitianos. “Precisamos estabelecer uma política especial, para que possamos acolher de 10 mil a 20 mil haitianos como convidados, e não como pessoas exploradas entrando pelos fundos, de maneira ilegal”, propôs Jorge Viana (PT-AC).

Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) convidou a CRE e a Comissão de Direitos Humanos (CDH) para participar do encontro em Manaus para ouvir os haitianos.

Terremoto e crise levaram à migração

O Haiti foi devastado por um terremoto em janeiro de 2010, deixando centenas de milhares de mortos e mais de 3 milhões de pessoas desabrigadas. A economia do país já estava devastada pela instabilidade política, que motivou, inclusive, a intervenção da ONU.

Nesse cenário, a imigração foi o caminho encontrado por milhares de haitianos. E uma alternativa foi

a busca de oportunidades no Brasil. Os primeiros imigrantes chegaram ao país ainda em 2010, geralmente em situação de grande vulnerabilidade social e sanitária.

Mas a Polícia Federal já mapeou que não se trata apenas de uma migração espontânea. Os haitianos são trazidos para o Brasil por uma máfia de facilitadores (os coiotos), que cobram caro por isso. Nessa

rota, os haitianos seguem de avião até o Equador, onde não precisam de visto, e atravessam de ônibus o Peru, por onde chegam ao Brasil. A viagem chega a levar três meses.

O diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Ministério de Relações Exteriores, Rodrigo do Amaral Souza conta o que acontece nas fronteiras:

“Os haitianos não tinham visto



FELIPE BARRA/AGÊNCIA SENADO

Durante o debate na CRE, o senador Eduardo Suplicy insistiu para que Brasil acolha haitianos

para entrada, mas chegavam à fronteira e solicitavam refúgio. Somos obrigados a dar entrada em pedidos de refúgio, mas essas regiões não estavam preparadas para receber um

fluxo tão grande de estrangeiros”, disse Souza.

Porém, o Comitê Nacional para Refugiados (Conare) concluiu não haver fundamentos para a concessão do *status* de refúgio para os haitianos, já que refúgio pressupõe que a pessoa seja vítima de perseguição em seu país. Assim, o Conare enviou o caso para o Conselho Nacional de Imigração, que baixou a Resolução Normativa 97/12, que criou o visto por razões humanitárias para os haitianos.

Desde então, 1.300 vistos humanitários foram autorizados, de um total de mais de 4.500 haitianos que ingressaram no país desde 2010. Porém, o conselho limitou o número de vistos desse tipo a 1.200 por ano. Cada visto pode incluir os familiares do beneficiado. O visto especial tem validade de cinco anos e, para obtê-lo, o interessado precisa apresentar apenas passaporte e negativa de

antecedentes criminais.

“Demos prioridade para a situação do Haiti depois do terremoto e queremos tirar os haitianos do controle dos coiotos”, explicou o subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Itamaraty, embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto.



JOSÉ CRUZA/AGÊNCIA SENADO

Jorge Viana defende criação de política especial de imigração para acolher haitianos como “convidados” do país

Situação já se normalizou no Acre

O secretário de Justiça e Direitos Humanos do Acre, Nilson Mourão, relatou que os primeiros haitianos começaram a chegar ao Acre em dezembro de 2010, pela cidade de Brasileia.

Em 2011, novos contingentes começaram a chegar ao estado em fluxo constante e crescente. Nilson disse que o governo estadual forneceu alimentação e abrigo a essas pessoas e começou a regularizar as

documentações para que pudessem viver e trabalhar no Brasil.

O número de haitianos no Acre chegou a 1.250, retidos enquanto seus documentos eram regularizados. No total, de 2010 até hoje, cerca de 2.300 migrantes haitianos passaram por Brasileia e Assis Brasil.

O governo federal enviou recursos para o Acre e 14 toneladas de alimentos, além de agilizar a



regularização dos documentos.

A decisão de conceder vistos humanitários foi importante para normalizar a situação dos imigrantes no Acre. Mas, no Amazonas, o problema continuou.

Tabatinga quer ajuda federal

Localizada próximo à fronteira com Peru e Colômbia, Tabatinga (AM) já recebeu mais de 4 mil imigrantes haitianos desde fevereiro de 2010. O prefeito da cidade, Saul Nunes Bemerguy, informou que 2.842 haitianos passaram pelo município em 2011 e, apenas no primeiro mês de 2012, outros 1.460 aportaram na cidade. Cerca de 700 ainda estavam na região em fevereiro de 2012 esperando ajuda das autoridades brasileiras.

O problema é que depois da concessão dos vistos humanitários

outros 347 haitianos chegaram a Tabatinga e ficaram em um impasse jurídico, pois já estavam em trânsito quando da edição da resolução normativa do Conselho Nacional de Imigrantes.

“Tabatinga não tem recursos suficientes para prestar assistência. A população da cidade é de 52 mil habitantes e uma população flutuante de 15 mil, principalmente estrangeiros. O fluxo na tríplice fronteira é intenso e permanente”, informou.

O prefeito de Tabatinga reclamou atenção dos governos estadual



e federal, já que o município não tem infraestrutura suficiente para lidar com a alta demanda de estrangeiros.

Para saber mais

Ciclo de debates sobre defesa nacional da CRE

Painel 1: “O papel das Forças Armadas: missão constitucional e atividades operacionais; função social: serviço militar obrigatório ou voluntário”

<http://bit.ly/LuizPaiva>

<http://bit.ly/JoanisvalGoncalves>

Painel 2: “Estratégia Nacional de Defesa — reaparelhamento das Forças Armadas e indústria bélica: aquisição de armas e transferência de tecnologia”

<http://bit.ly/ClaudioMoreira>

<http://bit.ly/GuntherRudzit>

<http://bit.ly/AdericoMattioli>

Painel 3: “Vigilância de fronteiras — organização e distribuição espacial na Amazônia e no Sul do país”

<http://bit.ly/RicardoRodrigues>

<http://bit.ly/EduardoBoas>

Painel 4: “Pré-sal — papel das Forças Armadas na defesa do patrimônio e alocação de recursos para essa finalidade”

<http://bit.ly/CarlosBaptista>

<http://bit.ly/LuizMendonca>

<http://bit.ly/SimonRosental>

Painel 5: “Forças Armadas em missões de paz — emprego em ações de reforço aos órgãos de segurança pública e utilidade como treinamento e legitimidade na sociedade brasileira”

<http://bit.ly/LuizCruz>

<http://bit.ly/FranciscoPantoja>

<http://bit.ly/EduardoFerreira>

Estratégia nacional

- *Estratégia Nacional de Defesa*. Íntegra do Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

<http://bit.ly/EstrategiaNacional>

- *A concepção estratégica da defesa nacional*, Marcio Rocha, 2009.

<http://bit.ly/MarcioRocha>

- *Dez mitos sobre defesa nacional no Brasil*, João Paulo Soares Alsina Junior, 2008.

<http://bit.ly/JoaoPauloSoaresAlsina>

- *A defesa na agenda nacional: o Plano Estratégico de Defesa*, Nelson Jobim, 2008.

<http://bit.ly/NelsonJobim>

- *A inteligência estratégica e a defesa nacional*, Marcio Rocha, 2009.

<http://bit.ly/MarcioRocha2>

- *Plataforma continental — a última fronteira da mineração brasileira*, Vanessa Maria Mamede

Cavalcanti, 2011.

<http://bit.ly/VanessaCavalcanti>

- *A Política Espacial Brasileira, Cadernos de Altos Estudos nº 7*, Câmara dos Deputados, 2010.

<http://bit.ly/politicaespacialbrasileira>

Orçamento da defesa

- *Uma década de gastos orçamentários na área de defesa nacional — 2000 a 2010: análises e tendências*, de Mauro Ceza Nogueira do Nascimento, 2011.

<http://bit.ly/MauroNascimento>

- *Recursos para a defesa do patrimônio Brasil*, José Carlos A. Amarante, 2009.

<http://bit.ly/JoseCarlosAmarante>

- *O Brasil gasta muito em defesa?*, Jackline de Souza Conca, 2011.

<http://bit.ly/JacklineConca>

- *Orçamento e defesa nacional: uma análise da participação do setor defesa no orçamento federal de 2000 a 2009*, Patrícia de Oliveira Matos, 2010.

<http://bit.ly/PatriciaMatos>

- *Qual o real valor de nossas Forças Armadas*. Marcio Rocha, 2008.

<http://bit.ly/MarcioRocha3>

Indústria de defesa

- *A indústria de defesa brasileira: o setor de carros de combate e a Engesa*, Eduardo Strachman, 2010.

<http://bit.ly/EduardoStrachman>

- *Uma breve história da política nuclear brasileira*, Renato Yoichi Ribeiro Kuramoto e Carlos Roberto Appoloni, 2006.

<http://bit.ly/RenatoKuramoto>

- *Panorama e oportunidades da indústria de defesa no Brasil*, Luciano Coutinho, 2011.

<http://bit.ly/LucianoCoutinho2>

Cenário internacional

- *Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul*, Oscar Medeiros Filho, 2010.

<http://bit.ly/OscarFilho>

- *The revolution in military affairs with chinese characteristics*, Jacqueline Newmyer, 2010.

<http://bit.ly/JacquelineNewmyer>

- *Defesa nacional: parâmetros internacionais e problemas internos*, Mario Cesar Flores, 2008.

<http://bit.ly/MarioCesarFlores>

Seja um Jovem Senador



JOVEM SENADOR
3º Concurso de Redação do Senado Federal
Meu município, meu Brasil



Escreva sua redação com o tema:

Meu município, meu Brasil.

O vencedor do concurso de redação de cada Estado e do DF participará do Projeto Jovem Senador 2012, em Brasília.

Saiba mais: www.senado.gov.br/jovemsenador
Twitter: @jovemsenador



Se você é estudante do ensino médio de escola pública estadual ou do DF, veja como participar no site.



consed

SENADO FEDERAL



Informação clara e imparcial, onde você estiver

SECS | SUPRES - Criação e Marketing | Foto: Cléber Medeiros



Prefeitos marcham a Brasília por mais dinheiro, inclusive do petróleo



JORNAL DO SENADO

Plenário aprova mais recursos para construção de rodadas

Plenário aprova mais recursos para construção de rodadas

CDH faz audiência pública sobre inspeção do trabalho

Prefeitos fazem nova marcha para pressionar por mais recursos

Acatados novos ministros do STJ e diretor da Antaq

Geovani Borges quer valorização de juizes federais

Vital do Rêgo questiona repasses do Pronasci

Ana Amélia lamenta fábrica fechada no RS

Luiz e Dilma mudam relação, diz Santiago

Walter registra redução de jeitum empregados

Programa Federal Minha Casa, Minha Vida paralisado com verbas de R\$ 16,5 bilhões em falta

Projeto de lei aprovado pelo Conselho de Educação e

Há mais de 16 anos, o Jornal do Senado leva ao cidadão a informação mais completa sobre o que acontece no Senado Federal. E faz isso sempre acompanhando a evolução dos meios de comunicação. Além da versão impressa, você pode acessar o Jornal do Senado pelo portal de notícias na internet, pelo Twitter ou pela newsletter, via e-mail. Neste caso, basta se cadastrar no portal.



Twitter: @jornaldosenado | www.senado.gov.br/jornal